

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE
INTERESSE PÚBLICO**

Angélica Aparecida Sanches Hamasaki

**FEMINISMOS E HISTÓRIAS DE VIDA: ENGAJAMENTO DE JOVENS MULHERES
DO ABC PAULISTA**

São Caetano do Sul

2023

ANGÉLICA APARECIDA SANCHES HAMASAKI

**FEMINISMOS E HISTÓRIAS DE VIDA: ENGAJAMENTO DE JOVENS MULHERES
DO ABC PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Inovação na gestão e produção da comunicação de interesse público.

Linha de Pesquisa: Produção e Recepção da Informação Pública.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rebeca Nunes Guedes de Oliveira.

São Caetano do Sul

2023

Ficha Catalográfica

Hamasaki, Angélica Aparecida Sanches

Feminismos e Narrativas Oraís de História de Vida: Jovens feministas do ABC Paulista / Angélica Aparecida Sanches Hamasaki – São Caetano do Sul – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2023. p.

Orientadora: Prof. Dra. Rebeca Nunes Guedes de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

1. Comunicação. 2. Feminismos. 3. Jovens Feministas. 4. ABC Paulista. I. Nunes Guedes de Oliveira, Rebeca (orient.) II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Feminismos e Narrativas Oraís de História de Vida.

ANGÉLICA APARECIDA SANCHES HAMASAKI

**FEMINISMOS E NARRATIVAS ORAIS DE HISTÓRIA DE VIDA: JOVENS
FEMINISTAS DO ABC PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Inovação na gestão e produção da comunicação de interesse público.

Linha de Pesquisa: Produção e Recepção da Informação Pública.

Aprovada em: 24/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Rebeca Nunes Guedes de Oliveira (Orientadora)
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Prof.^a Dra. Barbara Heller
Universidade Paulista – UNIP

Prof.^a Dra. Priscila Ferreira Perazzo
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Às mulheres, à comunidade LGBTQIA+,
às pessoas pretas e indígenas, aos
trabalhadores, professores e artistas.
Dedico este trabalho a todos que lutam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, próxima e distante, que sempre me deu amor, presença e apoio em todos os momentos. Meu marido, Lucas, por todo companheirismo, amor, escuta e incentivo sempre. Meus pais, Cristina e Júnior, que sempre foram minhas referências, por tudo que sempre fizeram por mim, por me ensinarem o valor das coisas e me aceitarem por quem sou. Minha irmã, Amanda, minha companheira de bagunças e amiga de vida desde que me conheço por gente. Meus avós, João e Edenirda, pessoas fortes, batalhadoras e exemplos de vida. Meus tios e tias, Mário, Helena, Nadir e Neusa que fizeram parte de minha criação e não poderia deixar de mencionar. Ezra e Mahira, serzinhos da minha vida, que são o amor puro e incondicional. Amo muito cada um de vocês.

Aqueles que não estão mais aqui, mas são saudade diariamente e nunca serão esquecidos: meus avós, Joana e José; minha tia Nilsa; vó Francisca, bisã Conceição; Salete; tio Jaime; tio Celestino; tio Zé; Sabrina.

Meus amigos, que me acolhem diariamente e me acompanham pelas andanças da vida: Bruna Caroline da Silva Dourado, Irlana Cristina Andrade Azevedo, Bruna Brancati, Raiane Félix, Giovana Franco, Zeldá Knapp, Melodie Mulder. Vocês são extremamente importantes em minha vida.

Minha orientadora, Rebeca Nunes Guedes de Oliveira, que me deu sempre toda direção e suporte, todo o apoio para concretizar essa jornada de trancos e barrancos. Aos professores que tive o prazer imenso de aprender neste percurso: Prof^a Dra. Regina Rossetti; Prof. Dr. Arquimedes Pessoni, Prof. Dr. João Batista Freitas Cardoso, Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo, Profa. Dra. Nina Martinez, Prof. Dr. Liráucio Girardi Júnior, Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti, agradeço imensamente por todo o conhecimento compartilhado. Ainda, aos meus colegas de turma, por toda união e apoio que tivemos uns com os outros nessa jornada.

Gostaria também de acrescentar meus professores do curso de letras, inesquecíveis em minha formação como docente, passe o tempo que for: Profa. Dra. Rita Couto, Profa. Dra. Márcia Moreira Pereira; Profa. Dra. Adriana Lilian Garcia; Profa. Dra. Elenice Costa; Profa. Dr. André Yutti Ozawa e muitos outros.

*“Não te deixes destruir... juntando novas
pedras e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.”*

(Cora Coralina)

RESUMO

O movimento feminista passou, desde seu surgimento, por diversas fases, influenciadas por diferentes contextos históricos, que implicavam no surgimento de novas concepções sociais e, por consequência, novas demandas. O presente estudo teve como objetivo compreender a constituição do feminismo jovem como movimento político social, a partir das narrativas de jovens mulheres do ABC paulista. A pesquisa, de caráter exploratório, foi desenvolvida em abordagem qualitativa, sendo o estudo interpretativo na coleta e análise de narrativas orais de histórias de vida. A partir das entrevistas em profundidade, a concepção do movimento, suas demandas e desafios foram singularmente apresentados pelas jovens participantes do estudo, cuja análise resultou nas duas categorias: O tornar-se feminista: trajetória de vida de jovens mulheres do ABC Paulista e Feminismos e engajamento de jovens mulheres do ABC Paulista. A análise revelou que o movimento feminista é apontado pelas entrevistadas como plural, mas sua divisão em vertentes foi levantada como um divisor e uma maneira de separar mulheres e criar disputas em locais que a união é necessária. Entre as pautas, a busca pelo avanço dos direitos reprodutivos, a criação de políticas públicas direcionadas às mulheres e a ocupação feminina em cargos de poder, como no âmbito político. O diálogo foi levantado como ferramenta de promoção do feminismo, não somente para discussão ou problematização de pautas, mas como uma forma de ouvir as vivências e “ir aonde as pessoas estão”. As manifestações também ocupam espaços públicos, mas foram apresentadas pelas entrevistadas como uma maneira de trazer atenção para os problemas, fazendo com que as pessoas parem e procurem saber. Foi possível observar um diálogo forte do feminismo concebido pelas jovens com ondas anteriores, na retomada de ações que estavam presentes na origem do movimento, como as reuniões presenciais e rodas de conversa ou divulgação através de jornais próprios. A própria internet, advento tecnológico recente, foi delineada como espaço de convocação para o presencial ou para ilustração do trabalho desenvolvido pelos coletivos que integram. O produto de intervenção consistiu na esquematização de situações e tópicos observados nos relatos para produção de contos baseados em suas vivências, que serão publicados em plataforma digital interativa.

Palavras-chave: Comunicação; Feminismos; Juventude; Histórias de Vida; Engajamento.

ABSTRACT

The feminist movement has, since its inception, gone through several phases, influenced by different historical contexts, which implied the emergence of new social conceptions and, consequently, new demands. The present study aimed to understand the constitution of young feminism as a social political movement, based on the narratives of young women from the ABC region of São Paulo. The research, of an exploratory nature, was developed in a qualitative approach, being a study interpretative in the collection and analysis of oral narratives of life stories. From the in-depth interviews, the conception of the movement, its demands and challenges were singularly presented by the young participants in the study, whose analysis resulted in two categories: Becoming a feminist: the life trajectory of young women from ABC Paulista; and Feminisms and engagement of young women from ABC Paulista. The analysis revealed that the feminist movement is pointed out by the interviewees as plural, but its division into strands was raised as a divider and a way to separate women and create disputes in places where unity is necessary. Among the agendas, the search for the advancement of reproductive rights, the creation of public policies aimed at women and the female occupation in positions of power, such as in the political sphere. Dialogue was raised as a tool to promote feminism, not only for discussing or problematizing agendas, but as a way of listening to experiences and “going where people are”. The demonstrations also occupy public spaces but were presented by the interviewees to bring attention to the problems, making people stop and seek to know. It was possible to observe a strong dialogue of feminism conceived by the young women with previous waves, in the resumption of actions that were present at the origin of the movement, such as face-to-face meetings and conversation circles or dissemination through own newspapers. The internet itself, a recent technological advent, was designed as a space for gathering face-to-face meetings or for illustrating the work carried out by the collectives that form part of it. The intervention product consisted of the schematization of situations and topics observed in the reports to produce stories based on their experiences, which will be published on an interactive digital platform.

Keywords: Communication; Feminisms; Youth; Life stories; Engagement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter.....	35
Figura 2 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter.....	35
Figura 3 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter.....	35
Figura 4 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter.....	35
Figura 5 – Plataforma Wattpad.....	123
Figura 6 – Termo de cessão de direitos	137
Quadro 1 – Categorias (Elaborado pela autora, 2023).....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
FSM	Fórum Mundial Social
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais (+ outras sexualidades e identidades de gênero).
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
TDCI	Tecnologias digitais de Comunicação e Informação
UJR	União da Juventude de Revolução
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Origem do estudo	13
1.2	Problematização	13
1.3	Objetivos	17
1.3.1	Objetivo geral	17
1.3.2	Objetivos específicos.....	18
1.4	Proposta de intervenção.....	18
1.5	Justificativa do estudo.....	18
1.6	Delimitação do estudo	22
1.7	Vinculação à Área de Concentração e Linha de Pesquisa do Programa.....	22
2	REFERENCIAL CONCEITUAL.....	25
2.1	O movimento feminista e suas fases históricas no Brasil.....	25
2.2	O pós-feminismo e os sentidos dos feminismos nas mídias.....	30
2.3	Juventude e feminismo em uma perspectiva interseccional	36
2.4	Gênero e narrativas orais de histórias de vida	39
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1	Caracterização do estudo	42
3.2	Cenário do estudo	42
3.3	Participantes do estudo	42
3.4	Coleta de dados.....	43
3.4.1	Roteiro de caracterização das participantes – questões:	44
3.5	Tratamento e análise dos dados	45
3.6	Aspectos éticos	46
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
4.1	Caracterização das participantes.....	47
4.2	História de vida das participantes	48
4.2.1	Bruna Biondi, São Caetano do Sul	48
4.2.2	Yara, Ribeirão Pires	49
4.2.3	Maria Clara, Mauá	51
4.2.4	Luciana, Mauá	52
4.2.5	Leal, Ribeirão Pires	53

4.3	Interpretação dos resultados	54
4.4	O tornar-se feminista: trajetória de vida de jovens mulheres do ABC Paulista	54
4.5	Feminismos e engajamento de jovens mulheres do ABC Paulista ...	94
4.6	Proposta de Intervenção.....	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICE A – TERMO DE CESSÃO PARA AUTORIZAÇÃO NO USO DOS DADOS COLETADOS DURANTE AS ENTREVISTAS	137
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES NORTEADORAS – ENTREVISTAS	138
	APÊNDICE C	140

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem do estudo

A origem deste estudo se deu a partir de experiências profissionais e pessoais da pesquisadora entre jovens mulheres e na observação de posicionamentos em diferentes ambientes: meio educacional, cotidiano e virtual. Empiricamente, por estar inserção neste meio, observou-se engajamento crescente de jovens em espaços virtuais feministas.

Ao mesmo tempo, há a não aderência e a propagação de desinformação entre jovens mulheres não envolvidas neste movimento sociopolítico. Além disso, o tema também representa um interesse de pesquisa, pois a própria autora deste trabalho possui experiência em seu desenvolvimento pessoal dentro do movimento.

1.2 Problematização

Em sua vivência, a autora deste estudo navegou por todas as fases comumente presentes no processo de crescimento de pessoas de sua geração e foi, desde muito cedo, bombardeada por falas endossadoras dos papéis de gênero solidificados pelo sexismo em sociedade. Desde a infância, percebeu que a sociedade delimitava certos padrões esperados de comportamento: o gostar de rosa, o ter interesse por tarefas domésticas, a manutenção do corpo segundo padrões de beleza pré-estabelecidos, a heteronormatividade e a delimitação das formas de brincar segundo padrões de gênero.

O lembrar da própria trajetória de vida desvela momentos em que não se viu como reforçadora destes discursos, que são endossados como regras em toda a sociedade. A autora já considerou que não era certo brincar de carrinho e chegou a afirmar para outras meninas que não era “brincadeira de menina”. Ainda, a sexualidade era um fator inexistente e ignorado. Com o passar dos anos, as cobranças passaram a vir de “amigas” no ambiente escolar, então fingia, mesmo durante períodos de adolescência, ter interesse em meninos que pouco se importava, adotava comportamentos que não representavam o que realmente pensava – se o grupo de meninas que eram amigas faziam, não era o que se esperava?

Ferreira (2004) apresenta o sexismo como uma ferramenta utilizada pelo homem na manutenção das desigualdades de gênero, que resultam na depreciação das mulheres. O sexismo se apropria de qualquer autonomia feminina e até mesmo dos corpos e escolhas das mulheres. Segundo Hooks (2019), a luta feminista sempre buscou a validação dos corpos das mulheres e de suas escolhas, pois o pensamento sexista condiciona mulheres ao pensamento de que devem sempre apresentar uma imagem considerada desejável na concepção dominante.

Durante o período da adolescência, a autora deste estudo se viu diante de imagens idealizadas dos corpos, o que afetou a autoconsciência, ao descobrir que não estava nos padrões de beleza, que não era “magra o suficiente” e tinha “cintura estranha”, de causar risos no grupo de amigas durante um círculo de exibicionismo mandatório do corpo. A falta de filtro e a enxurrada de bullying – por corpo, por forma de andar, por nariz, por usar aparelho, pelo cabelo, por não ter interesse sexual em ninguém – resultaram em paranoia extrema com o peso e uma anorexia. O comentário com outras familiares da mesma idade passou a ser “prefiro morrer a ser gorda”. Hoje, com consciência da problemática ali naturalizada, observa o quão nocivos são estes conceitos propagados entre jovens.

Ferreira (2004) ainda aponta no sexismo uma face antiga e outra moderna, que consistem em

[...] endosso a papéis de gênero tradicionais, tratamento diferencial entre mulheres e homens e estereótipos sobre a menor competência feminina, enquanto o sexismo moderno associa-se à negação de que a discriminação contra a mulher ainda exista e a um antagonismo contra as atuais lutas da mulher por maior inserção na sociedade e contra o suporte governamental a políticas destinadas a apoiar a população feminina (FERREIRA, 2004, p. 120).

No período de desenvolvimento, questões de gênero sempre trouxeram confusão: qual motivo tornava necessário o “aprender a cozinhar para poder se casar”? Não era uma habilidade que todos deveriam ter? Por que esperar de uma criança a aquisição de uma habilidade que muitos homens adultos da família não tinham?

Nesse sentido, Gavo (2020) destaca as jornadas de trabalho não remuneradas exercidas por mulheres como opressões endossadas não somente pelo machismo, mas também pelo capitalismo, que utilizada do trabalho doméstico não remunerado direcionado a subalternações socialmente condicionadas para

manter-se. Para que o homem possa trabalhar, há o reforçamento da terceira jornada, o trabalho doméstico, comumente atribuído às mulheres (HOGAN, 2009). A autora se recorda das críticas que já testemunhou a mulheres que trabalhavam e davam prioridade a suas carreiras, coisa que não é rara entre figuras masculinas: “como optar por viajar a trabalho, enquanto os filhos ficariam com o marido? Que tipo de mulher e mãe era aquela?”.

Grande parte da sociedade não compreende o que é sexismo ou não o concebe como algo que deve ser revisto e modificado (HOOKS, 2018). Não é raro ouvir frases sexistas ou ofensas a outras mulheres em sociedade, assim como também não é difícil internalizá-las e repeti-las como um papagaio. Em experiência pessoal, os questionamentos só vieram a partir do Ensino Médio. Apesar dos confrontos diante de falas sexistas direcionadas, a consciência solidificou-se em lento processo.

Para a autora, a noção de um movimento de mulheres só veio nos anos de faculdade. Acredita-se que, em tentativas de apagamento e invalidação, o próprio movimento feminista é alvo de concepções estereotipadas como um movimento de “ódio a homens” ou como uma tentativa de “igualar mulheres e homens”. Estas concepções são fomentadas, de certa forma, pela exposição a informações propagadas para as massas por mídias patriarcais, que acabam sendo a maior fonte de contato com o movimento e suas especificidades, ainda que distorcidas. Não há representação de um feminismo popular quando há seleção meticulosa e distorções pela mídia (HOOKS, 2018).

Mesmo diante da noção de um movimento, a adesão também foi um processo tortuoso para a autora deste estudo que, inicialmente, ainda que com consciência de ser feminista, combater falas e confrontar ações sexistas; ainda não se apropriava do termo publicamente, por vergonha e por saber o que isso representaria no pensamento da maioria das pessoas com as quais convivia cotidianamente.

Biroli e Miguel (2014) problematizam o fato de teorias democráticas e da justiça, geralmente, estabelecerem uma ideia de liberdade e de igualdade entre todos os cidadãos, o que provoca em contrapartida o silenciamento, em esferas diversas, quanto ao impacto do gênero na manutenção de hierarquias e posições sociais, o que acaba limitando, justamente, discussões e contribui na estagnação destes problemas, por justificá-los e não incentivar sua reflexão.

Segundo Biroli,

A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Com essa análise, evidenciam-se alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação. Evidenciam-se também limites das teorias políticas tradicionais, que tendem a aceitar sem questionamento a distinção entre a esfera pública e a esfera privada e que são cegas à relevância política da desigualdade de gênero (BIROLI, 2014, p. 7).

Em sua vivência universitária na década de 1970, Hooks (2018) elucida as transformações que o feminismo trazia nas esferas privada e profissional, enquanto incentivava mulheres a repensar o conceito das identidades femininas como “posse do homem”, para a noção de um movimento que assume a pauta de ter autonomia em seus direitos de reprodução e sexualidade, de exigir segurança no fim da violência sexual e do fim da discriminação no ambiente trabalhista.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) apontam a emergência de uma nova onda feminista, a partir da observação de movimentações mundiais e organizações impulsionadas por uma greve feminista realizada na Polônia em 2016, que mantém diálogo e semelhança com demandas passadas. Ao mesmo tempo, constata a presença de novas maneiras do “fazer greve”, pois a partir de um feminicídio de uma mulher argentina, surgia o movimento que logo tornou-se mundial, o “*Ni una a menos*”.

O engajamento de jovens mulheres ao feminismo frente à atual conjuntura de polarização político-ideológica convive, em contrapartida, com a efervescência de práticas discursivas estereotipadas, crenças de irrelevância quanto às questões de gênero e recusa ao movimento feminista. Essa problemática descortina o importante papel da Comunicação de Interesse Público para a desconstrução de estereótipos e disseminação de conteúdos condizentes com a realidade histórica e social do movimento na luta pela cidadania das mulheres para a qual a equidade de gênero é condição.

Compreender as demandas e pautas atuais que o movimento político-social feminista abrange pode ser diretamente uma ferramenta de desmistificação e combate à desinformação. O conhecimento da autora deste estudo quanto aos feminismos presentes em sociedade veio com a ajuda da internet, da comunicação e troca com outras mulheres, além do estudo da literatura e discussões em redes sociais, como o Facebook. Percebe-se hoje que as discussões ganharam “chão

físico” e que reuniões para abordagem de pautas feministas; hábito mais comum nas gerações anteriores; estão novamente ganhando força.

Considerando o movimento político-social feminista como promotor de engajamentos em ativismos e ações coletivas, bem como seu estabelecimento de pautas de interesse público, procura-se compreender as multiplicidades presentes em seus sujeitos.

Quanto ao recorte regional, a pesquisa observou, a partir da coleta de histórias de vida de jovens feministas, a forma como o feminismo é entendido e organizado entre jovens da região do ABC Paulista. O direcionamento da pesquisa para as cidades do ABC Paulista se deu pela escassez de estudos no tema delimitados na região. Em uma simples busca em plataformas de referência, como a Scielo, apenas dois artigos direcionados à região do ABC Paulista foram encontrados – um deles por Júnior e Menezes, produzido em 2021, conta com entrevistas de mulheres metalúrgicas e a transmissão de sua militância a seus filhos; enquanto o outro, escrito por Thibes *et al.* em 2017, que apesar de concentrar-se na região, não se atém necessariamente a mulheres, pois busca compreender a migração de homens e mulheres nordestinos.

Sendo assim, o desenvolvimento desta investigação concentrou-se em uma pergunta:

Como se dá a constituição do feminismo a partir das narrativas de jovens mulheres, considerando suas formas de expressão, pautas e engajamento na região do ABC paulista?

1.3 Objetivos

A partir desta pesquisa, de caráter exploratório, buscou-se:

1.3.1 Objetivo geral

Compreender a constituição do feminismo jovem como movimento político social, a partir das narrativas de jovens mulheres do ABC paulista.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Analisar como se dá a constituição da identidade feminista de jovens do ABC Paulista, considerando suas experiências e o processo de reconhecimento com o feminismo;
- b) Identificar formas de engajamento do feminismo expressas por jovens mulheres atuantes no ABC Paulista para compreender o feminismo;
- c) Desenvolver um produto de comunicação utilizando linguagem literária voltado ao público juvenil, para difundir os resultados do estudo e promover visibilidade social do feminismo jovem e sua relevância para a construção da equidade de gênero.

1.4 Proposta de intervenção

O produto de intervenção consistiu na leitura e observação de situações e tópicos presentes nos relatos para produção de contos baseados nas vivências, que serão publicados em plataforma digital interativa.

1.5 Justificativa do estudo

Os estudos de gênero e do feminismo adentraram o ambiente acadêmico e ganharam visibilidade cada vez maior, datando da década de 1960 até o momento, ainda que com distanciamento do feminismo das massas e até inacessíveis em seus jargões próprios (HOOKS, 2018). Entre afirmações de suposta extinção ou enfraquecimento do movimento até sua completa resolução, Gomes e Sorj (2014) destacam crenças de um “desgaste” sofrido pelo feminismo a partir dos anos 2000, reforçadas pelo discurso midiático, que apresenta razões para o fim do movimento, motivos que não o permitem alcançar suas demandas e questiona até mesmo sua ideologia. As autoras também enfatizam a visão de que o feminismo alcançou um sucesso que o tornou desnecessário na visão de parte da sociedade.

Antes do surgimento de um feminismo acadêmico, que se debruça em estudos de gênero, o movimento já traçava críticas ao sexismo e visava maneiras de combatê-lo (HOOKS, 2018). Segundo Miguel, há no movimento feminista um papel de denúncia da condição da mulher, que

[...] ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes (MIGUEL, 2014, p. 17).

Apesar das disparidades e desinformações observadas e da própria negação do feminismo por parte daqueles que por ele seriam particularmente englobados, observa-se o crescimento e transformação do movimento na atualidade. Hollanda (2018) aponta a existência de uma nova geração feminista e de novos tipos de mobilização. Sendo assim, a observação de uma nova onda feminista com uma geracionalidade que constituiria uma quarta onda, conforme afirma a autora:

O feminismo hoje não é o mesmo da década de 1980. [...] Por outro lado, vejo claramente a existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração (HOLLANDA, 2018, p. 6).

A motivação para o presente estudo reside no interesse pelas inquietações e vivências desta nova onda, em especial das mulheres jovens, além de sua tomada de ações, seja nas esferas pública ou privada; e nas diferentes formas de expressão e engajamento destas mulheres. Considerando que os contextos históricos mudam, assim como as implicações e necessidades do meio social, reflete-se a necessidade e relevância do feminismo e de sua compreensão atualmente. Ademais, reconhecendo a presença das assimetrias e distorções reproduzidas em relação ao feminismo, busca-se compreender e dar visibilidade às vozes presentes dentro do movimento. Desta forma, é possível combater o ruído desinformativo e compartilhar experiências autênticas e descobertas verídicas de sujeitos feministas da atualidade.

A pesquisa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, o qual destacamos o ODS5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. A necessidade e beneficidade de uma sociedade igualitária em direitos e politicamente consciente e empoderada ainda é uma demanda real a ser alcançada em sociedade.

Para compreensão das justificativas apontadas, buscou-se embasar como ainda é necessário estudar um movimento político-social que emergiu frente a demandas passadas, o cumprimento, alcance ou reiteração destas demandas, bem como as mudanças e pautas que permeiam as militâncias de jovens mulheres da nova geração, considerando a atual conjuntura.

Desta maneira, procura-se compreender o processo de constituição de jovens feministas nas esferas pública e privada das relações familiares, suas implicações e engajamento; bem como o entendimento de sua concepção e a apropriação do termo em sua própria designação.

O reconhecimento de um movimento político-social com suas demandas implica em entendimento e alinhamento às necessidades por ele requeridas. Este reconhecimento e apropriação do termo é explorado no presente estudo. A nova geração até o momento abordada é observada por Hollanda (2019) com hesitações na apropriação, uma

[...] atitude de recusa à identificação com o feminismo [...] sintoma bastante encontrado em muitas de nossas pesquisadoras e estudiosas engajadas na questão da condição feminina, e praticamente a regra entre as escritoras e produtoras culturais que trabalharam com uma perspectiva feminista (HOLLANDA, 2019, p. 15).

Um levantamento desenvolvido pela BBC em 2019 apresenta dados em relação à identificação de mulheres como feministas em diversas pesquisas. Nesta publicação, é possível observar uma disparidade em relação à crença por equidade social e a adoção do termo. Os dados registrados pelo instituto YouGov trazem porcentagem de 34% de adesão ao termo “feminista” enquanto, durante a pesquisa, cerca de oito entre dez pessoas disseram concordar com a igualdade de gênero e com o machismo como fator problemático. Quando se direcionam os dados para o Brasil, os índices são também consideráveis.

Em pesquisa realizada pelo DataFolha em 2020, em que 2086 pessoas foram entrevistadas, apenas 38% das mulheres se consideravam feministas, enquanto 56% rejeitavam qualquer associação com o movimento e 6% não opinaram sobre o assunto. Para compreender melhor, a parcela de homens entrevistados apresentou maior apoio ao movimento que as mulheres, totalizando 57% de apoio e 40% contra. Entre os gêneros entrevistados, nota-se que a parcela maior de aceitação está entre os jovens ou entre aqueles que possuem maior escolaridade. Além disso, há

concordância em alto percentual sobre a necessidade de mais mulheres na política, independente das faixas etárias. Ainda, entre as mulheres, as que mais aderem ao feminismo são mulheres negras e mulheres não religiosas (DATAFOLHA, 2020).

Os dados revelam questões importantes, sendo necessário pensar sobre as possíveis causas desta aversão e da manutenção de imagens negativas em relação ao feminismo no atual contexto histórico, social e cultural. O senso comum e a divulgação de desinformação são fatores contribuintes para a aversão ou hesitação na nomeação de mulheres feministas, apesar de sua identificação com seus conceitos e demandas internas. Além disso, certa relutância em “ser político” – ser indivíduo político e posicionado em sociedade é “tomar partido” e o ser político tem, em sua ação de reconhecimento, um afastamento da imparcialidade.

Considerou-se a região do ABC Paulista que, apesar de contar com grandes ocupações e frentes de apoio a mulheres, não possui pesquisa específica encontrada abrangente deste tema; pois artigos buscados que, de alguma forma, mencionam o feminismo e o local encontrados estão concentrados no sindicalismo de mulheres e suas militâncias em décadas passadas.

Para Giovanni (2003), por outro lado, na constituição de mulheres em grupos feministas há uma significativa e crescente participação de jovens mulheres no movimento, o que revela um importante protagonismo da juventude. Este envolvimento, observável na criação de eventos e embates virtuais, de manifestações e de encontros presenciais, como os engajamentos promovidos pelo Fórum Social Mundial (FSM), criado em 2001, mostram que “[...] é no embate de jovens militantes do movimento global para constituir-se como uma nova geração política que podemos hoje encontrar as jovens interessadas em levar adiante a organização e o projeto emancipatório das mulheres” (GIOVANNI, 2003, p. 657).

Observando a vivência cotidiana, é relevante considerar as limitações e formas de engajamento das jovens feministas apresentadas na pesquisa, bem como sua aplicação nas reflexões, formas de comunicação e envolvimento em processos de desconstrução. Desta maneira, é possível inferir a influência do feminismo em suas tomadas de ações, seu envolvimento, expressividade e concretização de pautas, considerando sua existência a partir da expressão de jovens mulheres feministas do ABC paulista.

1.6 Delimitação do estudo

O tema deste estudo concentrou-se na análise de experiências de jovens mulheres feministas sob a perspectiva da interseccionalidade, considerando suas identidades, formas de expressão, engajamento e especificidades na região do ABC Paulista. Para compreensão das dimensões que foram exploradas e dos feminismos, foi desenvolvido um levantamento sobre fases do movimento político-social no Brasil e suas diferentes formas de comunicação, expressão e engajamento. As observações realizadas do movimento feminista e das pautas que permeiam as vivências envolvidas foram desenvolvidas no recorte local e a partir da perspectiva interseccional.

Estudos relacionados ao movimento sociopolítico escolhido abordam suas definições e desenvolvimentos, porém ainda há inquietação quanto às demandas e presença da nova geração, bem como as formas de expressividade, definições e possíveis reformulações.

1.7 Vinculação à Área de Concentração e Linha de Pesquisa do Programa

A presente pesquisa visou compreender, a partir da análise das narrativas de jovens feministas, formas de comunicação, engajamento e pautas que integram o movimento da juventude do ABC Paulista.

Relaciona-se, portanto, diretamente com questões sociais, de Interesse Público, pois o engajamento em ações de equidade de gênero, como as demandas do movimento feminista propõem, são benéficos para a construção de uma sociedade mais justa.

Considerando o caráter qualitativo da inovação que, segundo Rossetti, pode promover “a alteração, a transformação e a modificação. Ato intimamente ligados ao conceito de mudança, e toda mudança é capaz de inovar no sentido de fazer surgir novos estados que não se manifestavam anteriormente” (ROSSETTI, 2013, p.68); foi desenvolvido um produto comunicacional que propague a voz das mulheres anônimas entrevistadas, adaptadas em um livro de narrativas orais de história de vida, para todo o público que desconhece ou encontra-se desinformado sobre as estruturas do movimento. Desta forma, é possível promover impacto, a partir da apresentação de informações verídicas e cotidianas de sujeitos integrantes

do movimento, e a reconsideração de ações, conceitos e comportamentos anteriormente adotados em relação ao movimento.

Tendo em vista a busca por uma sociedade igualitária, a importância de membros ativos e conscientemente posicionados na garantia de direitos individuais e coletivos, faz-se necessário o estudo das defasagens ainda presentes para seu alcance. Com a modernidade, a constituição do indivíduo, que antes fora considerada como identidade única e fixa, apresenta agora fragmentações e passa a ser constituída por várias identidades, que podem interagir ou até fazer oposição entre si. Elementos que antes não eram observáveis ou considerados passaram a fazer parte da equação e vistos como partes dos sujeitos como, por exemplo, gênero, raça, classe e orientação sexual. O sujeito moderno agora é complexo e constituído por diversas partes (HALL, 2006). Cabe, então, buscar compreender os próprios processos de constituição das identidades feministas, ainda que cada experiência coletada seja única, considerando as caracterizações integradas na afirmação apresentada por Hall. A pluralidade do coletivo, benéfica na integração de vivências e concepções de mundo mais diversas, permite a observação de disparidades como violências e desigualdades sofridas. Foi destacada, neste estudo, a participação de jovens mulheres no movimento feminista e a aplicação de suas pautas, considerando possíveis repercussões na esfera pública.

É importante destacar que, para trabalhar com as questões de gênero, é inevitável que haja debates em relação às identidades, gerações e etnias envolvidas. “E a questão da identidade, problemática fundamental nas reflexões de Stuart Hall, permanece ocupando um lugar central na mesa dos estudos feministas e em sua prática política” (ESCOSTEGUY, 2016, p.74). A constituição do indivíduo em sua identidade, como se reconhece e se apresenta no mundo relaciona-se diretamente às ações responsivas do coletivo, que nem sempre são de consideração a seus direitos individuais.

Portanto, “[...] a prática da responsabilidade social é condição *sine* [...] em uma sociedade democrática, principalmente tratando-se de instituições com poder público, cujas atividades e decisões afetam a coletividade” (ROSSO; SILVESTRIN, 2013, p. 234).

Ou seja, as ações dos indivíduos influenciam diretamente no coletivo, indo a encontro de um dos objetivos centrais do estudo, a conscientização tem o poder de modular comportamentos e engajar indivíduos para ações que geram uma

sociedade igualitária. Ademais, o empoderamento das mulheres se constitui em um processo de empoderamento social, que também ocorre na esfera pública, sendo, portanto, um produto que pode ser gerado da comunicação pública, e a resposta de indivíduos feministas é também um ato individual com repercussão coletiva.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1 O movimento feminista e suas fases históricas no Brasil

Ao refletir quanto ao cenário brasileiro em torno do feminismo, Hollanda (2019) aponta a concepção e relações feitas pela sociedade acerca do movimento e de seus termos como uma derrota, pois o descuido com a visão social ainda afasta mulheres brasileiras do movimento e permite, simultaneamente, a exploração destes preconceitos por parte da propaganda antifeminista.

Em seu surgimento, o movimento propunha espaços de reflexão e comunicação focados no compartilhamento de vivências e crenças e conscientização conjunta. O local de encontro, residencial e pertencente à esfera privada, era então utilizado como espaço para análise das hierarquias e da cidadania vivenciadas nas esferas pública e privada (HOOKS, 2018).

Segundo Garcia,

Ao se dar conta de que o controle patriarcal se estendia também às famílias, às relações sexuais, trabalhistas e outras esferas, as feministas popularizaram a ideia de que o pessoal é político. As mulheres se deram conta de que aquilo que pensavam ser problemas individuais eram experiências comuns a todas, fruto de um sistema opressor (GARCIA, 2011, p. 17).

Para Hooks (2018), o feminismo, em manifestações de demandas e até mesmo em seu início, surgiu como um movimento segregacionista, pois era basicamente conduzido por mulheres brancas privilegiadas, que buscavam obter os mesmos privilégios que homens brancos e de suas classes. Ainda, a liderança de mulheres brancas ditava pautas, o que acarretou, por exemplo, na priorização dos direitos sexuais em lugar dos direitos civis, extremamente importantes para as mulheres negras naquele momento.

De acordo com Garcia (2011), o pensamento feminista brasileiro inicialmente partia de uma realidade estrangeira, pois foi importado de ideias de igualdade reverberantes da Revolução Francesa. Este pensamento feminista foi então considerado e encaixado no contexto social brasileiro, que ainda contava com a visão conservadora do espaço privado como espaço de confinamento feminino (SILVA *et al.*, 2021).

Nos levantamentos feitos acerca do feminismo no Brasil, os destaques pendem para os períodos de 1930; que marca a conquista do voto feminino, e de 1970 para a modernidade. Entretanto, momentos anteriores a estes períodos também contaram com demandas e luta por direitos que devem ser considerados significantes. Historicamente, a negação no reconhecimento de quaisquer igualdades e a reserva da participação na esfera onde as decisões se fazem aos privilegiados é realidade desde a Grécia Antiga, quando o exercer da cidadania na “pólis” já não era destinado a mulheres e escravos (MIGUEL, 2011).

Nesse sentido, demandas básicas como educação e pelo direito de saber ler e escrever foram muito presentes no Brasil do século XIX. O direito era até então destinado apenas a homens, e a educação feminina consistia apenas com conventos que preparavam mulheres para o casamento ou na educação particular, ainda voltada ao ambiente doméstico. Neste período, destaca-se o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta, que teve publicações em grandes jornais da imprensa e o primeiro livro relacionado a questões de gênero, sob o título “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (DUARTE, 2019, p. 28-29).

A partir da movimentação feminina e do próprio acesso ao direito à educação, no início do século XIX, se dá um novo movimento impulsionador na expansão do feminismo e na propagação de suas ideias. As primeiras mulheres que tiveram acesso a esta educação diferenciada tomaram como objetivo justamente o alcance de outras mulheres (HOLLANDA, 2018). O feminismo do final deste século caminhava juntamente com movimentos abolicionistas, porém contava com menor adesão e abrangia somente mulheres brancas. Ainda, o exercer da cidadania através do voto era negado a mulheres, pois a emenda internacional que veio a partir de movimentações civis regulamentou o voto apenas para homens escravizados libertos. A restrição ao direito civil do voto permanecia então e foi trazida pelas sufragistas para o início do novo século (GARCIA, 2011).

A segunda onda feminista caminha justamente na expansão da educação e na busca pelo direito ao voto feminino no início do século XX. No Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, publicações jornalísticas periódicas de mulheres questionavam a estrutura patriarcal presente na sociedade e elucidavam a necessidade da emancipação feminina, bem como acesso a direitos que garantissem igualdade entre homens e mulheres (HOLLANDA, 2019).

O feminismo nacional compartilha de demandas semelhantes, em alguns momentos, ao feminismo estadunidense e europeu, a questão do sufrágio sendo uma delas. Enquanto o sufrágio estadunidense, conforme destaca Hooks (2018), marca a busca e a aquisição do direito ao voto junto à desigualdade racial, pois pessoas brancas e com privilégio de estudo foram as primeiras beneficiadas em sua concessão, no Brasil, as movimentações contam com seus próprios nomes, assim como represálias e tentativas de invalidação.

O sufrágio brasileiro foi marcado por grande movimentação da imprensa feminina e periódicos publicados por mulheres. Este jornalismo deu voz a muitas pautas feministas. Destacam-se nomes como Josefina Álvares de Azevedo, que atuou como grande questionadora do gênero e como diretora do jornal “A família”, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Josefina, e que com suas falas combativas, apresentava questionamentos em relação à tutela masculina e destacava a presença feminina nas movimentações por mais direitos. Além disso, Josefina movimentou peças teatrais e campanhas pelo voto feminino e seu trabalho foi “incansável na denúncia da opressão e nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto” (HOLLANDA, 2019, p. 34).

Segundo Hall (2006, p. 12), as “transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais”.

Duarte (2003, p. 37) destaca como o século XX já conta

[...] com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias.

Havia, na década de 1920, nas literaturas e artes nacionais, uma busca por uma identidade própria e desassociação, de certa maneira, ao que era importado e tomado como verdade dentro da arte: a inspiração transmutada ao nacional e próprio. Para Alves (2019, p. 76), essa busca nacionalista está conectada à “elitização, masculinização e branqueamento da cultura como critérios de civilização”. A autora afirma que a exclusão feminina neste momento se dá pelo

questionamento por parte das mulheres com relação a dominâncias e exclusões sociais. Neste momento, a própria capacidade feminina de exercer a cidadania era altamente questionada, utilizando-se de argumentos do emocional feminino e de leviandade, afirmava-se que “a mulher descuidaria das suas obrigações para com a família a partir do momento em que dispensasse seu tempo com a ida às urnas” (SCHMIDT, 2019, p. 78). Apesar de tentativas de postergar e sabotar a concessão do direito ao voto feminino no Brasil, ainda há sua aprovação em lei no Rio Grande do Norte, por Juvenal Lamartine (HOLLANDA, 2019). Duarte (2003) aponta esta realização como marco inicial do direito ao voto para a mulher brasileira em 1927. Esta conquista é diretamente atrelada às movimentações de mulheres, tanto na imprensa quanto manifestações e congressos como os conduzidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 (ALVES, 2019). Finalmente incluso no código eleitoral brasileiro em 1932, ainda que de forma exclusionista com pessoas analfabetas, o direito ao voto foi interrompido junto das eleições e só voltou a ser executado novamente em 1945 (HOLLANDA, 2019).

A incorporação da mulher na esfera pública, que avançava lentamente com sua inserção, ainda que com caráter explorador e de jornada dupla ou tripla, no mercado de trabalho durante o período da guerra, retrocedeu drasticamente. Cargos ocupados por mulheres passaram a ser entregues a homens e a figura feminina novamente viu-se direcionada para o lar e para o consumo de artigos relacionados ao ambiente doméstico (GARCIA, 2011). A partir da década de 1960, percebe-se notável distanciamento entre a teoria e a prática com relação aos direitos e igualdades. Novas reflexões acerca desta e dos motivos que permeiam a subordinação ainda existente tomam impulso, bem como a visualização do espaço privado como local em que desigualdade e violências também ocorrem (SILVA *et al.*, 2021).

Nesse contexto de opressão também presente no espaço privado, Garcia (2011, p. 86) elucida que neste momento

[...] mulheres enfrentavam a sua invisibilização como líderes, os debates eram dominados pelos homens e suas vozes não eram escutadas. A opressão era analisada apenas do ponto de vista de classe. O sexismo ou era motivo de piada ou não entrava nos debates teóricos. Desse modo, as questões que afetavam diretamente as mulheres (sexualidade, divisão do trabalho doméstico, opressão) não eram discutidas.

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 contaram com o que Hollanda (2018) aborda como momento mais determinante do feminismo brasileiro, pois as organizações não se concentram apenas no alcance da igualdade, na eliminação dos preconceitos e por melhores condições trabalhistas, mas também no combate à censura, na luta pela democracia e na manutenção dos direitos básicos sobre o próprio corpo.

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Contudo, ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto (DUARTE, 2003, p. 44).

Para a autora, ainda, os anos de 1975 a 1985 foram justamente de massivas articulações, todas buscando validação de pautas relacionadas à mulher. Foi nesse período que a ONU decretou o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março (8M).

A forte presença da imprensa, novamente, bem como o processo de redemocratização, contribuiu para a formação de grupos acadêmicos concentrados em gênero e até mesmo das primeiras delegacias femininas. Durante este período, uma conquista notável foi a autonomia dos corpos e direitos reprodutivos, como o uso de anticoncepcionais, ainda que o direito ao aborto continuasse pauta em discussão apenas, observados a partir da noção de planejamento familiar incluso na Constituição na década de 1980 e no SUS em 1996 (SILVA *et al.*, 2021). Já no final da década de 1980, há grande destaque midiático para a participação feminina na política, resultado da ocupação crescente deste espaço. A articulação entre mulheres, principalmente no setor acadêmico foi fundamental para a concretização do feminismo nas instituições de ensino superior (HOLLANDA, 2019).

Segundo Silva *et al.* (2021), na década de 1990, surgem novas forças dentro do movimento, englobando a diversidade feminina, “com demandas específicas, trazendo com bastante força do movimento negro, movimentos homossexuais, lesbianismo, transexuais entre outros” (SILVA *et al.*, 2021, p.11). Além disso, dentre as reflexões e demandas, o feminismo destaca o próprio conceito de família e a necessidade de reconhecimento das diversidades em sua constituição (BIROLI, 2014).

Hollanda (2019) aponta este momento como retratado por muitos estudiosos como “pós-feminismo”, pois as liberdades passam a ser vistas como “alcançadas” e não há espaço que seja negado à mulher, teoricamente. O feminismo passa a ser visto como um movimento ultrapassado e sem sentido prático. Esta visão ainda é contestada pela autora, que enumera a desigualdade em números salariais e em cargos, assim como a presença da violência em sociedade.

Com a chegada de novos aparatos comunicacionais e sua democratização em sociedade, surge o reconhecimento de uma nova onda feminista, permeada por novas formas de interação e de organização (PEREZ; RICOLDI, 2019).

2.2 O pós-feminismo e os sentidos dos feminismos nas mídias

Com o início dos anos 1990 e o agregar do que antes era concebido como revolução sexual ao cotidiano, ocorre a própria mistura do movimento feminista entre outras pautas sociais, o que é destacado por Duarte (2003) como uma relativização do movimento e da existência de pautas a serem concretizadas, assim como interpretações deste como algo do passado, já concluído. Desta época aos anos 2000, principalmente, há um ápice da cidadania dos sujeitos, segundo Fanchini (2020), com engajamentos e discussão de questões sociais em espaços diversos, como das mulheres e o preconceito, de forma a provocar a formulação e reavaliação de políticas públicas e de órgãos governamentais a elas destinados.

Hooks (2018) aponta os espaços privados como pontos de surgimento das discussões e propagações iniciais do feminismo. Espaço que, com o passar do tempo, seria movido para a universidade e a esfera pública; além disso, eventualmente direcionado para as mídias de massa que, segundo a autora, por ausência de educação e conhecimento acerca do movimento, fizeram um desserviço que ensinou informações negativas e reforçou estereótipos.

A descentralização dos grupos informais de discussão feminista, a partir da integração do feminismo como disciplina acadêmica, implica na movimentação do espaço de reflexão e produtividade. A partir deste momento, os sujeitos atingidos pelos discursos concentram-se em locais diferenciados: a academia, que conta com aquelas que possuem algum privilégio, geralmente de raça e/ou classe; e o espaço de discussão informal, que integra àquelas que não possuem acesso ao anterior (HOOKS, 2018).

Com o passar do tempo, o surgimento da tecnologia apresenta novas maneiras de protestar e fazer ativismo, novas formas de compartilhar e acessar informações, passando a atingir aqueles que a ela vão gradualmente tendo acesso. Ainda que este tipo de ativismo, predominante e marcante para esta nova onda, não atinja a todos (PEREZ; RICOLDI, 2019). Nesse sentido, há na comunicação uma visão androcêntrica, segundo Garcia (2011), pois a figura centralizada até mesmo para representar a humanidade é o “homem”. Pode-se dizer que nas mídias que são decididos os assuntos e as figuras que representarão tudo que será determinado como “divulgável”, vide a presença de figuras que são parte deste monopólio e apresentam-se diariamente para a sociedade. Nas mídias de massa, o papel dado à voz da mulher, quando acontecia, mesmo que não relacionado a questões feministas, direcionava-se às mulheres brancas e cisgêneros, excluindo a diversidade feminina que o movimento deve englobar (HOOKS, 2018).

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostraram ainda uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres (HOLLANDA, 2018, p. 34).

Segundo Perez e Ricoldi (2019), a chegada da internet e o crescimento do ciberativismo trouxe luz a relatos, denúncias e novas formas de conceber o feminismo; também possibilitou a formação de coletivos feministas, organizações grupais que podem ser consideradas centro desta nova onda feminista. Esta nova onda apresenta uma nova maneira de fazer política, que traz em seu bojo representatividades diversas e firmeza em lugares de fala (HOLLANDA, 2018).

Quanto às formas de interação e organização desta nova onda,

Reanimando aquele espírito combativo, as greves feministas de hoje estão recuperando nossas raízes nas lutas históricas pelos direitos da classe trabalhadora e pela justiça social. Unindo mulheres separadas por oceanos, montanhas e continentes, bem como por fronteiras, cercas de arame farpado e muros, elas dão um novo significado ao lema “Solidariedade é nossa arma (FRASER *et al.*, 2019, p. 26).

Hollanda (2019) e Fraser *et al.* (2019) observam nas novas formas de organização e de movimentação uma nova etapa para o movimento feminista, uma nova onda que conversa com as gerações anteriores e que, ao mesmo tempo, constitui suas próprias demandas. A união e a comunicação nunca foram tão fáceis

e os espaços globalizados possibilitaram novas maneiras de acessar e compartilhar informações. Hollanda (2019, p. 38) ainda destaca o que chama de “quarta onda” de jovens feministas, uma articulação em que “campanhas com hashtags foram o grande momento e a maior novidade do ativismo feminista jovem. [...] batizada ironicamente como ativismo de sofá, minimizando a importância que a rede teve nessa mobilização insurgente”.

A visibilidade que o movimento ganha atinge diretamente aqueles que compartilham de seus interesses e os que se posicionam contra seus objetivos, de alguma maneira. Segundo Castro (2020),

[...] a presença das lutas feministas por meio desses canais e instrumentos de informação asseguram uma maior e melhor visibilidade do movimento no mundo. No entanto, ressaltamos um duplo movimento presente na contradição mesma do uso destes meios, a ampliação do conservadorismo e negação/resistência ao movimento. A estratégia de utilização das mídias sociais pelos movimentos sociais, mesmo percebendo seus limites não diminui a importância da análise do fenômeno, visto seu potencial mobilizador e articulador (CASTRO, 2020, p. 463).

O avanço comunicacional proporcionou acesso fácil ao movimento e maior praticidade para suas organizações e mobilizações. Porém, ao mesmo tempo em que a mobilização e a propagação de informações relacionadas ao movimento se tornaram mais ágeis e amplas, há o crescimento de uma contrarresposta, que espalha desinformação e se apropria de discursos estereotipados e antifeministas.

Para Hollanda (2018), as maneiras de ocupação e apropriação dos espaços têm se configurado em densidade política e conscientizadora, seja na produção de músicas, na apresentação artística, em batalhas de poesia ou na exibição de curtas. A autora apresenta como exemplo a produção de *funkeiras* e *rappers*, também de grupos femininos e LGBTQIA+ em SLAMs de poesia, que fazem uso dos discursos presentes em notícias que apresentam estatísticas de feminicídio e transfobia em suas composições, trazendo depoimentos, vivências e teorias para atingir seus ouvintes. O comunicar se amplia e se reinventa constantemente, o ativismo se alimenta das novas e das antigas vivências.

Hooks (2018) enfatiza que pautas feministas são discutidas em mídias de massa, mas abordadas de maneira a não alcançar a questão central dos problemas: o patriarcado, pois grande parte

[...] dos cidadãos desta nação ainda não compreende a conexão entre dominação masculina e violência [...]. Na mídia de massa, todo mundo levanta a questão acerca do porquê de essa violência estar acontecendo, sem conectá-la ao pensamento patriarcal (HOOKS, 2018, p. 87).

As mídias têm papel fundamental no feminismo de nova onda, pois são elas que têm abertamente aderido a temas outrora não abordados, como diversidades, sexualidades, racismos, relacionamentos, direitos reprodutivos e questionamentos aos padrões socialmente impostos. Este avanço deve-se, em grande parte, ao espaço proporcionado pelas mídias digitais, que trouxeram grupos, portais e *youtubers* dispostos a discutir e compartilhar vivências com seguidores e leitores, criando uma rede atemporal de diálogos e de pessoas (HOLLANDA, 2018).

De acordo com Silva *et al.* (2021), o campo político também é característica fundamental desta quarta onda, pois a participação da mulher, a presença de jovens e da interseccionalidade crescem significativamente. As manifestações, marchas e formas de engajamento movem pautas que abrangem a diversidade social feminina, que avançam politicamente e confrontam governos conservadores e mantenedores dos sistemas de opressão. Observa-se o alcance de um reconhecimento que vem se desenvolvendo desde a terceira onda feminista, a pluralidade das identidades e afirmação dos direitos destas diversidades; até mesmo o movimento de ressignificação e de revisitação em novas demandas (RIBEIRO, 2018).

Contudo, a invalidação dos direitos das mulheres e sua negação não são novidades, se desenvolvem há tempos. O processo de reconhecimento da cidadania feminina sofreu tentativas de invalidação, que buscavam justificar o porquê de não conceder estes direitos. Entre as justificativas, comentários de que as mulheres passariam por “masculinização”, que seus direitos já eram protegidos por seus “maridos ou responsáveis”, de que eram “seres emotivos demais” para participar destas tomadas de decisão ou de que deixariam suas “obrigações” com o lar para ir aos locais de votação (SCHMIDT, 2019).

O advento da internet é abordado por Hollanda (2018, p.32), que define este meio comunicacional como um local que “[...] fornece ainda um modelo de plataforma de comunicação que permite a criação de um novo padrão organizacional articulado através da polinização cruzada, da consulta mútua e da retroalimentação”. O acesso a informações, presente nestas constantes retroalimentações, abre portas também para a desinformação, uma vez que a afirmação e a contradição têm

espaço para argumentação e confronto. No meio digital, o anonimato reforça a segurança dos usuários em expressar suas opiniões sem tantas limitações ou receio de consequências (SILVA, 2017). Sendo assim, ao mesmo tempo que a presença de discursos afirmativos ao feminismo se desenvolvem, nascem também os movimentos de resistência e campanhas “anti” (CASTRO, 2020).

De acordo com Duarte (2018, p. 26),

A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não apenas promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do ‘feminino’.

O feminismo alcançou novos espaços a partir das mídias sociais, propulsionado pelas personalidades que circulam nestes ambientes, com a potencialidade de seus relatos e possibilidades de organização. Simultaneamente, enfrenta discursos conservadores e sexistas, geralmente por contas falsas, que atacam de maneira radical qualquer discurso atrelado ao gênero ou desafiador das imposições socialmente preservadas pelo machismo (COSTA, 2018).

Hamasaki e Silva (2022) apresentam, resultante das interações advindas da comunicação midiática, o uso de ferramentas de combate que se concentram ao espaço compartilhado virtualmente, como a criação de figuras imagéticas (memes) ou até mesmo *hashtags* com sentenças questionadoras e reforçadoras dos discursos estereotipados, assim como propagadoras de movimentações feministas criadas em ambientes virtuais, como o #NiUnaMenos.

Todo enunciado apresenta

[...] condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003, p. 261).

Especificamente em relação a figuras imagéticas ou memes, temos

[...] um gênero cuja composição verbo-visual serve de meio para a crítica, o humor e a reapropriação cultural, em uma relação profusamente dialógica e criativa. Embora se propague pelas redes de modo célere, diferencia-se do viral justamente pelo seu caráter ‘replicante’ (FERES *et al.*, 2017, p. 313).

Figura 1 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter



Fonte: Twitter (2022).

Figura 2 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter



Fonte: Twitter (2022).

Figura 3 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter



Fonte: Twitter (2022).

Figura 4 – Meme retirado de página antifeminista na rede social Twitter



Fonte: Twitter (2022).

Nas imagens, é possível notar referências à luta por direitos iguais, presente nos movimentos feministas, como algo condicional: algumas ações características de profissões ou determinações do Governo, como a aposentadoria, bem como comportamentos socialmente interpretados como masculinos são utilizados para invalidar o movimento de mulheres. Além disso, o sexismo direcionado a figuras femininas que ocupam posições de poder, a degradação da imagem da mulher, na exposição grotesca e sexual, como uma maneira de ataque e violência. Os contextos em que os memes se criaram podem divergir, como a questão da aposentadoria, a comparação entre direitos e a misoginia direcionada a figuras femininas em posição de liderança, porém todos possuem algo em comum: a construção de mensagens de ridicularização às mulheres e suas demandas.

O ato de desafio ao machismo, seja na ocupação de cargos de poder, como nas articulações em meio político, ou na contestação de desigualdades e busca por direitos, provoca reações adversas àqueles que buscam a garantia das subalternações socialmente estruturadas (KUHNER, 2018; BIROLI, 2014).

De acordo com Garcia (2011, p. 18-19), a violência sexista não trata apenas de “costumes, piadas ou manifestações do poderio masculino em um momento determinado, mas de uma ideologia que defende a subordinação das mulheres e todos os métodos utilizados para que essa desigualdade se perpetue”. Hooks (2018, p. 89) afirma que o antifeminismo e suas reações “[...] existem porque o movimento foi bem-sucedido ao mostrar para todo mundo a ameaça que o patriarcado oferece ao bem-estar de mulheres e homens”. A autora ainda explicita a importância não atribuída à educação de homens em relação aos privilégios e ao sexismo em sociedade, algo que poderia precaver a ignorância que hoje se instaura em relação ao tema e até mesmo as reações negativas direcionadas ao movimento.

2.3 Juventude e feminismo em uma perspectiva interseccional

Segundo Gavo (2020),

[...] a violência feminicida não é apenas doméstica. Nela se tramam e expressam novas formas de exploração trabalhista com violências financeiras, e violências estatais e racistas com violências familiares. As violências machistas expressam uma impotência que responde ao desenvolvimento do desejo de autonomia (em contextos frágeis e críticos) dos corpos feminizados. Levar adiante esse desejo de autonomia se traduz

imediatamente em práticas de desacato à autoridade masculina, o que é respondido por novas dinâmicas de violência que já não podem se caracterizar apenas como 'íntimas' (GAVO, 2020, p. 23-24).

A violência a que estão sujeitas as identidades femininas não pode ser retratada como única. Pelo contrário, as ramificações a que se estendem as violências e a própria convivência diária com elas demonstram que a universidade grupal de vivências não é uma realidade.

O feminismo da nova geração, pautado a partir da observação da multiplicidade de opressões e vivências, por consequência, delimita demandas novas e apresenta lugares de fala na legitimação de seus sujeitos (HOLLANDA, 2019).

Partindo deste aspecto, o viés da interseccionalidade nas relações entre gênero, raça, etnia e classe torna-se um local permeado por cruzamentos e situações de dominação, de multiplicidades que constituem um “jogo de forças a que estão expostas” (SILVEIRA *et al.*, 2014, p. 16) as identidades que por ele são afetadas.

Para Gavo (2020), há uma reforma no pensamento outrora norteador da sociedade. As opressões mantidas e incentivadas, a manutenção da figura feminina como doméstica e do homem provedor foram ativamente questionadas, junto às demandas e conscientizações que o movimento feminista ganhava. Em seu cerne conta com

[...] gerações jovens que cultivaram formas de desacato ao patriarcado do salário e que viveram diretamente sua decadência. Acumulação de desobediências, intensificação das autonomias e depreciação da figura do homem provedor assalariado desestabilizam os modos de obediência estruturados na família monogâmica e heteronormativa (GAVO, 2020, p. 63).

O sistema conservador sustentado firmemente por aqueles que ou desacreditam o movimento ou posicionam-se como antifeministas cai gradativamente a medida em que as demandas são encontradas. A sociedade heteronormativa do homem provedor já não é mais a única realidade. Os moldes sociais se sustentam na subordinação e na exploração do trabalho, mas a manutenção das identidades femininas em posições de servidão não é algo concebido pelo capitalismo em si. Para conservar estas posições, o incentivo às

opressões e o aproveitamento das minorias, a modulação das identidades femininas torna-se um ciclo social legalizado (FRASER *et al.*, 2019).

Hollanda (2018) comenta

[...] a existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração (HOLLANDA, 2018, p. 10).

A compreensão das violências gestadas em diversos contextos dentro da sociedade, dos sistemas de opressão e das hierarquias beneficiadas por estas é essencial para visualização e análise das relações que compõe o próprio contexto, que se desenvolvem e integram movimentos e demandas variadas. Entre as mulheres também haverá individualidades e vivências em relação às fragilidades. Sendo assim, não é possível construir um panorama universal na observação desatenta a detalhes e peculiaridades, pois o próprio panorama universal não existe (SILVEIRA *et al.*, 2014).

Para atender a todas as identidades sistematicamente exploradas e violentadas ao longo do tempo, é importante assegurar um feminismo que incorpore

[...] os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas (FRASER *et al.*, 2019, p. 34).

O feminismo de caráter interseccional, portanto, se concretiza como uma maneira de visualizar as hierarquias presentes nos sistemas de opressão, transformando a visão agrupada e lançando luz para as estruturas que ofuscam as diversas demandas das identidades femininas (HOLLANDA, 2018).

Para entender os conceitos-chaves que consolidaram o feminismo, é necessário analisar historicamente as ramificações dos problemas apontados e sua extensão em níveis diversos nas relações em esfera pública e privada. Há no discurso, nas práticas e nas reflexões do movimento feminista a presença de uma ética e até mesmo uma maneira de colocar-se no mundo, pois a partir do momento

em que há o contato com essência e questionamentos ali presentes, ocorre a transformação na vida do sujeito (GARCIA, 2011).

Para Barros e Machado (2009), a crescente participação feminina no mercado de trabalho e o acesso a novos graus de escolaridade têm sido fundamentais na transformação geracional e na compreensão do gênero e suas ramificações, até mesmo na dissolução dos modelos patriarcais arcaicos que permeiam as relações familiares. O conceito de autorrealização da juventude não está atrelado ao doméstico ou ao relacionamento, pois na autopercepção e na observação dos grupos pertencentes, junto ao acesso à informação, tem modificado valores e maneiras de colocar-se no mundo.

2.4 Gênero e narrativas orais de histórias de vida

Garcia (2011) aponta um processo forte de ocultamento da organização e das ações feministas que, com o desdobramento de novas informações, tem mudado constantemente visões e conceitos. As produções e feitos de mulheres são de longa data, o que torna o conhecimento destes processos fundamentais, considerando o caráter transformador e emancipador do movimento feminista.

Para Hall (2006), a identidade dos sujeitos é constituída de muitos fragmentos e segue em constante reforma e remodelação. O processo de reconhecimento e de identificação faz parte ativamente deste processo, pois o privado e o público encontram-se no social, no cultural e no individual.

Perazzo (2015) destaca a importância do sujeito e da cultura no entendimento dos vários sentidos e processos comunicacionais, bem como sua relação com o cotidiano, memória e as práticas em sociedade. O estudo das subjetividades que compõe o coletivo através da análise de narrativas de história de vida possibilita, então, a compreensão destes processos e do próprio posicionamento dos sujeitos em suas identidades.

O compartilhamento de experiências, segundo Sarlo (2007), auxilia na construção de sentidos e na própria afirmação do sujeito, pois ao colocar-se na história e na memória, este deixa seu estado de alienado e de “coisificado”. A forma como este sujeito se designa corre paralelamente a seu relato, considerando que a vivência pertence a este sujeito narrador.

O sujeito que narra, ao executar a ação, detém e determina a organização dos fatos e a maneira como serão expressos, o que será compartilhado e o que seguirá oculto, não somente por sua percepção dos acontecimentos, mas também pelo entendimento de que seu ouvinte deve envolver-se na narrativa. Há, neste momento, a ligação do sujeito que relata e seu ouvinte, agora em uma vivência compartilhada, pois o relato possibilita ao ouvinte posicionar-se nos acontecimentos (PERAZZO, 2015).

Concebendo a relação temporal presente na narrativa oral, observa-se que

[...] a linguagem falada pela pessoa a obriga a buscar vocabulário próprio, organizar seu discurso de acordo com seus valores, sua forma de ver o mundo, sua constituição cultural (crenças, valores, hábitos) e sua história de vida (de onde veio, como se formou, quais suas trajetórias, por onde passou e com quem conviveu). Enfim, após a elaboração de todos esses elementos, o sujeito que conta a história se remete ao passado, ao que foi e ao que fez, à sua história de vida (PERAZZO, 2015, p. 128).

Em narrativas orais, os discursos entrelaçam tempos e o anacronismo, conforme explica Sarlo (2007) possuem licença para existir, pois “[...] o presente da enunciação é a própria condição da rememoração: é sua matéria temporal [...]. As narrações testemunhais sentem-se confortáveis no presente porque é a atualidade [...] que possibilita sua difusão” (SARLO, 2007, p. 58). O passado não existe, o que prevalece é a memória e a representação dos acontecimentos, agora dispostos à apresentação e ordenação percebida por cada sujeito (PERAZZO, 2015).

Considerando o sujeito multifacetado e fragmentado apresentado por Hall (2006), há no estudo das narrativas orais a visualização de percepções e experiências individuais e coletivas, de grupos que compartilham de um cotidiano privado e público. Segundo Perazzo (2015, p. 130), “um método que nos permite compreender as subjetividades. E dessa forma, nos permite trazer para a ciência as dimensões dos sentidos, dos sentimentos e das mentalidades [...]”. Através das escolhas de palavras, a língua se dá como uma forma de organizar e conceber o mundo, pois “é produto do meio social e, uma vez constituída, tem um papel ativo no processo de conhecimento e comportamento do homem [...] que classifica a realidade” (FIORIN, 2009, p. 150).

A subjetividade ganhou espaço, mesmo a partir da aproximação dos estudos históricos aos relatos construídos pelo “eu”. O acolhimento da memória e da narração pelo mundo acadêmico demonstram a importância das rememorações,

mesmo que contidas em concepções próprias e posicionamentos sujeitos ao esquecimento (SARLO, 2007). Os sujeitos estão presentes em seus discursos narrativos, não apenas pela escolha lexical, mas porque as ações de “[...] emissão das mensagens (que podem ser uma palavra, um texto, um enunciado ou até mesmo um discurso) estão, necessariamente, vinculadas às condições contextuais de seus produtores” (FRANCO, 2005, p. 13).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização do estudo

A pesquisa, de caráter exploratório, foi desenvolvida em abordagem qualitativa, sendo o tipo de estudo interpretativo na coleta e análise de narrativas, obtidas a partir de entrevistas.

Gil (2008, p. 27) define pesquisas exploratórias como as que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Perazzo (2015, p. 123) aponta no conceito de História Oral “uma importante metodologia para os estudiosos que se preocupam em investigar as possibilidades da comunicação, ou as possibilidades comunicativas da cultura entre grupos ou pessoas, na atualidade”.

Considerando o sujeito multifacetado e fragmentado, conceito explorado por Hall (2006), buscou-se compreender, a partir dos discursos narrativos concebidos por participantes do estudo, suas concepções do movimento feminista e formas de organização presentes em seus cotidianos, bem como a construção de suas identidades como feministas.

3.2 Cenário do estudo

A presente pesquisa teve como cenário a região do ABC Paulista, pois não há poucos estudos desta temática específica voltados para esta área. Em busca de periódicos encontrados, há um número considerável de artigos apresentando o feminismo de mulheres sindicalistas ou de gerações anteriores, porém carece o foco nesta geração observada neste estudo.

3.3 Participantes do estudo

A seleção das participantes ocorreu a partir de amostragem de acessibilidade ou conveniência; definida por Gil (2008) como uma forma de triagem em que são selecionados “os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de

alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p.94). Nesta seleção, também foram consideradas participantes de grupo feminista local em rede social.

O recorte etário foi definido com base na abrangência de juventude de acordo com o Estatuto da Juventude, instituído pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em 2013, que define como jovem “[...] as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013). Por questões éticas e de autonomia na participação, a idade mínima para as participantes do estudo foi de 18 (dezoito) anos de idade. Levou-se em consideração que a geração da quarta onda ou pós-feminismo, segundo os levantamentos presentes neste estudo, tem seu início a partir dos anos 1990. Portanto, a faixa etária delimitada está inserida na geração abordada, pois tem seu nascimento a partir deste ano.

Para consideração e participação no presente estudo, as participantes obedeceram aos seguintes critérios:

- a) ter entre 18 e 29 anos de idade;
- b) identificar-se como feminista;
- c) atuar nas cidades do ABC Paulista;
- d) todas as participantes da pesquisa se articulam em meio político, são parte de algum coletivo ou atuam junto ao movimento feminista de alguma maneira.

3.4 Coleta de dados

A amostragem por conveniência e acessibilidade aplicou esforços na seleção de sujeitos diversos, de maneira que buscou abranger os diversos feminismos, vivências e expressividades. Este esforço vem da ideia de um estudo de caráter interseccional, como são as vivências citadas pelos autores nele presente.

A partir da disponibilização inicial, foi aplicado um questionário de caracterização, de maneira a fornecer dados iniciais e conhecimento prévio das entrevistadas. Em seguida, foram definidos os períodos para realização das entrevistas.

Para Gil (2008, p. 100), as entrevistas podem ser definidas como um momento em que “investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social”. Estas foram feitas em

profundidade, com o apoio de um roteiro, que contou com questões e tópicos norteadores. O roteiro utilizado conta com etapas de categorização inicial para as vivências, consistindo em tópicos como infância, adolescência e feminismo.

De acordo com Fiorin (2009), a realidade sempre será mediada pela linguagem, pois é a partir dela que temos acesso e tomamos conhecimento de acontecimentos. Esta realidade presente no discurso não conta com neutralidade, pois a escolha de termos sempre será uma escolha pensada. Partindo deste princípio, o referencial teórico utilizado foca não somente em gênero e na interseccionalidade, mas também na análise das narrativas orais de história de vida.

As participantes preencheram, inicialmente em questionário, elaborado utilizando o *Google Forms*, com as seguintes questões:

3.4.1 Roteiro de caracterização das participantes – questões:

Inserir data, o horário, local e dados de caracterização da entrevistada:

Nome: _____

Gostaria de ter o nome na pesquisa ou codinome?

Se codinome, qual gostaria de ser chamada _____

Naturalidade:

Local de residência:

Raça (autodeclarada):

Gênero (autodeclarado):

Pratica alguma religião?

Idade:

Estado civil:

Número de filhos:

Profissão:

Grau de escolaridade:

Ocupação:

Após os preenchimentos dos questionários de caracterização inicial, foi agendado um momento com cada uma das participantes para realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas de maneira presencial ou por videochamada, de acordo com a disponibilidade e escolha das participantes entrevistadas, que foram notificadas da necessidade de gravar o processo e do uso

das informações relatadas na pesquisa. Para direcionar o momento da coleta de narrativas, foi utilizado um roteiro com questões norteadoras e tópicos (Apêndice B). As gravações foram, posteriormente, transcritas para análise dos discursos.

3.5 Tratamento e análise dos dados

Das cinco entrevistas realizadas neste estudo, quatro se desenvolveram presencialmente, em ambientes de comum acordo com as entrevistadas. Uma das participantes do estudo optou pela modalidade online, neste caso através da ferramenta “Zoom”. Todas as entrevistas foram individuais, contando apenas com a presença da participante entrevistada e da pesquisadora.

O ato de gravação da conversa se deu a partir do consentimento de cada uma das participantes do estudo. Além disso, o uso de termos apropriados e nomes para se referir a cada uma das jovens foi questionado a partir de um formulário de caracterização e confirmado no início das entrevistas.

Os relatos das jovens foram gravados em áudio, por ferramentas de gravação sonora, em celular ou computador. Posteriormente, estas gravações foram transcritas com o auxílio de recursos de transcrição online e revisadas minuciosamente, buscando respeitar a particularidade de cada discurso em suas concepções e a subjetividade de cada uma das participantes, de forma a reproduzir com exatidão desde sua escolha lexical às entonações e pausas que ali se articularam.

A partir dos relatos coletados transcritos, houve a leitura exaustiva para proporcionar a identificação de temas que permitiram a categorização dos estudos, considerando a dimensão política presente nos discursos. Além disso, a análise buscou retratar a própria construção dos sujeitos a partir das relações, como destaca Fiorin (2009, p. 156)

[...] a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é constituído de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância.

A elaboração de categorias a partir da leitura foi realizada visando compreender os pontos decisivos nas vivências retratadas, as diferenças e semelhanças das identidades femininas participantes.

A análise do conteúdo tem como eixo inicial a mensagem, em todas suas concepções, “(oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (FRANCO, 2005, p. 13). Vale ressaltar que os ambientes contextuais da mensagem e do autor influenciam diretamente em sua construção, pois “não existe objeto que não seja cercado, envolto, embebido em discurso, todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras” (FIORIN, 2009, p. 152).

Segundo Franco (2005, p. 23-24), “a fala humana é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações. Mas é dela que se deve partir (tal como manifestada) e não falar ‘por meio dela’. Sendo assim, o processo de constituição de sua análise deve seguir uma organização inicial antes de sua realização, a consideração de todos os elementos constituintes e a categorização, de maneira a encontrar similaridades ou diferenciações nos dados coletados, levantados a partir de sua recorrência e então compartimentados (FRANCO, 2005).

A criação de categorias é observada como um dos pontos principais do processo analítico. Segundo Franco (2005), a categorização nasce do discurso e uma categoria pode abranger outras. Neste estudo, as categorias se constituíram a priori, pois foram norteadoras da própria coleta de dados em entrevista.

3.6 Aspectos éticos

O estudo respeitou a todos os critérios que envolvem a pesquisa com seres humanos. A condução das entrevistas, seu processo de gravação e transcrição, bem como a participação das jovens e o uso dos dados coletados foram autorizados a partir de um termo de concessão, assinado individualmente por cada uma delas. A identificação do nome das participantes foi decisão das próprias entrevistadas, que optaram por utilizar seus próprios nomes – sendo apenas o primeiro nome, um sobrenome ou nome completo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização das participantes

Entre as cinco participantes deste estudo, a faixa etária concentrou-se de 18 a 29 anos. Na época da realização das entrevistas, no segundo semestre de 2022, participante mais nova do estudo possui 18 anos, enquanto três possuíam entre 23 e 25 anos. A participante mais velha tinha 29 anos.

Todas as participantes são brasileiras e residiam e atuam na região do ABC Paulista. Com relação à autodeclaração da cor da pele, duas entrevistadas se declararam brancas, duas da cor parda e uma como preta. Apenas uma participante do estudo é divorciada, as demais informaram o estado civil como solteiras.

Uma participante declarou pertencer a uma religião, neste caso, à umbanda. O restante das participantes negou pertencimento religioso ou qualquer prática.

Em relação ao estado civil das entrevistadas, quatro se declararam solteiras e uma como divorciada. Nenhuma delas possui filhos.

O grau de escolaridade e áreas de formação variam: das cinco participantes do estudo, duas possuem ensino superior completo, sendo que uma delas cursa atualmente outra graduação; uma possui superior incompleto; outra, ensino técnico e a última, ensino médio completo. Em relação às profissões, as respostas foram: duas se identificaram como artistas, e o restante como vereadora, estudante e pessoa de relações públicas.

Todas entrevistadas se identificam como feministas, outro requisito básico para participação no estudo. Com relação a vertentes do feminismo, três jovens se identificaram como o feminismo marxista ou socialista, enquanto duas não apresentaram adesão a uma vertente específica. Os nomes utilizados na análise das narrativas e durante a discussão dos resultados obedeceram à escolha das entrevistadas.

4.2 História de vida das participantes

4.2.1 Bruna Biondi, São Caetano do Sul

A primeira entrevistada, Bruna Biondi, é da região de São Caetano do Sul, tem 23 anos, se declara como branca e do estado civil solteira. Bruna não é praticante de nenhuma religião.

Estudou em escolas particulares em São Caetano do Sul e na infância residia seu irmão e seus pais. Teve acesso a outros cursos, além da educação básica, tendo o ballet como aprendizado mais duradouro, presente até o momento. Ambos os responsáveis por Bruna sempre trabalharam e sempre dividiram tarefas domésticas de maneira igualitária. Segundo ela, essa questão foi percebida como incomum quando passou a frequentar ambientes familiares de seus amigos.

Durante a infância, não sofreu cerceamentos ou a imposição de papéis de gênero. Em seus relatos, comentou que se em algum momento se fizeram presentes, não tinha recordação. Na infância, gostava de assistir desenhos no Cartoon Network, de Castelo Rá-Tim-Bum e Sítio do Pica-pau Amarelo. Em relação às brincadeiras, sempre pôde fazer parte de brincadeiras consideradas socialmente masculinas, com seu irmão e primos. Apenas brincava mais de Barbie quando estava junto ao grupo amigas meninas.

Foi uma criança sociável e facilmente criava laços com outras pessoas, destacando ainda que era “espoleta” e enérgica. A presença familiar em seus relatos é notável e era costumeiro ir a parques ou outros locais a passeio. O único ponto levantado sobre sua infância foi a questão de adultização por parte de familiares, que instituíram um “namoradinho” desde sua primeira infância.

Durante o período de adolescência, Bruna enfatizou que, como todas as meninas, seguia o que era considerado popular. Para ela, neste período, todas as adolescentes são parecidas e copiam umas as outras. Sua aparência já foi criticada por outras jovens. Algumas ocasiões foram levantadas em seu relato: a crítica a seu peso, a aparência de seus cabelos e a cobrança por usar sutiã – que logo implicou em crítica ao usá-lo, por parte de um menino que “tirou sarro”.

A escola chegou a ser apontada como um local de desrespeito, principalmente com professoras, e por ter feito parte da turma considerada a pior do lugar. O assédio em ambiente escolar foi apontado nas brincadeiras machistas de

colegas meninos com outras meninas – o toque físico sem consentimento e assédio verbal, principalmente.

Ainda na adolescência, dois fatores marcantes de desenvolveram em sua vida. A presença de um relacionamento abusivo, no qual “podava” suas próprias ações e permitia que o companheiro a controlasse também. O término foi apontado como o momento de realização das situações a que era sujeitada.

Outro marco no período de sua adolescência foi a própria adesão ao feminismo, que se deu a partir da notícia de um estupro coletivo no Rio de Janeiro. A partir deste momento, compreendeu o que era estupro, como as mulheres estavam sujeitas à violência e participou de um ato contra o crime.

Após sua identificação com o feminismo, passou a estudar o tema e afiliou-se ao PSOL. Passou a integrar a Juventude por Mais Direitos e fez parte de debates escolares sobre temas diversos. Após a conclusão de seu ensino regular, decidiu estudar Relações Públicas. Atualmente, namora com um militante e reside em São Caetano.

Em sua atuação como feminista, fez parte de manifestações e a integrar o mandato coletivo Mulheres por Mais Direitos, do PSOL, concorrendo à Vereança e ganhando cadeira em São Caetano.

4.2.2 Yara, Ribeirão Pires

Yara foi a segunda entrevistada neste estudo. É nascida no interior de São Paulo, tem 29 anos, se declara branca e de estado civil divorciada. É adepta da religião Umbanda.

Seu ambiente familiar era constituído por seus pais e dez filhos – entre eles, ela e sua irmã gêmea. A união familiar é algo bem enfatizado em seus relatos, a partir de almoços ou eventos realizados.

Estudou na única escola particular da cidade de Cerquillo e tinha privilégio de classe. Além de sua educação regular, fez ballet e curso de inglês. Sua escola foi apontada como um local em que todos se conheciam e de ótimos professores.

A organização familiar era centralizada em sua mãe, que atuava como bióloga, mas optou por parar de trabalhar para cuidar dos filhos. A figura de seu pai foi enfatizada sob grande admiração, mesmo que mais ausente devido ao trabalho. Neste sentido, grande parte de sua criação se deu por sua mãe.

Os papéis de gênero lhe eram reforçados na questão comportamental. Apesar de poder brincar livremente de qualquer brincadeira com outras crianças, lhe cobravam que usasse brinco, que cuidasse do próprio cabelo e que “sentasse direito”. Segundo Yara, sua mãe parou de lhe fazer usar vestidos e cortou seu cabelo bem curto, pela falta de cuidado; o que fez com que fosse frequentemente questionada se era “menino ou menina”.

No período de adolescência, os grupos instituídos de amizade se dividiram, devido aos interesses que foram se manifestando. Além disso, com o aflorar da sexualidade, o assunto passou a ser integrado nas conversas, o que não era do agrado de todos e causou afastamento natural. A questão da sexualidade foi relatada com tranquilidade por Yara, que alegou respeito por parte dos meninos, que se dispunham a conversar ou agir a partir do interesse que as meninas demonstravam.

Yara finalizou sua formação regular e se mudou para outra cidade, para cursar Relações Públicas em uma Universidade Federal. Neste momento, teve seu primeiro contato com greves e formas de organização, então passou a comparecer e observar as demandas que se constituíam nestes grupos. O reconhecimento como feminista se deu através do conhecimento adquirido nas vivências e discussões no ambiente acadêmico, além da experiência de estágio em que sofreu assédio moral e foi tratada com diferença em relação ao outro estagiário, que era homem.

O ambiente de trabalho foi apontado para Yara como um local em que vivenciou questionamentos e desigualdades em tratamento, até mesmo com chefes que tratavam funcionários aos gritos.

Conheceu grupos feministas em Ribeirão Pires através das amigas que um de seus relacionamentos trouxeram. Com sua formação, mudou-se para Ribeirão Pires e passou a integrar o mandato Coletiva de Mulheres, pelo PT. Foi pelo mandato e sem ajuda de recursos financeiros que concorreu à Vereança e ganhou. A articulação com outros coletivos e mulheres da região do ABC foi apontada como um diferencial na concretização de sua candidatura. Atualmente, namora e reside na cidade de Ribeirão Pires.

Entre suas realizações, conquistou a criação de uma Coordenadoria da Mulher em Ribeirão Pires, que antes contava somente com a delegacia como local de encaminhamento a mulheres vítimas de violência.

4.2.3 Maria Clara, Mauá

A terceira jovem entrevistada foi Maria Clara, que tem 18 anos, se declara preta e do estado civil solteira. Maria Clara não é praticante de nenhuma religião.

Cresceu e estudou em Mauá, majoritariamente criada por sua avó, junto a sua irmã e primos. Ambos os responsáveis trabalhavam e dividiam igualmente as tarefas domésticas, algo que foi classificado como incomum em comparação ao que observava na criação de seus colegas. Além disso, a própria questão do respeito que os pais possuíam com Maria Clara e sua irmã foram narrados como discrepantes em relação ao que seus amigos viviam, pois alguns enfrentavam violências no ambiente familiar.

Maria Clara gostava de brincar de bonecas e de casinha junto de sua prima, e tinha resistência em permitir que sua irmã, mulher trans e ainda tida como “menino” durante a infância, fizesse parte da brincadeira.

Na escola, relatou que tinha dificuldade em fazer amigos e que constantemente se sujeitava a pessoas brancas, com quem sempre tinha amizade e, posteriormente, se interessava de maneira afetivo-sexual em maioria. A família de sua mãe é branca e de seu pai não, portanto sente que era constantemente comparada com uma de suas primas por parte de mãe.

As relações durante seu período de infância foram afetadas pelo racismo: passou por situações mesmo quando não tinha compreensão do que era, pela reação de seus colegas a seu cabelo ou perseguição com brincadeiras de gritar em seu ouvido. Maria Clara narrou que sempre buscou agradar pessoas brancas e se sexualizava – em suas próprias palavras – vestindo e se comportando de maneira a agradar outras pessoas como uma forma de ter atenção. Ainda muito pequena, queria alisar seu cabelo e seus pais nunca permitiram.

Na adolescência, passou a assistir vídeos sobre diversos assuntos, entre eles o feminismo. Com as mudanças deste período, passou a se vestir para agradar os meninos. A relação e comparação constante com pessoas brancas, bem como sentimentos de inferiorização, ansiedade e depressão foram muito presentes em seu desenvolvimento e tratados com terapia.

Mesmo com a adesão ao feminismo, no início de sua adolescência, ainda não se manifestava diante das situações. Relatou dificuldade em compreender a própria questão do gênero de sua irmã e a transição desta inicialmente.

A entrevistada se declara bissexual e demorou para compreender sua orientação sexual. Sempre contou com espaço para diálogo, ainda mais pelo fato de sua mãe ser psicóloga, mas sentia culpa em relação a quaisquer descobertas sexuais, principalmente em relação a sua orientação sexual. Como frequentava a igreja, os discursos sempre a faziam sentir vergonha ou como se “fosse suja”. Com o tempo, afastou-se do ambiente e passou a entender melhor sua própria sexualidade, como mulher bissexual. No período de pandemia, passou por dois relacionamentos a distância e não teve boa experiência, pois foi trocada por terceiros.

Atualmente, estuda em curso técnico da área artística e se articula em movimentos como a UJR (União da Juventude de Rebelião) e Olga Benário (a partir da ocupação Casa Helenira Preta). Namora hoje com um homem trans e que politicamente se alinha para a esquerda, defendendo pautas similares as que ela defende.

4.2.4 Luciana, Mauá

Luciana é residente em Mauá, tem 25 anos, e se declara como parda e do estado civil solteira. Não é adepta de nenhuma religião.

Em sua infância, viveu na periferia com seus pais e irmãos. Além disso, familiares do Nordeste, que vinham passar temporadas em busca de emprego. O período de vivência na periferia é descrito pelo medo que observava em sua mãe e pela ausência de seu pai, que trabalhava exaustivamente e sempre estava cansado.

Na infância, gostava de assistir desenho com os irmãos e de brincar de Pokémon, momento em que se posicionava com papéis femininos, por “cuidar” dos Pokémons de personagens femininas.

Na escola, Luciana tinha um ambiente de classificação binária das atividades por gênero, tendo salas de brinquedo para meninas ou meninos e apenas uma sala de leitura como espaço neutro. Como mulher trans, sua infância foi marcada pelo sentimento de confusão em relação ao seu pertencimento naqueles espaços e pelas violências verbais por parte de outras crianças, além da solidão em não poder contar com a própria família.

Para Luciana, fazer amizades sempre foi algo difícil. Constantemente mudava de escola, o que tornava a questão ainda mais complicada. Com o desenvolvimento da adolescência, recordou que oferecia resistência em abandonar o brincar e

direcionar o pensamento para assuntos que comumente começam a surgir nos círculos adolescentes, a exemplo de falar dos interesses sexuais.

Em relação à sexualidade, se identificou como demissexual. Em suas palavras, a atração e a prática sexual estão diretamente atreladas à necessidade de um vínculo afetivo. Ainda, a confusão em sua mente permanecia, pois não se considerava como pessoa homossexual e lutava contra taxações que lhe faziam, chegando a beijar outras meninas à força. Nota também que, por ter frequentado ambientes religiosos, se sentia mal em relação à sexualidade e sua identidade; o que fez com que não se permitisse qualquer experiência. Para ela, o avançar da adolescência trouxe rompimentos em suas relações; assim como sua própria realização de sua identidade fez.

Com sua formação básica concluída, Luciana estudou ilustração e animação, passando a atuar como artista autônoma. Não se envolvia em luta de gênero, mas assistia e estudava sobre pautas LGBTQIA+, até que desenvolveu um estudo para produção de HQ baseada nas mulheres de sua família.

Luciana passou a frequentar a Casa Helenira Preta e acompanhou notícias de violência de gênero, assim como o acolhimento da casa e a demolição da Helenira Preta II. Neste momento, passou a se envolver na luta feminista e entendeu seu papel dentro do movimento; principalmente a partir das rodas de conversa das quais fez parte. É militante pelo Movimento Olga Benário até hoje. Sofre ainda desrespeito a sua identidade, mesmo entre familiares.

4.2.5 Leal, Ribeirão Pires

Leal foi a última entrevistada. É residente em Ribeirão Pires, tem 23 anos, se declara parda e de estado civil solteira. Não é adepta de religião.

Foi criada por seus avós, com quem escolheu morar, mesmo tendo boa relação com a mãe. Por ter essa criação, considera que cresceu sob imposições ultrapassadas.

Durante a infância, sempre teve liberdade para brincar com os primos, até mesmo na rua. Assistia desenho e se interessava por música desde cedo. Não brincava de bonecas, por sinal, as odiava.

Sente que sofreu muito reforço de papéis de gênero: a divisão de tarefas domésticas, por exemplo, nunca se deu de maneira igualitária; pois se concentravam

apenas para a avó, que logo passou a cobrar que também as fizesse, enquanto não pedia o mesmo de seu primo, mesmo sendo mais velho. Para Leal, um dos motivos mais fortes para odiar tarefas domésticas e de revolta, por ver o conforto que era naturalmente ofertado aos homens da família.

Na escola, afirma que sempre teve muita sorte e que tinha ótimas professoras. No dia do brinquedo, momento em que levavam brincadeiras para o ambiente, relata que trazia brincadeiras diferentes e que acabava influenciando outras meninas, fugindo assim do brincar de casinha ou qualquer imposição demarcada por gênero.

Sempre teve facilidade nas relações e relatou que fazia parte de grupos de amizade vistos como populares, tanto pelo conhecimento de música quanto pela questão artística, em seu envolvimento com o teatro. Em relação à sexualidade, afirmou cerceamentos, mesmo em debater o assunto, vindo das imposições sociais.

A questão do tratamento diferenciado em relação ao gênero oposto é notável em seu relato, manifestando-se na comparação das reações diante das ações do primo, que era constantemente encorajado e poupado.

Descobriu-se feminista com 16 anos, quando teve contato com aulas de professores que abordavam filosofias feministas e até Simone Beauvoir; passou a estudar o assunto desde então. Posteriormente, descobriu-se bissexual e chegou a relacionar-se com um homem e, em seguida, com uma mulher – relacionamento que considerou abusivo.

Estudou teatro ainda adolescente, além do curso técnico em contabilidade. Além disso, graduou-se em Rádio e TV. Atualmente, atua como atriz e é parte de uma rádio comunitária, a Rádio Território Livre FM.

4.3 Interpretação dos resultados

As narrativas coletadas passaram por leitura exaustiva e categorização, que se esquematizaram no quadro 1 (Apêndice C).

4.4 O tornar-se feminista: trajetória de vida de jovens mulheres do ABC Paulista

Nesta categoria, abordam-se memórias de história de vida e aspectos particulares das entrevistadas em diferentes momentos de suas vidas. Os períodos

apresentados são datados desde suas infâncias, suas identidades, períodos escolares, relações, descobertas de sexualidade à vida adulta.

Durante a rememoração, algumas entrevistas apresentaram sentimentos de nostalgia, questionamentos, reflexão, e até mesmo raiva ou revolta; a partir de expressões e tom de voz, de gestos e pausas na fala. No processo de entrevista, realizado individualmente, foi possível observar características muito distintas entre as participantes, como a linguagem jovial e marcada por repetições de linguagem, como “tipo” ou até presença de palavrões na construção mais “despojada”, principalmente entre as entrevistadas mais jovens.

Ramos (2013, p. 3) define o processo de infância como uma “construção social, [...] uma invenção, uma fragmentação arbitrária fundamentada no acontecimento universal e natural do ciclo da vida”. Neste sentido, as diferenciações entre as idades se dão, segundo a autora, a partir das inserções culturais, dos pertencimentos, atividades e ações adotadas nas relações entre os grupos. Segundo Eisenstein (2013), durante a infância há a aquisição balanceada dos fatores exteriores, modulações de comportamento, percepção dos afetos e a descoberta do próprio corpo.

Todas as entrevistadas relataram não ter muitas memórias de infância e expuseram questões que consideraram significativas, laços familiares e relações que fizeram parte do processo e os próprios espaços ocupados durante esta fase de desenvolvimento.

Para Biroli (2014), a definição de família e a análise dos contextos familiares são temas complexos, pois trata-se de espaços constituídos por identidades diversas, cada qual com seu desenvolvimento, sua articulação e maneira de se relacionar. Ainda, a autora destaca a dimensão política e social que se faz presente neste contexto, já que no espaço familiar também se constituem relações de poder, hierarquias e normas próprias de organização. Ainda entre as relações de convivência, duas entrevistadas destacaram contexto familiar agitado pela presença de muitas pessoas:

Bom, eu tenho uma família muito grande, né? Nós somos em dez irmãos. Então, é sempre meu pai, minha mãe e nós dez, né? Então, [...] tenho lembranças, assim, da casa sempre muito cheia. (Yara)

E na nossa casa sempre teve muito, assim, muita gente de fora, assim. Sempre tinha gente passando temporadas lá, que veio... veio do Nordeste

[...]. Eu acho que a maioria dos períodos, tinha alguém, tipo, ou o sobrinho do meu pai; ou primo da minha mãe...do meu pai, o irmão da minha mãe, vivendo com a gente, sabe? (Luciana)

Com exceção de uma participante, que morou em cidade do interior de São Paulo durante a infância, todas as outras residiram na região do ABC Paulista. Com relação aos contextos familiares, relataram sobre as principais convivências e sobre os contextos dos locais em que moravam. Nota-se, neste momento, as diferenças apresentadas no cotidiano referente aos locais de crescimento e suas influências nas vivências narradas, pois enquanto duas participantes brancas informam que “viviam em uma bolha”, uma participante de cor parda recordou deste período o medo que sua mãe tinha, por viver em periferia e testemunhar violência com frequência:

Eu sempre vivi numa bolha [...] uma cidade do interior, classe média, única escola particular que tinha na cidade. Então, eu vivia dentro de uma bolha, assim, de verdade. A cidade que morava tinha 30 mil habitantes, era uma cidade super pequena. (Yara)

E aí, minha mãe criou a gente muito, nesse... com medo, sabe? E isso é uma coisa bem presente, que me marcou muito, assim. Que é essa questão do medo de fazer várias coisas, sabe? Esse medo que sempre tá circulando, sabe? [...] Minha mãe até hoje ela não consegue dormir, tipo, dormir. Ela tem o sono muito leve, sabe, por causa desse período que a gente viveu na periferia, né, de tipo... de tiro e de invadirem a casa, que ela falava que tinha medo. (Luciana)

Além dos responsáveis, três entrevistadas cresceram ainda na presença de irmãos ou irmãs – sendo que uma delas foi criada entre dez – ou com primos e primas. Duas entrevistadas comentaram que foram criadas pelos avós, uma por opção e outra por ajuda oferecida a seus pais.

(...) eu lembro que eu fui criada pela minha avó (...) ela ajudou meus pais e os pais dos meus primos (...) a criarem a gente ficava eu e a minha irmã, e o meu primo e a minha prima com ela. (Maria Clara)

Porque eu nunca morei com a minha mãe. A gente sempre teve uma boa relação, mas eu escolhi morar com os meus avós, né? (Leal)

A ausência da figura paterna se fez presente no relato de duas participantes, que tiveram pais ausentes por questões de trabalho:

[...] meu pai trabalhava muito, tipo, como a maioria dos pais trabalhadores. E aí, a gente quase não via ele, né? Porque, inclusive, quando ele chegava

em casa, ele tava exausto, que eram jornadas de trabalho muito grandes. [...] minha mãe criou a gente sozinha. (Luciana)

[...] por mais que meu pai fosse muito ausente, nesse sentido de trabalhar muito, né? E aí quando a gente tava lá no interior, ele, às vezes, ficava aqui em São Paulo três, quatro dias. Depois, ia pra lá. (Yara)

Para Andrade (2020, p. 82), o mundo do trabalho consiste em um processo em que articulações entre a busca por mais valia e o crescimento do capitalismo acabam “convergindo para a máxima extração de valor. Quanto mais desvalorizados socialmente, [...] amplia-se o contingente de trabalhadores baratos, superexplorados e internamente fragmentados”. Desta maneira, não serão raros os casos de ausência familiar em função do trabalho ou a própria atribuição unilateral em lares com mais de um familiar responsável.

Apesar da dificuldade que algumas tiveram em rebuscar lembranças, quatro participantes expuseram os hábitos que tinham durante o processo de infância, que consistiam em assistir desenhos, programações infantis e filmes:

Meu gosto era um pouco peculiar, né? Eu lembro que eu gostava muito de escutar Tribalistas. Gostava muito de filmes da Disney, no geral [...] gostava, assim, de desenho, mas assistia muito Cartoon Network com meu irmão [...]. Sítio do Pica-pau Amarelo era um dos meus desenhos favoritos também. Castelo Rá-Tim-Bum. Gostava dessas coisas, de assistir. (Bruna Biondi)

[...] a gente assistia, tipo, anime geralmente e desenho, assim, na Globo [...] a gente assistia Pokémon. (Luciana)

Assim, a gente assistia muito filme, né? Aquela época tinha umas fitas. A gente assistia aqueles teatros que eram gravados da Cultura, [...] dos contos de fadas. A gente adorava isso. Então, a gente assistia muito desenho. (Leal)

Segundo Nery e Rego (2020, p.13), o ato de assistir televisão é parte do “cotidiano das crianças, no sentido da sua temporalidade, espacialidade e intertextualidade”. A partir da imaginação e da imersão da criança em temas diversos, é possível moldar suas concepções e influenciar seus comportamentos e até seu brincar. No caso de animações da Disney e de contos de fadas, citados por duas entrevistadas, temas como amor, família, relações, amizade e até traição são abordados, também de maneira a contribuir na propagação e no reforço de estereótipos sociais (DEIFELT, 2019).

Ramos (2013) reitera como crianças não são seres passivos, mas que como todas as identidades são atravessadas e influenciadas pelos contextos e estruturas

sociais que as cercam, além de reprodutoras destes saberes e conceitos. Durante o questionamento sobre o ato do brincar e as principais brincadeiras presentes nos períodos de infância, a maioria das entrevistadas relatou liberdade para desenvolver diversos tipos de brincadeiras, sendo mais comum o brincar na rua. As principais companhias nestes momentos eram de amigos, primos e irmãos:

[...] tinha um irmão e três primos homens, que era o nosso grupinho de sair pra brincar. Gostava de me fantasiar, gostava de fazer brincadeiras. Então, gostava de usar bastante criatividade. Não gostava de ficar parada não, gostava de...de usar...usar o tempo pra fazer sei lá o que fosse, né? [...] a gente que morava em prédio, então tinha muitos amigos em prédio, pra ficar brincando de esconde-esconde, essas coisas. (Bruna Biondi)

De final de semana, a gente tem [...] sítio lá, né, com a família. Mas na escola, eu lembrando assim, eu acho que era sempre mais com as meninas mesmo, a gente brincava. Tipo, de brincar no parquinho assim. Eu ficava lá, no escorregador, no balanço, né? Não ia brincar na casinha, por exemplo, né? Nunca tinha muito isso, assim. Gostava de correr, tava sempre com o braço quebrado, a perna ralada. (Yara)

As brincadeiras, assim, eu lembro que eu brincava muito com a minha prima de Barbie, de boneca, tipo. E era nos contextos que a gente montava uma vida, a gente pegava as cadeiras, colocava elas encostadas na parede, todas as coisinhas de Barbie e de Polly que a gente tinha e montava uma casa. E aí, essa era a brincadeira. (Maria Clara)

[...], mas as nossas brincadeiras eram muito, tipo, Pokémon. Eu acho que foi, tipo, uma coisa que a gente brincou muito. Aí, brincava, tipo, de Cavaleiros do Zodíaco, tipo, essas. Pokémon. O que unia o povo era, tipo, jogar carinha, trocar. (Luciana)

Quando era pequena, eu jogava bola. Eu não gostava de brincar de boneca, não gostava de brincar em casa quieta, gostava de sair pra rua. Só que é um pouco de problema na minha casa, mas não era tanto, porque eu tinha um primo. Então, ele sempre brincava comigo, né? Eu tinha um outro, o afilhado da minha avó. Era tipo "vamos brincar na rua". A gente quase nunca brincava em casa. Então, eu nunca fui de brincar de casinha, não sei o quê. Eu gostava muito de brincar de escolinha. Então, acho que era a única brincadeira que eu gostava é de montar quebra-cabeça. Então, acho que era as únicas coisas que eu fazia que eu realmente ficava sentada. E se eu visse um instrumento musical na minha frente, acabou o mundo, eu só queria ficar ali. Tirando isso, todas as brincadeiras eram na rua. Então essas eram as brincadeiras quando a gente não tava na rua brincando de qualquer coisa, "esconde-esconde", "pé na lata", muita coisa que a gente brincava; a gente tava em casa fazendo essas coisas. (Leal)

Percebemos aqui que as brincadeiras se desenrolavam de maneira variada na experiência das participantes, sendo brincades comuns a maioria das crianças, como correr, jogar bola, brincar de boneca e se fantasiar. Também não havia segregação por gênero na brincadeira, conforme relatam em suas narrativas. Apenas uma entrevistada vivenciou e até adotou certa limitação em suas

brincadeiras por gênero. A presença do brincar nos ambientes infantis, como o ambiente escolar e comentários também foram traçados pelas entrevistadas. Todas as participantes associaram a questão de não ter preferência por brincadeiras socialmente consideradas como “femininas” e a aderência a brincadeiras como futebol, correr, brincar no escorrega, comumente rotuladas como brincadeiras “para meninos”, utilizando como motivo o fato de serem “molecas”. Ainda, as entrevistadas relataram que sempre puderam participar de todos os tipos de brincadeira. Maria Clara destaca que mesmo para sua irmã, socializada como “menino”, o impedimento também não existia.

Para Ramos (2013), desde o desenvolvimento das primeiras habilidades motoras, a partir de brinquedos pedagógicos, existe um condicionamento para o gênero dentro do brincar: cores, embalagens e discursos ditam o que é permissivo a cada gênero. É possível fazer um recorte pelo próprio tecer dos comentários pelas participantes, que utilizaram expressões como “nunca me proibiram de” fazer determinada brincadeira. Segundo a autora, ainda, a “oferta e o incentivo de alguns brinquedos em detrimento de outros coloca em circulação discursos e ‘verdades’ sobre os papéis masculinos e femininos em nossa sociedade, ensinando às crianças com o quê e de que elas podem e devem brincar” (RAMOS, 2013, p. 16).

Leal relatou que participava sempre do “Dia do Brinquedo” em sua escola e que, nestes momentos, ela e amigas se recusavam a trazer bonecas e optavam por outras brincadeiras, que acabavam eventualmente causando interesse em outras meninas, pois eram mais interessantes que as brincadeiras limitadas por gênero que ocorriam no ambiente. Ainda sobre a questão da oferta de brinquedos, explícita em tom de revolta o marcador de gênero imposto, em sua percepção, em brincadeiras:

[...] Você vai pra uma festinha de criança, se for festinha de um menino, ele vai ganhar um monte de carrinho, ele vai ganhar bola de futebol, ele vai ganhar uns "bagulho" pra ele explorar um monte de coisa, ele vai ganhar uns "bagulho" pra ele aprender a construir, sei lá, umas pecinha que o moleque vai aprender a construir um prédio. Não, a menina vai ganhar uma... uma pia, um ferro de passar roupa, uma vassourinha. 'Ha-ha! Que legal'. Não, não é legal. Então, eu acho que desde pequena, a gente começa a perceber essas coisas. E aí, quando você cresce, você percebe que aquela "parada" dos brinquedinhos, de que você tem que aprender a fazer as coisas mais cedo, é só o começo. Porque aí, quando você entra na adolescência, na vida adulta, você vai ver que os brinquedinhos se transformam em outras coisas. E que a gente é sempre mais cobrada que os caras, né? (Leal)

Para Ramos (2013, p. 16), a delimitação de brincadeiras a partir do recorte de gênero evidenciam como às meninas são direcionados

[...] brinquedos caracterizados pelo culto à maternidade – tais como bercinhos, carrinhos de bebê e bonecas (com suas roupinhas, fraldas e mamadeiras) –, à domesticidade – visíveis nas panelinhas, vassourinhas, minicozinhas e ferros de passar – e ao cultivo da beleza – identificáveis nas unhas postiças, maquiagens, fantasias de princesa e aparatos para enfeitar e colorir os cabelos.

Este marcador é apontado por participantes explicitamente em suas falas, durante o relato sobre brincadeiras de infância. No caso de Leal, a revolta e descontentamento surgem na construção de uma fala irônica e no paralelo por ela traçado.

Apesar de não sofrer cerceamentos por parte de seus pais, as limitações impostas por Maria Clara a sua irmã, criança trans, tida como menino durante a infância, e a meninos, demonstram a reprodução dos papéis de gênero, fator observado por Ramos (2013). Já para Leal, havia grande expectativa por parte da família para que passasse a brincar de boneca e adotar brincadeiras consideradas “de menina”.

A expectativa da família ou até proibições em torno das brincadeiras, com base em gênero, principalmente a questão do “brincar de boneca”, reforçam o pensamento de que cuidar de filhos, algo que é condicionado pela brincadeira desde muito cedo, “é o destino natural e desejado de todas as mulheres, como interditam a participação dos meninos nesta tarefa, vigiando qualquer comportamento que possa parecer pouco masculino ou não heterossexual” (RAMOS, 2013, p. 16).

Luciana afirma que uma das brincadeiras presentes em sua infância, comum entre suas amigas da época, era o ato de “puxar palavras de ordem” em favor dos homens, algo que a deixava confusa. Além disso, acrescenta o desejo que mascarava durante as brincadeiras de Pokémon, em que utilizava de um “motivo” para adotar personagens femininas:

Era, tipo, ai "homens unidos jamais serão vencidos". Tipo, desde muito cedo, sabe? Várias vezes. [...] eu ficava, tipo, sem entender. Tipo, por que "homens unidos", né? [...] a gente assistia Pokémon e, tipo, meu irmão queria ser o Ash, tipo, o outro queria ser o Brock. Mas não, tipo, eu queria ser a Misty. Eu ficava com os Pokémons dela. Aí, tipo, eu queria ser, só que [...] minha forma de expressar isso era ter os Pokémons dela, assim. E tipo, aí, ser, querer ser uma treinadora de Pokémons (sic) aquáticos. E, tipo, era algumas formas. Ou, tipo, gostar...gostava dos personagens porque eu

achava eles (sic) bonitos e tal. E tipo, não porque "nossa, eu quero ser esse personagem". Mas essa era a minha relação, assim, nessas questões de brincadeira e tal. (Luciana)

Dornelles *et al.* (2019) discutem a questão de roteiros de gênero de performance nas brincadeiras e o fato de algumas crianças fugirem do *script* designado pela sociedade e sofrem preconceitos ou represálias por este motivo. Sobre as brincadeiras levantadas por Luciana, destacamos a questão de gênero presente no resignificar, em sua fala “eu queria ser, só que [...] minha forma de expressar isso era ter os Pokémon dela”. Nery e Rego (2020) contextualizam o ato de recontar, presente nas brincadeiras infantis, pois

[...] ao incorporar os personagens e os temas das séries de animação e suas representações às estruturas de suas brincadeiras, muitas crianças da pesquisa nos revelam suas maneiras criativas de recontextualizar as histórias, as quais ampliam o universo simbólico das brincadeiras (NERY; REGO, 2020, p. 12).

Em relação aos comportamentos por parte das entrevistadas durante o período de infância, destacam-se alguns termos utilizados para definir a si mesmas – “espoleta”, “molecona” e “capeta” – que, de alguma maneira, determinam ações consideradas “atípicas” ao esperado por crianças, principalmente “meninas”. Ramos (2013) apresenta conceitos de criança presentes em definições sociais ao longo do tempo: a “criança má” e “criança inocente” (RAMOS, 2013, p. 5-6), um com associação contrária aos pensamentos religiosos de puritanismo, pois é uma criança que se deixa levar por instintos e emoções; outro, associado à pureza e gentileza. Além disso, a autora também traz definições que posicionaram a criança como um receptáculo vazio a ser preenchido, a criança “imaneente” (RAMOS, 2013, p. 7); como um ser que será gradualmente desenvolvido e em aquisição de habilidades e até mesmo a criança que já apresentaria questões sexuais – aqui associada às definições adotadas pela psicanálise.

A delimitação de certas maneiras de se comportar, de acordo com o gênero presumido das crianças acabam por reforçar estereótipos de gênero (RAMOS, 2013). Para Biroli (2014), eles são moldados de acordo com atribuições que, por consequência, acabam por traçar alguns comportamentos como “desvios” ao esperado e naturalizado.

Quase todas as participantes verbalizaram influências das normas e papéis de gênero na construção de sua identidade, sendo a escola e a família instituições centrais de veiculação e reforço dessas normas. Apenas uma comentou não identificar influências dos papéis de gênero em sua trajetória. As principais perspectivas levantadas por todas estão relacionadas a expectativas na questão comportamental.

Bruna comentou que a única questão que observou foi a de ser matriculada no ballet, enquanto seu irmão fazia futebol. Porém, acrescentada que nunca foi limitada ou cerceada na escolha ou abandono de cursos por questões de gênero.

Quanto às expectativas de gênero e a forma como eram impostas em suas vivências, duas entrevistadas comentaram em tom de revolta:

E desde dentro de casa, né? De "senta com a perna fechada", né? A minha mãe até parou de me vestir de saia, essas coisas, porque eu não tinha modos, né? Então, assim, eu não sentava direito, ficava com as perna aberta (sic), mostrava a calcinha. Então, essas coisas, assim... Desde dentro de casa era assim, né? E na escola, isso repercute, né? O jeito que a gente se comporta na escola. Por eu sempre ser muito mais moleca, assim, desse jeito, [...] você é muito reprimida, né? Mulher é muito reprimida nisso. Eu não gostava de usar brinco, não gostava. Então, até uma fase depois mudou. Assim, depois com uns dez anos, assim, aí eu já virei minha chavinha, né, pra vaidade, assim. Mas até essa idade, eu não usava brinco, usava...acho que meu furo fechou umas três vezes, assim. Porque eu era uma menina, né? Então, isso é. Porque, como eu não gostava de ser vaidosa, essas coisas, minha mãe sempre cortou meu cabelo muito curtinho. Eu tinha cabelo 'Joãozinho', assim, até uns 11 anos, eu acho. Porque minha mãe...eu... porque eu não deixava lavar, né, secar, cuidar. Então, minha mãe cortava curtinho que era mais fácil, né? E aí, era sempre aquilo 'ai, é menino ou menina?'. Porque eu não usava brinco, de cabelo curto e sem saia, sem nada, só de calça. Então, era sempre assim. Então, sempre isso, condenada. (Yara)

Por mais que eu seja a mais velha em casa, tem toda essa questão "aí, mas você é menina. Senta direito. Você não pode falar alto. Você tem que ser desse jeito, desse jeito, porque você é menina". Sempre rolou umas paradas dessa. E eu sempre, na minha cabeça, rolou assim 'não, não tem nada a ver. Eu posso ser quem eu quiser, eu posso fazer o que eu quiser'. (Leal)

Hollanda (2019) destaca a valorização ainda presente em sociedade por conceitos de beleza e comportamentos padronizados que, segundo a autora, ganham espaço em reflexões e reconsiderações. Ainda, pode-se observar condicionamentos apontados por Fraser *et al.* (2019, p.41) na educação de crianças de maneira a “garantir que as crianças fossem rigidamente conformadas como meninas-cis e meninos-cis e como heterossexuais”. Apesar de não sofrer

imposições dos pais, Maria Clara aponta que a sensibilidade da irmã, até o momento interpretada por sua família como um menino cisgênero, que constantemente chorava, incomodava a família. Bruna destacou a questão da sexualização infantil pois, mesmo quando criança, chegou a passar por situações de “adultização” por parte de seus pais e dos pais da outra criança:

instituíram a gente enquanto namorados e eu não tinha a menor ideia, [porque era] tipo um amiguinho, assim, da minha...da minha [sala]. (Bruna)

Yara foi criada por sua mãe, enquanto Leal foi criada pelos avós. Ambas as entrevistadas tiveram figuras femininas como centrais em seu crescimento: mãe e avó. De acordo com Hooks (2018), há o pensamento de que lares com maior presença matriarcal, responsável pela condução e orientação de crianças, será um lar livre da propagação de estereótipos sexistas. Este pensamento, segundo a autora, é errôneo, não apenas por mulheres também atuarem como reforçadoras destes estereótipos, mas também porque devem ser consideradas as posições de poder: um lar matriarcal não significa poder às mulheres. Além disso, a sujeição e noção de propriedade impostas aos que possuem menos poder (crianças, neste caso) não são ações exclusivas do homem.

Com relação à atribuição do cuidar e do trabalho doméstico, não remunerado e esquecido, como função feminina escancara as vulnerabilidades e sujeições que se desenvolvem na esfera privada, pois reduzem quaisquer possibilidades de direcionamento para outras atividades ou desenvolvimentos (BIROLI, 2014). O âmbito doméstico corre o risco de não ser questionado e considerado pela sociedade, sob o pretexto de uma esfera privada e particular, não relacionada à pública. É neste ambiente que se concentra o trabalho gratuito, resultado de algum tipo de isolamento ou reclusão de uma esfera social (GAVO, 2020). A ausência da figura paterna foi destacada por duas participantes que, por consequência, tiveram toda atribuição do trabalho doméstico para as mães.

No caso de Luciana, a ausência do pai e a presença constante de pessoas em sua moradia, vindas da região Nordeste em busca de emprego, fez necessário que todos participassem das execuções de tarefas. O cuidar das crianças que ocasionalmente ocupavam o local também virou atribuição sua e de seus irmãos, principalmente quando a mãe voltou a trabalhar.

Para Yara, no entanto, a ausência do pai significou toda a responsabilização por sua criação e de seus irmãos para sua mãe e na própria mudança da percepção do que sua figura materna representava:

[...] a minha mãe que ficava comigo todo dia, era ela que brigava, era ela que punha de castigo, era ela que batia, era ela que tudo, né? Então, eu tinha o meu pai em outro patamar, assim. (Yara)

Hooks (2018, p. 13) salienta que mesmo que mulheres façam parte do mercado de trabalho ou sejam “chefes” de família, “a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não”. Além disso, questiona o próprio exercer da hierarquia no ambiente doméstico, uma articulação de poderes, muitas vezes, reforçadoras de submissões e da violência como afirmadores de autoridade.

Na experiência da participante Leal, as cobranças na realização das tarefas domésticas eram sempre direcionadas para as meninas que conviviam em seu ambiente familiar. A entrevistada definiu sua criação no período de infância como “passada”, pois enquanto precisou aprender a realizá-las, o primo mais velho não passava por qualquer cobrança:

[...] ele sempre teve as regalias dele. E eu lembro que com os oito anos já, a minha avó já...já me falava ‘Você tem que me ajudar em casa. Você tem que fazer isso. Você tem que não sei o quê. Você tem que aprender não sei o quê’. E tipo, eu tinha oito anos e o meu primo já tinha 11, 12. E eu nunca vi ele (sic) fazendo essas coisas. Ele não precisava lavar louça, ele não precisava organizar o quarto dele, não precisava fazer isso, ele não precisava aprender aquilo. Ele passava o dia inteiro jogando vídeo game e depois ia pra rua. E eu ficava assim ‘por que que eu tenho que aprender isso e ele não?’. (Leal)

Acho que desde que você é pequena, que você é menina, você, infelizmente, você já vai crescendo pensando nessas coisas. Sendo que você só tinha que ser criança e brincar o tempo inteiro e descobrir as coisas por você. Se você quisesse lavar louça, você ia lavar, só porque você queria ajudar em casa, sabe? Se você quisesse aprender a, sei lá, fazer comida, lavar o quintal, você ia aprender porque você ia por vontade própria. Mas aí, a gente percebe que não é assim. (Leal)

Apenas duas entrevistadas revelaram em seus relatos que havia equilíbrio nas atribuições domésticas entre ambos os seus responsáveis, além da adição do exercer da vida profissional. Para elas, a cobrança vinha de maneira leve, entre todos os residentes do local, sem distinções de gênero. Maria Clara e Bruna

relataram que só perceberam que a organização em seus lares era uma exceção quando testemunharam situações completamente diferentes na casa de amigos.

De todas as entrevistadas, a que mais enfatizou questões de gênero no trabalho doméstico em suas relações familiares foi Leal. Em sua experiência, comentou que sempre observou sua avó ser responsabilizada por absolutamente todas as questões domésticas:

A minha vó sempre fez absolutamente tudo pro meu vô, tudo, tudo. O dia que eu vi o meu avô lavando louça pela primeira vez [...] E foi só umas duas vezes na vida que eu vi o meu vô pegando uma vassoura pra ajudar a minha avó. E eles são casados há 45 anos. Eu sempre vi ela fazendo tudo, absolutamente tudo por ele. Colocar comida no prato e separar a toalha que ele vai usar pra se secar depois que ele toma banho, pegar a roupa que ele vai usar, passar a roupa dele, tudo, sabe, tudo. (Leal)

Leal ainda comentou que a mesma configuração acontecia na relação de sua mãe com o padrasto, e que considera “bizarra” tamanha dependência, em sua visão, pois o padrasto “é marido e parece que é filho, porque faz tudo”, segundo ela.

Segundo o IBGE (2020), apenas 78,6% dos homens também eram responsáveis por afazeres domésticos, contra 92,1% das mulheres. O número maior de homens que ainda executa algum tipo de tarefa doméstica está entre os que possuem maior nível de instrução. Ainda, nota-se que atividades domésticas de cuidado, como cozinha, lavar roupas ou arrumação do lar são realizadas por mulheres, enquanto homens ficam encarregados de compras de supermercado ou pequenos reparos. Para Biroli (2014, p. 36), a questão da divisão do trabalho doméstico e sua desconsideração estão relacionadas

[...] à divisão sexual do trabalho e a arranjos familiares convencionais – a posição hierárquica da “dona de casa” e o trabalho doméstico desvalorizado são faces de uma mesma moeda, mesmo quando as mulheres trabalham dentro e fora de casa. Entre as camadas mais pobres da população, porém, a permanência da mulher na posição de “dona de casa” é um efeito casado das convenções de gênero e do desemprego.

A questão do trabalho doméstico pode ser notada na própria escolha de palavras de duas entrevistadas, ao elaborar sobre o tema, que contou com o verbo “ajudar” ao referir-se a homens realizando tarefas domésticas junto de mulheres, o que implica algo opcional de ser realizado, pois um pedido de “ajuda” pode ser negado pela parte que não possui obrigação com o requerido.

Nery e Rego (2020) enfatizam o papel que os ambientes exercem no desenvolvimento da criança. Além disso, citam dois eixos centrais formadores durante o período da infância: o lar e a escola. Segundo Secco (2022, p. 17), a escola é “o lugar por onde perpassam diferentes realidades é também onde muitos problemas da vida adulta começam a emergir”.

Das entrevistadas, apenas duas relatam terem estudado em escolas particulares, enquanto as demais estudaram em escolas públicas. Maria Clara e Luciana estudaram em escolas públicas de Mauá, já Leal, em escolas de bairro em Ribeirão Pires. Todas as participantes definem o ambiente escolar como estruturalmente bom.

Ao rememorar as figuras de autoridade presentes no âmbito escolar, todas comentaram ter bons professores e boas relações com eles. Participantes que se afirmaram brancas apresentaram relações de infância harmoniosas, compostas por grupos de amizade baseados em interesses em comum e com a presença de brincadeiras já citadas anteriormente.

Leal citou que uma de suas professoras, durante a infância, que empregava discurso contrastante ao que era apresentado em seu ambiente familiar:

Ela falava muito sobre que você podia ser o que você quisesse, se você fosse homem ou mulher. Você podia ser o que você quisesse. Eu achava isso incrível, porque na minha casa ninguém falava sobre isso. Ou mulher: ou você vai ser professora; ou você vai ser dona de casa. (Leal)

A presença de figuras, histórias ou personagens com quem as crianças possam se identificar é relevante. A falta de referências nas mídias ou em locais frequentados pela criança faz com que ela deixe de se reconhecer e se afirmar, o que acaba sujeitando seu autorreconhecimento ao preconceito sofrido ou ao que lhe é definido por outros (SECCO, 2022). Em relação à figura docente, é possível destacar comentários de entrevistadas não-brancas levantaram:

Eu lembro de uma professora minha também que, tipo, ela era muito boa e ela era preta também. Mano, muito bom você, tipo, você ter uma referência de uma autoridade que é, tipo, da sua etnia, né? (Luciana)

Acho que essas primeiras lembranças que eu tenho. E que, acho que a minha segunda professora, que eu consigo lembrar, quando eu entrei no primeiro ano era uma mulher negra. Ela tinha tipo um cabelão, assim. E acho que foi bem importante ter tido ela, assim. (Maria Clara)

Mendes e Botega (2020) exploram a questão do apagamento histórico de pessoas pretas e de contextos não-brancos, além da presença de características que não trazem qualquer reconhecimento ou representatividade para suas crianças, o que também ocorre em contexto escolar. No Brasil, a presença de pessoas negras em escolas só foi “concedida” a partir de um Decreto em 1878 e o direito à educação gratuita só se deu a partir do século XX (SECCO, 2022).

A pouca representatividade gera a ideia de não pertencer ao local e causa impacto na autoestima dos estudantes, na percepção de seus próprios traços, na autoaceitação e afirmação de suas identidades. Durante o processo da infância, em que estas identidades estão sendo assimiladas, a representatividade nos espaços é de extrema importância (SECCO, 2022).

Maria Clara ainda afirma que, durante sua infância, sofreu racismo nas relações escolares, antes mesmo de assimilar o que aquelas ações implicavam:

[...] eu era muito nova, meu pai que me contou isso que eu nem lembrava que, quando eu tava no prezinho, os meninos passavam, tipo, colocando a mão na calça e encostando nas meninas correndo. Que me xingaram de uma maneira muito racista quando eu tava no prezinho. Quando ele me contou isso, eu realmente tinha apagado da minha cabeça. Aí, eu fiquei em choque e comecei a chorar. (Maria Clara)

O racismo também esteve presente na família. Segundo Maria Clara, falas racistas também ocorriam entre familiares brancos. A repercussão destes discursos trouxe constante comparação com pessoas brancas, em espaço familiar e escolar, e afetou sua própria autoimagem:

[...] eu lembro de querer alisar meu cabelo e meus pais não deixarem. A gente ia no cabeleireiro e minha mãe sempre falava "não alisa o cabelo dela". Eu lembro de uma vez que eu fui e isso ficou muito marcado na minha cabeça, porque ela falou pra não alisar e a moça alisou. E eu cheguei muito feliz em casa, tipo "Nossa, tô muito gata". Tipo, pequenininha. E aí, eu achei que tava muito volumoso. Aí, eu peguei um negócio de água e passei, estraguei tudo. Porque era só uma chapinha que a moça tinha passado. Aí, eu fiquei muito triste, mas isso me marcou muito. Tipo, porque eu queria muito que alisasse, assim. [...] meus pais já não gostavam que fizesse. (Maria Clara)

O desejo de anulação das características identitárias durante a infância expresso pela participante é um projeto de apagamento negro. Ainda, de acordo com Mendes e Botega (2020, p. 9),

[...] o ideário racista atua como um mecanismo construtor de imagens distorcidas da historicidade e da cultura negra, fazendo com que alguns meninos e as meninas negros desejem serem brancos, ter cabelo liso, rejeitando os elementos que os singularizam.

Para Secco (2022, p. 33), “as crianças moldam seus comportamentos por meio das experiências que elas vivenciam”. Maria Clara ainda comenta que a proximidade com familiares brancos de sua mãe fez com que a comparação estivesse sempre presente:

[...] meu pai é negro e minha mãe é branca. E acho que por ter crescido mais próximo da família da minha mãe, eu ainda que, meu círculo de amigos a maioria foram... foi muito branco. Todos brancos [...] inclusive, minha prima. [...] eu tinha uma melhor amiga no prezinho, que ela era branca, assim, padrão, de cabelo superliso e tal. E eu sempre achei que ela era melhor do que eu, ela sempre conseguia as coisas e ela me atazanava. Falava que ia me contar um segredo, ficava gritando no meu ouvido. E assim, péssimo. E eu aceitava tudo isso, né? (Maria Clara)

De acordo com Nascimento *et al.* (2020, p. 2), é

[...] na família que o indivíduo aprende normas, valores pessoais e a se relacionar com o mundo, sendo, portanto, a socialização primordial para formação do indivíduo. Entende-se como Socialização Secundária a vivência no mundo social – escola, trabalho, grupo de amigos – e esta está em constante mudança, visto que a sociedade não é imutável.

É importante reforçar que “a escola é lugar que colabora com a construção da identidade em todos os aspectos emocionais, cognitivos e sociais. É na relação do eu e do outro que a criança observa semelhanças ou diferenças, incorpora afetos e desafetos” (SECCO, 2022, p. 16). Vivenciar o racismo, preconceitos ou sexismos na infância, em ambientes constantes de convivência, afeta diretamente a percepção que a criança tem de si.

Para Maria Clara, havia a comparação constante, a inferiorização de si e até a abjeção de sua própria personalidade em função de agradar pessoas que acreditava serem melhores ou mais importantes por serem brancas. A autoestima da pessoa negra, sob a ausência de exemplos que lhe tragam empoderamento e sob as lentes de uma sociedade que a subalterniza fora das posições de poder, que objetiva e apaga sua existência entra em pauta em cenários diversos e é pede urgência em cuidados e conscientização (RIBEIRO, 2018).

No âmbito escolar, como ambiente de interação social, muitos padrões constantemente impostos em sociedade ainda são reforçados, concebidos por simetrias que não abrangem todas as vivências e singularidades (BENTO *et al.*, 2018). Ainda para os autores, “a comunidade escolar não sabe os limites, ou não permite aos alunos ultrapassarem os limites daquilo que está estabelecido e convencionado para o masculino e feminino” (BENTO *et al.*, 2018, p. 4).

Luciana destaca o sentimento de não pertencimento com relação ao ambiente da escola, que contava com espaços de brincar segregados por gênero.

Mas eu lembro também, tipo, que na minha escolinha, né, acho que eu já tinha seis anos. [...] E tinha, assim, uma brinquedoteca, né? E aí, tipo, tinha uma sala que era, tipo, das meninas; tinha a sala dos meninos e tinha uma sala que era meio neutra. [...] eu não ficava na sala dos meninos e eu acho que eu não gostava. [...] eu não ficava, não me interessava. Aí, eu não ia pra das meninas porque, tipo, era das meninas e, tipo, eu não era uma menina. Mesmo que eu quisesse, às vezes, ir [...], mas eu não era uma menina. E aí, eu lembro que eu ficava muito na parte dos livros, né? Tipo, que era a parte meio neutra, assim, que tinha livros, né? (Luciana)

Para Bento *et al.* (2018), o debate sobre as formas de preconceito deve acontecer no ambiente escolar, assim como o combate a este tipo de problemática, pois é na escola que a criança passa boa parte de seu tempo, assimila conhecimentos e socializa, desde a primeira infância. O debate é extremamente importante,

*[...] não só para combater a exclusão de crianças e adolescentes LGBTs, como também para a desconstrução das práticas de machismo e misoginia que contribuem para agravar problemas vividos na escola como gravidez precoce e indesejada em meninas jovens, violências de gênero contra mulheres e pessoas transgêneras (BENTO *et al.*, 2018, p. 11).*

Luciana ainda relata que tinha muita dificuldade em fazer amizades e que já foi hostilizada por meninos. A simetria erroneamente construída em sociedade com relação a gênero e sexualidade, resulta em concepções a partir de determinados comportamentos e formas de expressão. No caso das crianças trans, constantemente as mulheres são vítimas de presumida homossexualidade (BENTO *et al.*, 2018).

Eu tinha mais facilidade em me integrar com os professores do que com os alunos, geralmente. [...] eu sofri muito bullying, porque, tipo, né, crianças LGBTs sendo diferentes. Alvos gigantescos de bullying, né? [...] basicamente

pedindo "façam bullying comigo". [...] Tanto que já me chamaram de "viadinho" [...] na minha infância. Um dia foi bem uma coisa que me marcou, né? [...] fizeram uma rodinha e me chamaram de "viadinho" e etecetera. Aí, eu voltava pra casa e o pessoal gritava, assim, na rua "viadinho". E eu não podia falar isso pros meus pais também, né, porque, tipo, era algo ruim, ser LGBT, né? (Luciana)

Nascimento *et al.* (2020) reiteram que o contexto escolar se transforma em um local hostil, o que deixa a criança ou adolescente mais vulnerável e receosos por sua identidade ou orientação sexual e da tratativa que podem sofrer, tanto por parte de outros alunos, quanto por parte das figuras de autoridade do local.

Segundo Bento *et al.* (2018), há urgência em educar e abordar conceitos como as identidades de gênero e o leque de sexualidades, de maneira a diminuir comportamentos nocivos que causam sofrimento psicológico e fazem do ambiente escolar “um ambiente hostil às crianças transgêneras” (BENTO *et al.*, 2018, p.5).

Para Nery e Rego, a escola é uma

[...] importante referência na organização social da vida diária. É nesse espaço que elas se encontram e vivenciam múltiplas situações, integram-se e relacionam-se nos inúmeros microespaços, significando e resignificando práticas que contribuem para as suas aprendizagens e sociabilidades. Para além do espaço escolar, a vida cotidiana das crianças se tece quase sempre nos limites domésticos de suas casas (NERY; RÉGO, 2020, p. 8).

As entrevistadas Luciana e Maria Clara relataram sofrer quadros de ansiedade e depressão em seus períodos de infância até posteriormente. Para Maria Clara, a ansiedade causava choro em sala de aula e ansiedade ao realizar qualquer avaliação, principalmente quando comparava-se às pessoas brancas de seu convívio. Segundo Gatti *et al.* (2020), são diversos os fatores experienciados durante o período da infância que podem ser interpretados como causa da ansiedade infantil. As autoras afirmam que crianças estão muito sujeitas a este fator, devido à vulnerabilidade experienciada neste período inicial de seus desenvolvimentos.

Maria Clara ainda comenta de um episódio de sua infância, quando tinha entre oito e nove anos, que teve muita dificuldade em lidar: em sua escola, na ausência de professores, os alunos eram distribuídos em outras turmas. Um aluno começou a persegui-la, insistindo para que fosse sua “namorada”. Após muitas insistências e muitas tentativas de desviar dos pedidos, comentando que deveria pedir autorização da mãe, acabou “aceitando”. Posteriormente, sentiu-se culpada e passou a se esconder, vivendo em fuga e isolando no banheiro em intervalos. Após

atingir o limite emocional e passar por situações, decidiu contar à mãe, que a aconselhou que evitar a situação não ajudaria. Então, ao ser chamada por um amigo deste, comentou que “estava terminando” tudo. Em suas palavras:

Nem lembro dessa conversa, só lembro que ele me chamou. Mas aí foi isso, voltei a viver minha vida normal. (Maria Clara)

A ponte entre a infância e a adolescência foi descrita por três entrevistadas como “turbulenta”, um “período de mudanças que todos sentem”, um momento “determinante” e “confuso”.

Segundo Palácios (2017), a adolescência é um período variável e não universalizado, pois algumas culturas têm diferentes concepções e interpretações dos processos. É necessário ainda, segundo o autor, saber distinguir os termos “puberdade” e “adolescência”. Os processos de transformação corporal para maturação e alcance de corpos adultos são abrangidos pelo termo “puberdade”, algo que todos passam e que pode ser considerado universal. Já a adolescência, é definida como o “[...] período psicossociológico que se faz por vários anos, caracterizado pela transição entre a infância e a adultez” (PALÁCIOS, 2017, p. 265). Apenas duas entrevistadas relataram mais tranquilidade no processo, por fazerem parte de um contexto de pessoas que passaram ou passavam por algo semelhante. Yara contou com a compreensão e acolhimento de suas irmãs mais velhas, as quais se sentia à vontade para consultar, muito mais que a mãe. Já Leal, teve seu processo de transição para adolescência junto a outros jovens da igreja que frequentava.

Os laços criados por adolescentes neste período podem ser variáveis, de acordo com as narrativas das entrevistadas:

[...] tinha algumas questões de sofrimento uma questão um pouco até nessa metade de idade, de você querer copiar a...ao que era socialmente aceito, né? ... todas as meninas pra mim são iguais. [...] E eu acho que é muito disso assim, né, necessidade de...de você copiar as meninas populares, né? Aí, eu comecei a me comportar um pouco com as meninas populares. (Bruna)

Carvalho *et al.* (2017) destacam o período da adolescência como o que se dá maior importância aos núcleos de amizade e laços constituídos, associando-os à manutenção do bem-estar mental dos adolescentes. Neste momento, todas

apresentaram mudanças nos grupos de amizade neste período por fatores diversos, como mudança de escola/sala ou alteração nos elementos que antes possuía-se afinidade.

Matheus (2004) salienta que, no período da adolescência, temos um sujeito múltiplo, composto por diversas influências dos contextos em que se insere e incapaz de abdicar de qualquer aspecto nele presente. Para Hall (2006), os sujeitos, preservam “um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. Desta maneira, os sujeitos se fazem mutáveis e interagem, internalizam e modificam os contextos em que estão inseridos, um processo de renovação constante da própria identidade.

A participante Leal relatou mudanças em sua percepção e a realização dos ambientes que pertencia, passando a integrar outros grupos e, por consequência, deixar de frequentar a igreja, por não se identificar mais com os conceitos ali apresentados. Portanto, vivenciou um período de rompimento com o local e, eventualmente, com as amigas que ali possuía, que se afastaram; mas também redescoberta. Há um destaque por todas as participantes em relação aos laços de amizade, construídos por interesses musicais, por artes, opiniões e comportamentos. Segundo Alves (2008), durante a infância, os laços e amizades sofriam intermediações dos responsáveis, até mesmo em sua determinação. Com a chegada da adolescência, há a transferência ou tomada para o próprio adolescente, que vê este momento como o “de conquistar espaço e vínculos próprios, de selecionar e buscar integrar-se a grupos condizentes com os novos ideais e expectativas que se fazem presentes” (ALVES, 2008, p. 14).

O processo de maturação adolescente, precoce ou tardio, apresenta diferentes reações, segundo Palácios (2017). Para o autor, o corpo interpretado como masculino, quando precocemente desenvolvido, tem o processo bem recebido por aqueles que por ele passam, enquanto o corpo que apresenta desenvolvimento tardio é visto de maneira infantilizada, mesmo por adultos, o que traz diferentes conflitos. No caso do corpo tido como feminino, porém, quando a maturação ocorre prematuramente, há tentativas de esconder e não chamar atenção para o desenvolvimento dos corpos, bem como preocupações com padrões ideais reforçados em sociedade (PALÁCIOS, 2017). Para as entrevistadas, este processo foi extremamente marcante:

era uma menina mais "cheinha", "gordinha", [...] e aí eu sofri um pouco com isso, com uns moleques atazanando. Minhas próprias amigas também, atazanavam nesse sentido. (Bruna)

Hooks (2018) destaca que, devido ao sexismo, ao longo dos tempos, mulheres foram ensinadas a “acreditar que nosso valor estava somente na imagem e em ser ou não notada como pessoa de boa aparência, principalmente por homens” (HOOKS, 2018, p. 36). A internalização das imposições sociais e sua própria reprodução implicam na desconsideração da autonomia feminina, de maneira que

[...] elas não seriam capazes de distinguir entre alternativas indesejáveis e desejáveis, do ponto de vista dos seus interesses e, sobretudo, do exercício da autonomia. O risco é, assim, ignorar as perspectivas das próprias mulheres, desconsiderando-as como indivíduos capazes de definir suas preferências e de realizar escolhas legítimas (BIROLI, 2014, p. 110).

Bruna ainda relatou que era frequentemente “cobrada” por meninas, por não utilizar sutiã:

Uma menina brigou comigo, que eu não usava sutiã e que era ridículo eu não usar sutiã. Aí, infernizei minha mãe pra comprar um sutiã e minha mãe não queria comprar um sutiã, porque ainda não era idade de comprar sutiã. Comprou um sutiã da Pucca, que era rosinha...branco e rosa, tinha um desenho da Pucca. [...] fui com o sutiã pra escola, tal qual tinham ordenado. Aí, um menino apontou pra mim: ‘ela tá usando sutiã! Hahaha’ e começou a rir. Eu lembro que aquilo ficou muito na minha cabeça. [...] é pra usar sutiã ou não era pra usar sutiã? ‘O que vocês querem? Se decidam!’ [...] eu acho que é um momento um pouco cruel com todo mundo, né, essa mudança. (Bruna)

A dominação masculina institui a própria condição das mulheres como seres cuja existência se dá através e para a percepção de outros, primeiramente, portanto, constituídas como seres simbólicos e constantemente acessíveis e passivas em seus espaços, como objetos. Neste sentido, imposições de gênero são endossadas, como a feminilidade, a docilidade, a discricção, a autocontenção e o próprio apagamento. A busca por validação pelo olhar do outro, a partir daí, é construída gradativamente (BORDIEU, 2012).

A entrevista Luciana rememorou como resistia a quaisquer mudanças neste período e a renunciar ao brincar, algo que notava entre as demais pessoas de seu convívio. Além disso, a própria questão da disforia, que se fazia presente desde sua infância. Importante destacar que para pessoas trans, o período de maturação e as experiências nas relações podem se dar de maneira diferente.

Segundo Nascimento *et al.* (2020), apesar da insatisfação com os corpos ser comum entre adolescentes, a experiência de adolescentes trans pode ser marcada pelo comumente classificado como incongruência ou disforia de gênero. As autoras destacam que mulheres e homens trans “apresentam níveis mais baixos de satisfação com a imagem corporal em comparação a pessoas cisgênero. Tanto mulheres como homens transgêneros exibem insatisfação corporal em todas as esferas” (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 9). Hamasaki (2022) explora o conceito de disforia de gênero como “a identificação com um gênero diferente do sexo designado ao indivíduo no nascimento” (BENTO; PELUCIO, 2012 *apud* HAMASAKI, 2022, p. 26).

Ainda para Nascimento *et al.* (2020), a questão de aceitação e do respeito à própria identidade como preocupações presentes na vivência trans. As autoras salientam, assim como Bento *et al.* (2017), a necessidade de conscientização no contexto escolar, tanto dos alunos quanto autoridades, pois “há uma tendência à biologização da sexualidade nas escolas” (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 8).

De acordo com Alves (2008), a adolescência é marcada por mudanças e, por isso, traz “o início da escolha profissional; a busca pela autonomia; pelo ingresso na vida sexual; pelos conflitos familiares e de caráter emocional, as transformações orgânicas e as inconstâncias hormonais” (ALVES, 2008, p. 9). Com a maturação e o processo de adolecer, o indivíduo passa a ter outras referências, outros centros de apoio relacionais, deixando a família de lado e buscando relações a partir de interesses compartilhados. Além disso, com a intensificação da sexualidade, surge a possibilidade de se relacionar intimamente, algo que ocorre em comum com a vida adulta (ALVES, 2008). Dornelles e Pocahy (2014) destaca, ao elaborar quanto ao conceito binário de gênero propagado socialmente, as próprias bifurcações de encorajamento à descoberta sexual: se por um lado, temos figuras passivas e sujeitas a uma hierarquia socialmente construída, por outro, temos aqueles que são impulsionados a expressar sua sexualidade, até mesmo a invadir, de forma completamente naturalizada.

Os assédios escolares relatados pelas entrevistadas implicam permissividade e validação presumida pelo homem, que acredita possuir direitos maiores. Segundo as participantes, há neste momento a avaliação das figuras femininas que ocupam os espaços, neste caso escolar, até mesmo à figura das professoras:

Foi Ensino Médio principalmente. Eu lembro que uma questão muito de inferiorização e também de objetificação das mulheres, meninas da minha sala, né? [...] em relação ao corpo, tinha uma questão... [...] eles faziam...são brincadeiras que, assim, não...não são machistas, mas só fazem com as meninas, né? Então, por exemplo, ficar escondendo material [...] até coisas mais pesadas, tipo, dar tapa na 'bunda' das minhas amigas, sabe? Sem autorização alguma, ficar...Eu lembro de uma amiga minha [...] toda vez que a... que ele via ela, chamava ela de 'gostosa', assim, no meio da aula. (Bruna)

Tinha muitos casos de assédio, tipo, mano, os meninos real, tipo, encostavam as meninas que eram amigas deles e eles achavam que tava tudo bem. Falavam muita 'bosta'. (Maria Clara)

Para Bordieu (2012), o “assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro” (BORDIEU, 2012, p. 31).

As entrevistadas também relataram situações de desrespeito por parte dos adolescentes com as figuras de autoridade presentes em ambiente escolar, principalmente com relação aos alunos homens e a figura das educadoras. Leal relatou que estes não hesitavam em ofender as professoras:

Quando você vai xingar uma mulher, você tem 1001 xingamentos que sempre vai levar pra um lado sexual, sempre vai ser uma "parada" bem escrota desse lugar. Quando você vai xingar o homem, você nunca vai pensar num lugar desse. Então, eu sempre vi muito xingamentos pra mulheres nesse lugar e para homens, não. Pra homens, era tipo "nossa, que cara, sei lá, que cara chato, que cara não sei o quê". Isso aí, é da boca dos meninos. Mas se fosse pra xingar uma professora, nossa, três livros de xingamento sempre pra esse lado sexual, sempre do corpo da [...] professora, do não sei o quê do jeito. E enfim, sempre nessas situações bem desagradáveis mesmo. (Leal)

A validação do comportamento masculino de dominação dos espaços está enraizada nas simetrias socialmente determinadas pela questão de gênero e sexo contribuem na manutenção de “características impostas para o masculino e o feminino, ao mesmo tempo em que demarcam as desigualdades de gênero, criam normas que hierarquizam os sexos, com o masculino dominante e o feminino dominado” (BENTO *et al.*, 2017, p. 8).

Na experiência de Maria Clara, os assédios também se apresentavam de outras maneiras. Ribeiro (2019) enfatiza que a experiência da mulher negra se constitui de maneira que lutar contra o racismo e por sua afirmação como pessoa

não é opcional. A sexualização e objetificação de corpos negros é validada, não somente na mídia, mas presente em narrativas traçadas em sociedade.

A mulher negra no Brasil ainda é vista segundo um modelo nascido do colonialismo e da escravidão. Ou é uma Tia Nastácia, personagem de Sítio do Picapau Amarelo, de Monteiro Lobato, boa para o trabalho servil, silencioso e constante; ou é uma Rita Baiana, personagem de O cortiço de Aluísio Azevedo, a mulher sensualizada e selvagem [...] (RIBEIRO, 2019, p. 181).

A posição de sexualização ou de servidão em que pessoas negras são colocadas se faz presente nos relatos de Maria Clara, que expõe o assédio constante, sempre acompanhado do racismo, algo que não percebia e não sabia como lidar. Além disso, não notava a mudança de seu comportamento diante destas situações, quando passou a sexualizar-se e buscar agradar à figura masculina e a pessoas brancas.

[...] foi uma coisa que eu demorei pra perceber, porque eu queria, na época, muito agradar esses meninos, né? [...] muitos assédios que foram aparecendo, por causa de...de racismo, eu não sabia bem como...como lidar. Eu queria fazer alguma coisa, mas não sabia o que fazer. E eu não vi os casos de assédio por muito tempo, eu não vi como é que meu jeito de se vestir foi mudando com o tempo. Antes, eu não ligava muito pra isso. (Maria Clara)

Conforme as assimetrias abordadas em relação aos gêneros, pode-se destacar a observação feita por uma das participantes do estudo, que relatou grandes diferenças nos assuntos encorajados aos meninos e meninas, desde muito cedo, temas incentivados à discussão para meninos e marcados como “tabu” para meninas:

Muito diferente como eles lidam com muitas coisas que eles têm acesso e que eles podem falar sobre, porque as pessoas incentivam eles a falarem sobre. E que é um tabu "do cacete" as meninas falarem sobre qualquer coisa. [...] eu tinha uns [...] 12 anos, que os meninos fizeram um grupo só deles pra enviar vídeos horríveis, né, um pro outro. E eles achavam legal aquilo e eles falavam muito sobre isso. E a gente falava assim "gente, como é que eles têm acesso a essas coisas? A gente nem sabe o que é, a gente nem fala sobre isso". [...] a gente começou a falar sobre sexo, sobre qualquer outra coisa, depois dos 15 anos. E a gente já falava assim "nossa, a gente tá muito errada, a gente tá falando sobre isso". Tipo, assim, com 17 anos a gente tava falando sobre isso e nem era com naturalidade, com o maior medo das pessoas ouvirem. E os moleques desde os dez anos falando sobre isso. (Leal)

Nenhuma das participantes teve qualquer conversa sobre sexualidade, mudanças corporais e desenvolvimento ou relacionamento em âmbito familiar, todas alegaram ter utilizado outras redes de apoio, como educadores, no contexto escolar, e informações em vídeos da internet. Ainda, as entrevistadas que se declararam brancas e cisgêneros não relataram dificuldades no processo de desenvolvimento sexual. Para uma delas, a sexualidade e o falar sobre sexo foi um “divisor de águas” nas próprias relações de amizade e determinação dos grupos:

A gente conversava sobre tudo. A gente falava...falava de sexo, a gente falava de menino, a gente de escola, a gente reclamava. Então, era tudo essas meninas, que já não era um perfil que as outras tinham, né? Que elas já tinham mais aquela coisa de estudar, né, desse...de outras conversas que não é... que a gente não tinha. Então, acabou meio segregando um pouquinho [...]. (Yara)

A escola foi citada como um espaço de apoio, em que era possível acessar os docentes, principalmente de biologia ou os que se encarregavam de conduzir conversas com os alunos, tirar dúvidas sobre sexo. A forma como a educação sexual se dá ou não em ambiente escolar foi criticada por uma das jovens. Outra, porém, destacou que contava com apoio e escuta muito mais no ambiente escolar, por isso, a educação e diálogo que teve neste contexto foi importante:

Eu tive pouca informação sobre isso na escola. A gente teve uma substituta uma vez, que veio falar de camisinha pra gente e tipo, foi embora. Então, péssimo. (Maria Clara)

Na escola sempre foram diálogos muito abertos, muito mesmo. E eu acho que foi muito importante. Porque é importante, né? Pro adolescente ter um lugar seguro pra que você pode falar sobre qualquer coisa com pessoas que...que vão, de fato, te ajudar e não só te julgar, né? Porque na família, também, se tivesse... tivesse falado umas conversas, sempre rola um julgamento, né? (Leal)

Outras experienciaram o momento de maneira diferente: duas por represálias e tentativas de controle por parte da família e uma por auto repreensão. Na experiência das três jovens, falar sobre sexo, sentir desejo ou agir sobre a sexualidade carregava um peso muito grande. Todas afirmaram ter o hábito de frequentar a Igreja por boa parte da adolescência.

Silva *et al.* (2020) afirmam a importância das discussões em âmbito educacional, de maneira a combater desigualdades e preconceitos, assegurando tratamentos igualitários e garantia de direitos aos jovens e crianças. No entanto,

destacam abordagens genéricas e rasas no Plano Nacional de Educação desenvolvido em 2014, que não ilustra processos importantes e os preconceitos presentes nos ambientes escolares. Os autores ainda comentam a influência da pressão de grupos religiosos, que resultou em um documento que não abrange sujeitos de diferentes raças ou orientações sexuais, além da exclusão de termos de extrema importância como “gênero”.

Para Nascimento *et al.*,

[...] quando se propõem discussões acerca de sexo, gênero e sexualidade no ambiente escolar/educacional o foco é voltado, em grande parte, para questões de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), meios de prevenção, funções reprodutoras, fisiologia do corpo, gestação não desejada, métodos anticoncepcionais, entre outras. Por conseguinte, a educação sexual é reduzida a funções reprodutoras e biológicas, deixando de lado os aspectos históricos, subjetivos, políticos e socioculturais associados (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 8).

A carga imposta por dogmas religiosos, somada às violências verbais vivenciadas no ambiente escolar e espaços públicos fez com que Luciana desprezasse e reprimisse a própria sexualidade, além de sua identidade como mulher trans. Ela relatou que evitava pensar em relação a estes temas e que seu período de puberdade foi marcado por observar outras pessoas se desenvolvendo e renunciando às brincadeiras, enquanto insistia em tentar mantê-las e fazer com que outras pessoas se juntassem a ela:

[...] já tava essa área, sabe, início de sexualidade, tipo. 12 anos, né? O pessoal já tava tipo "ai, não sei o que". E eu, tipo, ah, nem, super, tipo, em outra "vibe" de cartinha, de infância, de brincar, sabe? De fazer outras coisas, sabe, não pensar em relacionamento. Ou talvez, tipo, eu não me permitia, né? (Luciana)

A entrevistada ainda destacou a questão de sua sexualidade, ser demissexual e de sua identidade como mulher trans como influência em suas ações na época. D’Andrea e Romagnoli (2018) descrevem a demissexualidade como sexualidade “[...] sempre atrelada ao vínculo afetivo, expulsando o lascivo, o carnal, romantizando o sexo, sendo uma condição *sine qua non* para o envolvimento afetivo” (D’ANDREA; ROMAGNOLI, 2018, p. 224).

Luciana não conseguia definir sua sexualidade e não tinha conhecimento de sua identidade de gênero, mas abordou que não se identificava como uma pessoa

gay ou heterossexual, no momento. Segundo a jovem, ainda, como era religiosa, sentia-se “pecadora” e “suja”, o que fez com que não se permitisse sentir ou agir de acordo com seus desejos, pois, em suas palavras:

[...] a sociedade diz que a gente não deveria sentir atrações, tipo, por pessoas do "mesmo" gênero "entre aspas". [...] foi muito confuso pra mim. Eu era religiosa e eu ficava, tipo, me sentindo muito mal. (Luciana)

Silva (2016) destaca a repreensão feminina e como “o sistema patriarcal tem como um dos seus principais recursos a imposição da heterossexualidade, com o controle da sexualidade e da reprodução das mulheres” (SILVA, 2016, p. 234).

A crença de superioridade advinda da “moral” religiosa resultou em tentativas de imposição de determinadas visões, impostas e padronizadas, excludentes das realidades e diversidades encontradas na realidade social. Este empenho parte de autoridades do Congresso, que se movimentam para excluir termos ou ações que abraçariam todas as representações identitárias, sexuais e familiares (HOLLANDA, 2019). Segundo Hollanda (2019, p. 104), é

[...] inaceitável, por exemplo, que o conceito de gênero, seja banido de planos de educação pelo Congresso Nacional, ferindo o direito universal de acesso ao progresso da ciência. É também inaceitável a proposição de Estatutos que desconhecem a variedade de formas de famílias existentes na sociedade brasileira.

O debate para a compreensão da diversidade no campo das sexualidades poderá auxiliar no alcance de igualdade das vivências LGBTQIA+ em âmbitos sociais e de convivência familiar. Do contrário, aqueles que tem suas relações interpretadas ou pautadas no mesmo sexo sofrerão “opressão das instituições reguladoras (família, escola, Igreja etc.), que condenarão tal atitude como imoral, pecadora, doentia, sendo esse indivíduo, muitas vezes, afastado dos convívios familiar e social” (BENTO *et al.*, 2020, p. 8).

Não contar com ambientes de acolhimento para discussão da sexualidade fez com que muitas participantes recorressem a vídeos da internet. Entre os nomes de produtores de conteúdo relacionados a estes temas, uma entrevista citou Natali Nery:

Chamava acho que ‘DR de relacionamentos’, eram umas enquetes. Depois, com o tempo, eu fui mudando, né, as minhas referências. Mas, tipo, eles

falavam sobre isso também. Tipo, num contexto mais adulto, tipo, não eram questões de adolescência, necessariamente. Mas, enfim, eu via por lá e até que, tipo, foi relativamente seguro. Tipo, não era nada absurdo, eram coisas que eram um pouco politizadas, né? (Maria Clara)

Maria Clara afirma que teve muita sorte de “saber os limites” e não ir atrás de muitas informações, por medo, pois muitas pessoas acabam acessando conteúdos inapropriados ou pornografia, adquirindo traumas devido ao acesso irrestrito à internet.

Eisenstein (2013) salienta que, com o avanço das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCI), a internet trouxe aos jovens um mundo em que o acesso à informação está disponível para livre acesso, vindas de qualquer pessoa e apresentadas em todo lugar. Relacionar-se com outras pessoas, sexualmente ou não, não está restrito ao espaço físico e extravasar qualquer sentimento, acompanhar pessoas ou divulgar a própria vida em diferentes redes sociais. Para a autora, ainda, a internet é um grande modulador de comportamentos e hábitos, influenciando até mesmo a construção de opiniões de adolescentes. Ainda, ressalta a importância do diálogo nos ambientes de convivência e a orientação para aproveitamento seguro da internet e garantia de equilíbrio nas informações adquiridas.

Segundo dados da Unicef (2013), 85% dos adolescentes em contexto urbano acessam sites de relacionamento. O número também não é baixo em contexto rural, atingindo 77%. De acordo com o portal Gov (2020), o número de meninos que já tiveram contato com conteúdo sexual na internet atinge 18%, as idades variam de 9 a 17 anos, sendo que 20% já receberam mensagens com este tipo de conteúdo. Para as meninas, das mesmas faixas etárias, o número chega a 13%.

Uma das participantes relatou que fazia parte de um grupo diverso, em que livremente abordavam todos os tipos de assunto e a própria sexualidade, portanto, se sentia pressionada a namorar, considerando o quão adiantada as amigas estavam:

[...] Uma cobrança. Porque, sempre, toda a sala tem as meninas que são mais adiantada, né? E aí, era dentro desse...desse grupinho que eu tava inserida. [...] já tinha beijado, essas coisas, mas namorar mesmo, eu sentia mais uma pressão. (Yara)

O agir na sexualidade, o “ficar” presente nos contextos das relações adolescentes e o primeiro namoro foram abordados junto às entrevistadas, que relataram ter agido “tardiamente”. Pode-se destacar que, enquanto a permissividade é encontrada; a repressão é encorajada. Hooks (2018) destaca o conceito de sexualidade feminina e a repressão do sexo e comportamento sexual, instigado por concepções papéis atribuídos socialmente, “o papel de madona e o de puta” (HOOKS, 2018, p. 70).

A idade com que se deram as primeiras experiências das entrevistadas varia entre 16 e 17.

[...] pra começar a me relacionar com outras pessoas demorou muito mais. Tipo, até eu beijar pela primeira vez. Eu beijei a primeira vez com 17 anos. Tipo, depois de muito lutar contra mim mesma 'tipo, você vai fazer isso sim.' Teoricamente, eu demorei mais do que a maioria das pessoas, porque é muito precoce, né? Tem gente que começa com tipo, nove anos. É muito precoce como essas coisas começam com a maioria das pessoas. Aí, por vários impedimentos de ansiedades e inseguranças, eu demorei bastante (Maria Clara)

Eu via as minhas amigas com 14 anos já tá no terceiro namorado. E eu, tipo, assim "gente, vai viver, vai descobrir que você gosta". E aí, eu achava bem bizarro, assim. Então, eu comecei, eu era bem tranquila. Aí, com 16 anos, tinha um menino lá que gostava de mim e a gente ficava. Não era sempre. E eu namorei com ele por dois dias. Foi o meu primeiro namoro. (Leal)

O processo de autoaceitação foi fundamental para que Luciana pudesse exercer sua sexualidade. Segundo ela, algo muito comum entre adolescentes LGBTQIA+:

muitas LGBTs passam por isso, de não ter [...] desenvolver essa sexualidade como deveria desenvolver, né? Que é na adolescência. E isso aconteceu comigo. [...] eu só perdi o "BV" com 17 anos. [...] até eu me aceitar, aceitar que, tipo, tudo bem eu me relacionar com caras [...]. Foi um processo, né? [...] eu não me sentia como uma pessoa gay, tipo, assim, e não me sentia como hétero. Porque, tipo, é isso. Tipo, inclusive, eu terminei o meu primeiro namoro, né, com esse garoto porque, não sei, parecia que eu tava enganando ele de alguma forma, tipo. Eu acho que eu tinha meio que consciência, mas não tinha, sabe? Não sabia nomear [...]. (Luciana)

Bento *et al.* (2020) ainda abordam o conceito de heterossexualidade compulsória discutido por Butler, que além de normatizar apenas o heteronormativo, ainda carrega o temor social quanto ao que não segue a normatização.

A auto repreensão e o controle da sexualidade feminina é validado por discursos sexistas, como a expressão “prendam suas cabras, que meu bode está solto”, problematizada por Dornelles e Pocahy (2014), que implica diferentes posições de poder, ao qual o sujeito ativo exerce dominação ao sujeito passivo. A heterossexualidade compulsória e a normatização das relações heterossexuais em detrimento das relações consideradas divergentes (BUTLER, 2018) marca e padronizada o conceito de relação normatizada encoraja a “essencialização do desejo masculino atrevido, instintivo (e, desse modo, conectado à dimensão cronológica) e impulsivo. De forma correlata, há o investimento no posicionamento “passivo” das meninas [...]” (DORNELLES; POCAHY, 2014, p. 128).

Quanto aos relacionamentos amorosos vivenciados, duas entrevistadas passaram por relações abusivas durante o período da adolescência:

[...] eu vivi dois anos de um relacionamento, que hoje eu vejo muita coisa que...que eu acho bizarro, né? Pra mim, o momento mais maravilhoso foi quando eu terminei o relacionamento [...] depois que eu terminei, foi o momento mais que eu tive de sair com amigos ter essa liberdade, assim. Eu me podava muito. Não sei nem se eu me podava ou ele me podava. [...] Ele me podava e por saber que ele me podava, eu também acabava me podando, né? Mas rolava isso sim. Então, acho que por isso também, né? Quando termina, a gente acaba sabendo qual é a nossa liberdade, se conhecendo muito mais, né? (Bruna)

[...] eu tive uma experiência aos 19 anos com uma mina. E aí, foi bem caótico, foi bem traumático pra mim. Ela tinha a mesma idade que eu, mas eu não esperava ter passado por um relacionamento tão tóxico com uma mina, sabe? Pra mim não existia isso. (Leal)

A posição do adolescente em casos de violência pode se dar como vítima ou como pessoa produtora da violência. Entre as possíveis violências, a mais comum entre adolescentes é a psicológica e pode ocorrer independente do avanço da relação, entre alunos de intuições públicas ou particulares. Este tipo de violência pode, porém, escalar com o passar do tempo. A busca por controlar os âmbitos que a pessoa com quem se relaciona frequenta – digital ou não – e a própria identidade sofre suas tentativas (MATTES; ROCHA, 2016).

A pressão para realizar atos sexuais foi mencionada por outras duas participantes em suas experiências. Bordieu (2012, p. 30) menciona que a sexualidade, geralmente, é tida por mulheres como significativo, afetivo e de intimidade; já para homens, a sexualidade é compartimentada e tida como “um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o

orgasmo”. O primeiro namoro de Luciana também terminou pela insistência de seu namorado em querer que realizasse atos sexuais para os quais não se sentia pronta.

Eu tava, tipo, super, assim, indo super devagar e ele, tipo, querer ir super avançado. Tipo, querendo beijar, transar, tipo, fazer coisas que, tipo, eu já tava, tipo... Não quero isso, sabe? Tipo, vamos com calma. (Luciana)

Outra jovem entrevistada, tendo vivenciado o período de pandemia e isolamento decorrente da COVID-19, considerava que precisava “recuperar o tempo perdido”. Baixou a rede social Twitter e passou a conversar com pessoas, em suas palavras:

[...] atirava pra todos os lados. Porque sem perda de tempo. Porque pra mim, com 16 anos, eu tinha perdido muitos anos da minha vida, sabe? Então, eu estava muito atrasada e eu precisava correr atrás do prejuízo. (Maria Clara)

Nestas interações, conheceu uma pessoa e que logo passou a conversar com ele. O contato por mensagens seguiu por quase um ano, uma relação com interação como um namoro, de trocar palavras como “eu te amo”. Ele comentava, porém, que talvez consideraria um namoro, após a pandemia, que caso pensasse na questão ela seria a primeira pessoa:

Esse menino foi péssimo pra mim porque a gente ficou quase um ano. [...] Um namoro. Só que ele não queria namorar comigo. Tipo, uma grande enrolação. Me cozinhou por muitos, muitos meses. [...] tava fazendo terapia e a tipo, perceber que ele tava numa grande enrolação. Foi, assim, a gota d'água pra mim quando ele, tipo, começou a conversar com outra menina por um período de tempo. Sei lá, um mês. E tipo, esqueceu de mim e voltou falando que eu era diferente. Eu juro que o que eu senti foi que, de um dia pro outro, eu não gostava mais dele [...]. Eu tava muito apaixonada, intensamente. Foi o primeiro menino que realmente eu, tipo, gostei de verdade. Que eu nunca tinha sentido o que eu tava sentindo antes. (Maria Clara)

Ela ainda passou pela experiência de ter um namoro à distância com uma pessoa de região. Neste caso, relatou namoraram por dois meses, até a menina conhecer uma pessoa no Ano Novo e terminar a relação. Segundo ela, retomou a mandar mensagens após seis meses.

A orientação sexual pode ser definida como algo “ligado ao interesse afetivo, sexual ou romântico, observável e denominado ou não pelo próprio sujeito”. (HAMASAKI, 2022, p. 43). Importante destacar as distinções que o autor faz em

relação aos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”, além da própria observação em relação ao conceito errôneo de que estas questões são “opções” para os sujeitos. Segundo Bento *et al.* (2020), ela está diretamente atrelada à sexualidade e à identidade da pessoa. Das participantes do estudo, duas comentaram suas experiências com sexualidade, mas não entraram na questão de orientação sexual ou identidade. Duas participantes se identificaram como bissexuais e outra como mulher trans demissexual. Neste momento, adentra-se o campo da identidade.

Hall (2006) destaca as transformações que a noção de identidade dos sujeitos vem passando ao longo do tempo, em diversos adventos. Para o autor, o conceito ainda pode ser considerado complexo e pouco compreendido. As próprias concepções que, segundo o autor, se integram às identidades estão sob constante transformação com a modernidade e com a globalização. Para Alves (2008), a rotulação dos indivíduos compromete sua identidade, pois atinge a consciência que ainda está desenvolvendo de si mesmo, além da própria tentativa por parte de adultos de determinar a identidade adolescente e exercer controle nesta autodeterminação.

As transformações já mencionadas, presentes na maturação adolescente, os conteúdos em que o sujeito se encontra e as pessoas com quem se relaciona influenciam a construção de sua identidade e as imagens que ele constrói de si mesmo.

Para Biroli,

As identidades, mesmo quando são produzidas em contextos desfavoráveis à aquisição, pelos indivíduos, das competências e dos recursos necessários ao exercício da autonomia, podem ser caras e, em muitos sentidos, podem mesmo ser o que há de mais caro a esses indivíduos. Desconsiderá-las significaria estabelecer uma distinção entre os indivíduos que, com sua visão e suas prioridades, terão sua vida considerada como um valor em si mesmo e outros cujas experiências serão vistas como de menor valor e cujas vidas poderão ser tratadas instrumentalmente (BIROLI, 2014, p. 108).

“Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2006, p. 13). As entrevistadas posicionaram-se, em diversos momentos, para apresentar informações de suas narrativas de histórias de vida, expondo conceitos, diferentes experiências, relações e realizações.

Considerando a influência das relações destacados pelos autores na construção e posicionamento do ser, é possível ilustrar as influências de fatores exteriores nas ações das jovens participantes do estudo. Os relatos consistiram em influências por interesses e criação de relações, mas também nas observações de agressões, como o racismo, o machismo e a transfobia no ambiente em que se encontravam inseridas.

Alves (2008) enfatiza o papel da adolescência na solidificação da subjetividade, tendo em consideração o processo formador que avança com mudanças, descobertas, novas experiências e reflexões. Para a autora,

[...] o sujeito passa a ser alguém quando descobre que há o outro, e, a falta deste reconhecimento (do outro) não permitiria a noção de entendimento de si. Pois, não haveria elementos para comparação que dessem subsídios para o sujeito se destacar dos outros “eus” (ALVES, 2008, p. 18).

O momento de maturação e construção da identidade na adolescência é marcado por mudanças constantes, adições e subtrações, reconsiderações e questionamentos. Vivencia-se a procura por ser autônomo, por descobrir novos conhecimentos e experiências; com isso, os conflitos se constituem e os papéis vão se reconfigurando. Neste momento, em meio às multiplicidades que se entrelaçam e redefinem no subjetivo do ser adolescente, encontra-se seu contexto de inserção, externos ao ser, mas que também contam com conflitos, influenciáveis e com demandas próprias (PALÁCIOS, 2017).

O confronto que você tem na sua casa quando você não pode comer um nuggets ou quando você não pode comer uma bala, muda quando vira que você quer ir pra balada porque suas amigas estão indo e você não pode. Porque você quer começar a andar sozinha na rua e sua mãe acha que não. Porque você quer andar com tal menino, e sua mãe acha que ele é mau-caminho. Eu acho que são outros tipos de confronto, né? Você cresce e se sente muito mais autoridade de dizer o que pode fazer ou não, né? Então, eu acho que tem muito mais a ver com isso e muda, com certeza.
(Bruna)

Todas as participantes comentaram suas relações durante o período da adolescência, bem como os conflitos interpessoais encontrados neste período. Os conflitos provenientes do desenvolvimento e das mudanças no período da adolescência são abordados por Palácios (2017), que destaca o adolescente

[...] se defronta com conflitos, faça-o em um contexto familiar e extrafamiliar em que são frequentes os conflitos alheios ao adolescente --- mas que nele repercutem. Pais e professores acusam, com frequência, os adolescentes de não saberem o que querem. Certamente os adolescentes estariam, muitas vezes, em seu direito, se respondessem aos pais e educadores que estes não sabem o que lhes oferecer. Em meio a esses problemas e conflitos, a maioria dos adolescentes realiza uma adaptação razoavelmente boa e transitam de uma fase evolutiva à outra com tensões e conflitos aos quais podem enfrentar e que a grande maioria irá resolver, de maneira geralmente satisfatória (PALÁCIOS, 2017, p. 270).

As entrevistadas Bruna, Yara e Maria Clara destacaram pequenos conflitos durante o período da adolescência, ao serem questionadas em relação às figuras de autoridade presentes neste período.

Bruna possuía boas relações com familiares e amigos, alguns presentes em sua vida desde a infância. Entre as mudanças de interesses e círculos de amizade, relatou que não sofria cerceamentos “fora do comum” na adolescência. Sempre possuiu diálogo com os pais, mesmo entre conflitos por divergências de opinião. Já Yara destacou que sempre fez parte de uma família acolhedora e que, durante sua adolescência, a mãe incentivava e cuidava de seus amigos, levando e buscando todos das saídas para boates. Para Maria Clara, estar em um contexto familiar que buscava quebrar ciclos proporcionou um ambiente diferente de convivência em relação ao que notava da experiência de outras familiares e de amigas.

Leal relatou ter vivenciado conflitos em relação à sexualidade e entre os papéis de gênero, observando as disparidades do que vivenciou em relação a homens da família: o primo que nunca sofreu cobranças e só aprendeu a executar tarefas domésticas depois de adulto, a dependência masculina incentivada em seu âmbito familiar e a reprodução de falas sexistas.

Alves (2008) descreve a descentralização de núcleos da infância e a reconfiguração adolescente nas referências, agora buscadas em outros meios, nas amizades e no próprio contexto cultural que faz parte. A autora ainda destaca a importância de ter opinião, de poder apresentar o que se pensa e por descobrir para o adolescente, bem como estar nos espaços de comunicação e argumentar. Costa *et al.* (2019) definem o processo de construção feminista e a afirmação do pertencer como:

Ser feminista está radicado num elemento fluido, o da perspectiva das mulheres, terreno da denúncia e do desejo. Ser feminista, ser mulher em luta, quer dizer vontade de superação das desigualdades entre os sexos, das assimetrias nas relações de gênero, da exploração das mulheres,

diferentes formulações, baseadas em fundamentações divergentes (COSTA *et al.*, 2019, p. 121).

Para Luciana, no entanto, o processo de maturação trazido com a adolescência trouxe a consciência de si e, por consequência, um processo de afastamento pelas diferenças entre seus familiares.

O processo de identificação como mulheres feministas se deu de diferentes formas. Para três entrevistadas, ele ocorreu durante a adolescência:

Eu lembro que o meu primeiro contato com o feminismo foi no fundamental, que eu comecei a assistir, eu assistia os vídeos no YouTube. E aí, eu achei um canal no YouTube que fazia esquetes, e falava sobre feminismo. E eu achei a Nataly Neri, que falava sobre Ciências Sociais, sobre racismo, feminismo negro. [...] primeiro contato que eu tive com essa pauta e eu lembro que foi, tipo, aí assim. Eu tinha, sei lá, tava no sétimo ano, devia ter uns 12 anos. (Maria Clara)

Eu me encontrei um pouco no feminismo quando eu tinha 16 anos e... teve um acontecimento em que os trinta homens estupraram uma mulher no Rio de Janeiro, né? E aí teve uma manifestação e eu [vim] pra essa manifestação; e eu comecei a entender e [...] fazer parte do feminismo. (Bruna)

A primeira vez que eu ouvi falar sobre feminismo, eu tinha quase 17 anos. Que louco, né, porque eu tô com 22 agora. Eu tinha quase 17 anos. Eu acho que eu tava no segundo ano do ensino médio, que uma professora de filosofia começou a falar sobre a Simone, Simone Beauvoir. Aí, ela começou a falar sobre Simone Beauvoir, sobre o feminismo, "não se nasce mulher, torna-se", aquela parada toda. E eu falei 'Caraca, então, existe. Quer dizer que existe, sempre existiu um movimento de mulheres ali trabalhando num coletivo pra conquistar seus direitos'. (Leal)

De acordo com Silva (2016), a construção da identidade feminista pode acontecer no próprio "processo reflexivo, que pode ser estimulado por atividades de formação, grupos de autorreflexão, ou mesmo, pela presença constante e intencionada de uma feminista com a qual se atua junto" (SILVA, 2016, p. 270). Para as jovens entrevistadas, o período da adolescência, em sua busca por conhecimento e no processo de reflexão, bem como a presença de figuras educadoras e ações educativas foi a chave de impulso na realização do ser feminista. Bruna reconheceu-se a partir da tragédia de um estupro coletivo e da movimentação indignada de resposta a ele; Maria Clara, a partir de sua própria busca por informações através de figuras que considerava de confiança na internet e Leal, na ação educativa de uma professora e no reconhecimento de um movimento que, segundo ela, sempre foi parte e desconhecida.

Outras jovens declararam ter se identificado com o feminismo em idade mais avançada. Uma afirma ter se reconhecido feminista nos anos mais avançados da adolescência, durante o estudo universitário, enquanto outra passou por processos até seu reconhecimento:

A minha luta feminista, ela começou na faculdade. [...] eu comecei a ir nessas assembleias de greve pra começar a entender o que tava acontecendo. Então, ali eu comecei a ter um contato com movimento social e me deparei com a luta feminista naquele momento. (Yara)

Segundo Yara, sofrer em consequência do machismo no trabalho a partir das ações de um chefe abusivo e posicionar-se também influenciou sua percepção na questão:

Eu cheguei na faculdade, a gente tinha um grupo lá de mulheres que a gente conversava e tal. E aí, eu contei esse episódio. Nossa, fui quase aplaudida em pé, assim. (Yara)

Para Luciana, o processo de reconhecer-se feminista se deu a partir do momento que foi compreendendo sua própria identidade como mulher trans. Além disso, das violências sofridas não apenas por ela, mas por outras mulheres de sua família: a luta de sua avó indígena, que sofreu violência sexual, e a luta de sua mãe, como mulher nordestina. Enquanto estudava a história de sua família, desenvolvia quadrinhos como uma maneira de eternizá-las e contá-las. Foi neste momento que conheceu melhor o movimento e as organizações que veio a fazer parte.

A gente vê que, tipo, acho que a maioria dos casos de [...] assassinato de pessoas trans, né, tipo, é de mulheres trans. E isso denota, né, tipo, essa ligação entre, tipo, a transfobia, a LGBTfobia e o machismo, né? [...] tive essa tomada de consciência sobre essas questões, tipo, e me envolvi na luta. (Luciana)

Hamasaki (2022) discute a questão da violência contra pessoas trans nos espaços, bem como as violências familiar e institucional a quais estão sujeitas. O autor ainda destaca a importância de processos de validação na própria autoaceitação.

Segundo Hooks (2018), não há como se considerar feminista e não questionar os contextos em que se vive, bem como as delimitações sociais, culturais e judiciais. A autora enfatiza que não há como ser feminista e ser contra o direito de

outras mulheres ou ser uma pessoa propagadora de preconceitos contra as identidades diversas em sociedade. Todas as participantes afirmaram que conhecerem o movimento e se identificaram com ele influenciou em suas vidas.

Comecei a ser muito mais atenta, assim, também. Aos perigos que a gente sempre esteve exposto, [...], mas às vezes, não ligava o "lé com o cré", né? Então, fiquei bem mais seletiva, eu acho. [...] eu acho que passavam despercebido, hum...acho que a própria questão da aparência, [...] o que os outros pensam no padrão, né? E acho que a própria questão de entender, assim, que todos os homens vão ter um risco do machismo; uns mais, outro menos...outros menos. Mas a tolerar menos, como eu...eu...eu vivi dois anos de um relacionamento, que hoje eu vejo muita coisa que...que eu acho bizarro, né? (Bruna)

A partir do momento que... que eu me coloquei dentro dessa caixinha, vamos dizer assim, eu comecei a tomar posições e posturas. [...] eu nunca me posicionei, eu nunca levei isso adiante. E aí, depois que me coloquei nessa caixinha, eu passei a fazer isso. Eu passei, até em alguma discussão, a ficar naquele desconforto, a ser identificada com aquele ponto que as mana pode vir conversar, né, eh...de desabafar sobre alguma situação, eu falar alguma coisa. [...] isso mudou totalmente a forma com que eu me enxergo no mundo, e com que a forma que as pessoas me enxergam e a forma que eu me coloco. Em qualquer ambiente. (Yara)

A partir das narrativas de ambas as jovens supracitadas, pode-se destacar a internalização do conceito e a resignificação de visões de mundo, a partir de sua aderência. Segundo os conceitos de identidade abordados por Hall (2006) e Alves (2008), a identidade vai sendo construída por diversos fatores, constantemente em transformação, descartados ou integrados, o que influencia diretamente no sentido de mundo e no próprio conceito de valor do sujeito. A partir do posicionamento das entrevistadas como jovens feministas, novos espaços se abrem, acontecimentos são revisitados e reanalisados e as formas de reação ao mundo começam a ser reconfiguradas.

Maria Clara relatou que, durante o período de reconhecimento como feminista, era extremamente tímida, apesar da reforma de consciência e da integração de novos conceitos, pouco se manifestava ainda. Enquanto, para Leal, estar inserida no campo da arte e ter interesse na área sempre fez com que buscasse conhecer mais as coisas e ter referências. Porém, a partir do reconhecimento da existência de um movimento de mulheres, passou a assimilar muitas coisas:

[...] foi meio que uma 'virada de chave' pra mim pra muita coisa, de como eu me entendia como indivíduo no mundo, como mulher, como bissexual e

todas essas coisas. [...] muita coisa mudou porque eu comecei a enxergar o mundo de outra forma. E que eu vejo que, literalmente, a gente tem que sobreviver todos os dias, a gente não pode simplesmente olhar para frente e viver. [...] toda mulher que... que entende que tá num corpo político é "foda"... muda, muda a "chavinha", muda o jeito que você vive, o modo que você se comporta também. Porque você sempre vai achar uma coisa que vai te incomodar. (Leal)

O processo de reconhecimento como feminista, para Luciana, caminhou juntamente com sua realização como mulher trans. A entrevistada comentou que buscava informações sempre relacionadas ao movimento e militância LGBTQIA+ por acreditar que não pertencia ao movimento feminista:

Eu ficava meio mais pra pauta LGBT. Eu evitava um pouco, tipo, entrar nessa luta do feminismo em si, sabe? [...] eu sentia que, tipo, nossa, eu não deveria fazer parte disso ou que estaria, sei lá, roubando o papel de uma mulher cis. Vou lutar pela causa LGBT e , tipo, é isso. Eu não vou entrar na questão do gênero, mesmo, tipo, gênero feminino, das identidades femininas. Então, eu ficava, tipo, mais " a par". (Luciana)

Além disso, relatou que conhecer o Movimento Olga, vivenciar períodos decisivos para o local, como a demolição da Casa Helenira II, e vivenciar conversas, nas quais encontrou outra mulher trans foram importantes em sua validação e compreensão como parte do movimento:

[...] tinha uma outra menina trans lá também, a Sara, e tipo, já foi muito legal perceber que, tipo, tinha pessoas trans nesse espaço também, sabe? [...] eu me senti bem acolhida, assim. Tipo, a gente ficou...eu me senti, tipo, nossa, contemplada com o que tava sendo construído ali, né? Tipo, e foi quando, tipo, eu me descobri feminista. (Luciana)

Segundo Bento *et al.* (2020, p.8), “muitos indivíduos considerados transgressores de gênero são alijados de um pertencimento anterior e rechaçados em seus espaços sociais”. Para as autoras, a própria rejeição em ambientes educativos e, principalmente, familiar e a negação de direitos agrava a exposição a situações de vulnerabilidade.

Com o avanço para a idade adulta, as participantes vieram a integrar novos espaços, a partir deste momento. As entrevistadas relatam que abandonaram muitas amizades, algumas por conclusão do período escolar e outras com suas adesões ao feminismo. Todas sentiram grandes mudanças.

Três entrevistadas experienciaram o mercado de trabalho e comentaram desigualdades nos ambientes trabalhistas. Luciana e Leal integram o mundo artístico, que afirmam ser majoritariamente masculino.

Na experiência de Leal, a invalidação se dá nos questionamentos das decisões tomadas na estruturação técnica do teatro, sendo a pessoa responsável pela sonoplastia. Muitas vezes, sentiu invalidada, por ver a necessidade de confirmação de uma sugestão sua por um homem para que fosse, finalmente, executada:

E eu faço sonoplastia e iluminação. E eu sempre tenho que provar dez vezes mais que eu sei que eu tô falando. Tanto que já teve muitas situações desagradáveis comigo. Que eu trabalho muito com um amigo meu, que o cara é muito mais novo que eu na profissão, entendeu? [...] eu entendo mais que ele, só que quando eu digo uma coisa, por exemplo, um técnico de um teatro só vai validar se [...] o cara concordar, entendeu? (Leal)

Luciana, formada em Audiovisual, relatou que testemunhou a invalidação de mulheres na área desde sua formação, quando suas professoras precisavam lutar por reconhecimento e alunas passavam por assédio até de professores, que questionavam suas capacidades. Há um demarcador muito presente, segundo a entrevistada:

As pessoas que estão nos cargos mais altos são homens brancos cis [...] em todos os espaços, quase todos os espaços. E quando não é um homem branco cis, às vezes, por exemplo, é dividido o cargo da diretoria. Não é só uma mulher, sabe? Os cargos que as mulheres mais ocupam área são cargos de produção. Isso é, tipo, é um demarcador na...na área. Que é, tipo...que é um demarcador, tipo, inclusive, que associa a mulher a essa questão de organizar, de cobrar, de cuidar das pessoas. Porque a produção é isso, né? Tipo, é você cobrar, é você ver o que tá acontecendo, você tentar fazer, ter um certo cuidado com quem tá prestando o serviço, né? Organizar a produção no geral, né? (Luciana)

Hollanda (2018) destaca que o percurso artístico de muitas mulheres que atuam no meio é marcado por relatos de “dificuldade de integrar um espaço majoritariamente masculino” (HOLLANDA, 2018, p. 122).

O trabalho feminino é comentado por Gavo, que alega que

A exploração específica do trabalho das mulheres é um ponto de vista que permite reconceitualizar a própria noção dos corpos implicados nesses trabalhos, e se elabora nessas situações de problematização coletiva. Esse trabalho é nomeado, se torna visível e reconhecido em suas determinações concretas, isto é, a partir de tudo aquilo que se põe a trabalhar nas

economias atuais que extrapolam o mapa do trabalho assalariado formal (GAVO, 2020, p. 39).

A experiência de Yara no mercado de trabalho se deu nos setores privado e público. A entrevistada relatou ter passado por situações de assédio com chefes homens, que tratavam funcionários com gritos e cobravam explicações de ações que nem mesmo eram de sua responsabilidade, mas do colega de trabalho com quem atuava. Ela ainda conta que atuou no meio turístico, que é majoritariamente constituído por mulheres, mas que conta homens em cargos mais altos:

O turismo tem muita mulher, né? É um ambiente que, majoritariamente, é composto por mulher. Mas a gente tinha uma empresa que o gerente, todos os gerentes eram homens, supervisores eram homens, né? Sempre tive um perfil de querer mais, de querer crescer e fui ocupando o espaço. Assim, fui ocupando até que virei coordenadora, virei supervisora. [...] aí, depois eu fui pra República. (Yara)

A sujeição da figura feminina às desigualdades estrutura-se, ainda, em esfera pública e privada. Na privada, longe dos olhares sob alegações de espaço particular, as desigualdades ainda caminham para se fazerem visíveis e discutíveis. Na pública, se fazem presentes nas discussões, ainda é possível observar a sujeição da mulher a cargos mais baixos e à figura masculina. (MIGUEL; BIROLI, 2014). Segundo Duarte (2019), uma “violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física” (DUARTE, 2019, p.48).

Para Bruna, as bolhas das relações se tornam mais sólidas com o avanço para a idade adulta. Hoje, reside com os pais e namora. Segue com a militância, compartilhada com seu namorado, também militante. Atua no meio político, que descreve como um meio “endurecedor”, pois as situações de machismo e invalidação são cotidianamente presentes na realidade das mulheres do local.

Yara acredita que alguns ciclos se rompem com o avanço da idade, algo que considera natural. Após a morte de seu pai, afastou-se um pouco de seus irmãos, tendo relação mais próxima hoje com sua mãe e uma de suas irmãs. Hoje vive sozinha e está namorando. Comentou que aprendeu a cultivar mais sua individualidade e a apreciar a própria companhia, algo que o namorado teve dificuldade em compreender inicialmente. Assim como Bruna, relatou que ocorrências de machismo no cotidiano político são muito presentes.

Maria Clara destacou o suporte que fazer terapia proporcionou, pois passou por período de pandemia e relações amorosas à distância que não foram boas experiências. Hoje, mora com os pais e está namorando. Possui boa relação com o namorado, que é homem trans. Maria relatou que o namorado também já passou por situações de invalidação de sua identidade, até mesmo por professores. Ela comenta que aprendeu muitas questões com ele e que possuem vertentes semelhantes, mas passam por discordância em relação a algumas pautas sociais.

Luciana sente que sua depressão se agravou com o rompimento familiar e a ausência de respeito por parte da família. Ela ainda comenta que sofria comentários de sexualização e de redução de sua capacidade por parte de amigas, que posteriormente abandonou. Hoje, sente que possui mais amigas dentro do movimento feminista.

A formação das participantes do estudo varia: Bruna cursa Políticas Públicas na faculdade, já em período de finalização do curso. Yara não informou sua formação, apenas a conclusão da faculdade. Três entrevistadas fazem parte da área artística: Maria Clara cursa Técnico em Música, Luciana finalizou o curso de Audiovisual e Leal formou-se como atriz, concluiu o Técnico em Contabilidade e curso faculdade de Rádio e TV. Todas relatam não terem experienciado problemas na escolha dos cursos. Leal relatou que foi pressionada a finalizar o curso técnico em Contabilidade, como condição para continuar no Teatro.

A atuação como feminista por parte das entrevistadas iniciou de maneiras diversas: Bruna iniciou sua atuação com a filiação ao PSOL, ainda na adolescência, eventualmente, concorrendo junto ao mandato coletivo pelo mesmo partido e hoje é Co vereadora. Yara mudou-se para Bauru durante o período de faculdade. Integrou coletivos durante a faculdade, por influência de amigas, e, após sua formação, veio a morar em Ribeirão Pires. Passou integrar um mandato coletivo, o Mandato Coletiva, criado junto a outras 21 mulheres, que hoje possui cadeira na Câmara de Ribeirão Pires. Ambas atuam em contexto político.

Tanto Maria Clara quanto Luciana fazem parte do Movimento Olga Benário, da Casa Helenira Preta, na cidade de Mauá. Leal acompanhou alguns coletivos e tem atuado junto à Rádio Território Livre.

Quando questionadas em relação às inspirações que as motivam em suas caminhadas hoje, as entrevistadas comentaram de familiares e pessoas do movimento, que apresentam histórias de superação ou foram emocionalmente

presentes, mas também surgiram nome políticos, como: Deputada Sâmia Bonfim, do PSOL, por fazer política com afeto; Deputada Mônica Seixas, Movimento Pretas, por falar sobre adoecimento mental; Deputada Ediane Maria, a primeira doméstica a pisar na Alesp; Deputada Amanda Bispo, do Unidade Popular. Também foram citados influencers, como Natali Nery; além de artistas e escritoras, como Rita Lee, Djamilia Ribeiro, Angela Davis, Bell Hooks e Frida Kahlo.

4.5 Feminismos e engajamento de jovens mulheres do ABC Paulista

Segundo Garcia,

O feminismo engloba muitas expectativas e muitas vontades operantes. Incide em todas as instâncias e temas relevantes [...]. [...] é uma lanterna que mostra as sombras de todas as grandes ideias gestadas e desenvolvidas sem a participação das mulheres e muitas vezes à custa das mesmas: democracia, desenvolvimento econômico, Estado de Bem-Estar Social, justiça, família, religião (GARCIA, 2011, p. 14).

Com a chegada dos anos 2000, crenças especulam pouca aderência ou interesse no movimento feminista, apresentando o argumento de fracassos e desgastes em manter-se intacto e na consolidação de suas pautas, ao mesmo tempo, de pouca importância e concretização total de suas demandas – críticas que vão de encontro uma com a outra (GOMES; SORJ, 2014).

Buscou-se então compreender seus processos e avanços, bem como suas faces frente às demandas e diferentes contextos, principalmente as caracterizações destas novas articulações, sejam chamadas de feminismo ou pós-feminismo, presentes entre jovens mulheres que não fizeram parte de ondas anteriores, mas da década de 1990 em diante.

O feminismo foi descrito entre as participantes do estudo como um movimento que busca combater as desigualdades e as violências enfrentadas por mulheres. Uma das participantes salientou que vê o movimento como ferramenta para compreensão das sobrecargas que outras mulheres enfrentam e como maneira de “colocar a indignação para fora”:

A gente cresce ouvindo tanta coisa e que vai nos indignando, e vai... a gente vai guardando numa caixinha aqui dentro e quando a gente começa a colocar isso pra fora, a gente começa a querer [...] enxergar um pouquinho

dos nossos direitos também garantidos, assim como os homens têm, né?
(Yara)

O mesmo sentimento de revolta diante das injustiças e desigualdades se fez presente entre mulheres no início do movimento e foi combustível que impulsionou sua criação. Ao mesmo tempo, tomado como sentimento “anti-homem” por aqueles que acreditam na manutenção dos papéis de subalternação combatidos pelo movimento (HOOKS, 2018). Miguel (2014) aponta a naturalização das desigualdades como recorrente em maior parte das sociedades, em que estas são assumidas com desculpas de condição das espécies. Desta maneira, a importância da conscientização e compreensão por parte dos homens quanto ao machismo e as opressões decorrentes das desigualdades gestadas em sociedade (HOOKS, 2018):

O machismo não é só problema das mulheres, o machismo é também problema dos homens, né? Não numa lógica tipo ‘aí, o homem feminista’, não nisso; mas que muitas vezes, quando a gente tem um caso de machismo, os homens também precisam aprender a lidar com isso. Porque, muitas vezes, a primeira posição é ‘não, deixa que as companheiras mulheres resolvem’. Mas a gente também precisa colocá-los para resolver os problemas do machismo, afinal são eles que fazem a gente perder tanto tempo com o machismo, né? Então, é superimportante que eles também tenham essa consciência e sejam [...] que atuem, de fato, pra quebrar com esse ciclo. (Bruna)

Se a discussão feminista também se concentrasse em ensinar o que é o sexismo e maneiras de combatê-lo, em discussões entre grupos para homens, “teria sido impossível para a mídia de massa desenhar o movimento como sendo anti-homem. Teria também prevenido a formação de um movimento antifeminista de homens” (HOOKS, 2018, p. 20).

A compreensão das diversas lutas, vivências e conflitos que se apresentam na experiência de mulheres, também em suas pluralidades e singularidades, apresenta uma face inclusiva e analítica que proporciona um panorama de ramificações que se conectam ou diferenciam (GAVO, 2020). Segundo Hollanda (2018), as diversidades do feminismo vêm ganhando espaço e discussão, principalmente nas esferas comunicacionais. Sendo o feminismo definido como um movimento plural e a “única forma de libertação da classe e de todas as mulheres” por uma das jovens participantes, destacam-se nas narrativas a defesa de um feminismo que busque o combate às desigualdades e a ocupação dos espaços.

Nas falas das entrevistadas, o reconhecimento das pluralidades do feminismo se deu em comentários tecidos em relação às vertentes socialmente apresentadas e no destaque às diferentes experiências das mulheres. Farias (2018) apresenta o conceito de interseccionalidade, que vem sendo utilizado como “[...] forma de interpelar as hierarquias de opressão presentes, apontando para a variedade de estruturas que invisibilizam e apagam as múltiplas demandas das mulheres” (FARIAS, 2018). Para Macedo e Amaral (2005), a compreensão da identidade como algo fragmentado, como um conceito múltiplo, não unificado ou fixo, pensamento proposto também por Hall (2006) é essencial para os desdobramentos que foram se articulando entre as particularidades presentes no feminismo. Segundo Ribeiro (2018, p. 175), precisamos “[...] enfatizar que não existe uma MULHER, existem MULHERES. Portanto, não existe FEMINISMO, existem FEMINISMOS”.

A apresentação do feminismo como um movimento múltiplo foi constantemente reforçada nos relatos. A adesão a uma vertente específica e a própria compreensão do que é englobado nesta subdivisão se deu para as entrevistadas a partir do contato com outras feministas, leituras e pelas constantes rodas de conversa e organizações que comparecem ocasionalmente.

Em relação aos feminismos que defendem, três entrevistadas se posicionaram no feminismo marxista/socialista. Por duas, especificamente, marxista classista leninista. O comentário tecido, neste momento, foi que a luta das mulheres precisa ser global e que a opressão das mulheres vem de uma questão cultural, mas também está enraizada no sistema capitalista, que propaga desigualdades e exploração das minorias políticas – termo salientado “entre aspas”, pois, nas palavras de uma das entrevistadas “nós somos maioria”.

Nos relatos, o feminismo é apresentado como a única forma de libertação para todas as mulheres. Maria Clara destaca que o marxismo compreende que existe uma luta específica das mulheres, mas que independente de lutas individuais e específicas de cada grupo, como mulheres, todas são uma classe:

Nós somos mulheres trabalhadoras e que sofrem diversas opressões que são sustentadas pelo capitalismo. E a gente acredita que a única maneira de resolver isso é lutando e sempre colocando que o nosso principal inimigo é, bom, esse sistema, é o capitalismo, é a burguesia. E só assim a gente vai ter uma chance de ter um mundo melhor pras mulheres, todas elas, né?
(Maria Clara)

Para Motta (2020), o feminismo que não incorpora perspectivas marxistas tende a cair em um espaço de servidão aos interesses capitalistas, pois o feminismo marxista busca justamente

[...] trabalhar a relação capital trabalho, desvendando as relações de exploração capitalista entre as classes, refletindo sobre as desigualdades de gênero existentes nas relações capitalistas, demonstrando inclusive como elas ocorrem e transformam as relações de trabalho (MOTTA, 2020, p. 39).

Segundo Fraser *et al.* (2019, p.76), o capitalismo não é “apenas um sistema econômico, e sim algo maior: uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantêm a economia oficial”. A organização social em relação ao trabalho e às hierarquias impostas se fazem presentes na fala de Luciana, que reitera a opressão que o capitalismo faz às massas trabalhadoras e como esta é direcionada, principalmente, às mulheres, que acabam recebendo menos, gerando filhos, cuidados e mão de obra. Desta maneira, acabam encarregadas da manutenção do sistema e da mão de obra. Para Hooks (2018) e Gavo (2020), a segregação das mulheres a determinados espaços, assim como a dominação masculina, está profundamente enraizada no capitalismo.

O feminismo liberal foi apontado como mantenedor destes sistemas de opressão, pois apesar de acreditar no direito feminino, ainda condiciona e mantém a posição subalterna e de exploração com outras mulheres. Ele estaria fortemente calçado em pautas de favorecimento ao privilegiado, algo que já se fazia presente nas polarizações no início do movimento, quando as lutas e pautas contempladas eram consideradas por mulheres que se encontravam em posição de privilégio em relação a outras e que até usufruíam da exploração destas (HOOKS, 2018). As poucas reformas por parte desta vertente, atendiam “anseios das mulheres oriundas das classes mais privilegiadas em relação aos seus direitos de cidadania” (MORAES; ESQUENAZI, 2020, p. 96). Entre os relatos, a afirmação de que “toda mulher que se preze realmente como uma feminista, não tá nesse lugar do feminismo liberal” foi apresentada por uma das jovens.

Outra problemática apontada em relação ao feminismo liberal se dá na obtenção do “empoderamento” reforçada em discursos de super sexualização das mulheres ou em “transar com quantas pessoas quiser”, segundo uma das entrevistadas, que destacou que a questão problema não é exatamente essa, mas a

quem este discurso serve e beneficia, principalmente se direcionado a mulheres mais jovens:

Na nossa opinião, não é que você não possa usar a roupa que você quiser, ou ficar com quantas pessoas você quiser. Mas isso não é feminismo, isso é uma coisa individual de cada pessoa, assim, que quer se vestir do jeito que quiser e ficar com quantas pessoas quiser, assim. [...], mas isso não é lutar pela libertação ou se reivindicar. E é uma coisa que beneficia muito mais os homens do que as próprias mulheres, né? Meninas muito novas sexualizarem e, enfim, de não... às vezes, levadas por essa ideia de [...] não se preocuparem com a sua própria segurança, seu próprio corpo, se relacionarem com homens muito mais velhos do que elas. Enfim, e isso é muito o objetivo assim que o capitalismo tem pra gente também. (Maria Clara)

De acordo com Fraser *et al.*, o feminismo liberal,

Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa a “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo. [...] Por definição, as principais beneficiárias são aquelas que já contam com consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas. Todas as demais permanecem presas no porão.” (FRASER *et al.*, 2019, p. 29).

É de extrema importância considerar os espaços dos feminismos como locais de inclusão, de maneira que todas as mulheres sejam contempladas, em suas particularidades e enfrentamentos, não apenas uma parte. Desta maneira, é possível construir um movimento para alcançar demais reais para todas, não apenas manutenções de privilégios (FRASER *et al.*, 2019).

Partindo desta premissa, é possível observar a “face da moeda” apontada como exclusionista: todas participantes do estudo apontaram a questão da exclusão de mulheres dentro da vertente radical. Uma delas, apesar de concordar com algumas questões levantadas por esta vertente feminista, salientou que não se autodenomina como parte dela, pois a considera transfóbica. A questão da transfobia dentro da vertente do feminismo radical foi levantada por todas as participantes do estudo:

[...] tem o feminismo radical, que as famosas RADFEM no Twitter. Que é um feminismo transfóbico, que acredita que mulheres trans são homens que

querem invadir o movimento feminista. [...] Não tem nenhum sentido. (Maria Clara)

O femismo radical concentra-se de forma a negar a inclusão de mulheres trans no movimento feminista. Segundo Ribeiro (2018), esta vertente

[...] é aquela que congrega as *Terfs*, isto é, *trans exclusionary radical feminists*, que se caracteriza pelo entendimento de que as demandas de mulheres transexuais não seriam propriamente feministas. Ativistas dessa vertente rejeitam mulheres trans, enfatizando a socialização masculina que receberam e a falta de experiências femininas, tais como a menstruação. Nesse caso, as mulheres trans são negadas em sua identidade e tratadas como homens (RIBEIRO, 2018, p. 85).

Para Butler (2018, p. 19), a busca por uma representação mais ampla no feminismo, sem reconhecer as particularidades e necessidades de cada mulher, além de uma categorização única, “gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais”. O feminismo atual é constituído justamente por “[...] diversas lutas, narrativas, dinâmicas e conflitos que, porque se conectam, se ampliam; e, porque se ampliam, a partir de cada conflito conseguem mapear as violências e o diagnóstico da crise” (GAVO, 2020, p. 151). De acordo com Duarte (2018), ainda, a adoção do sufixo “pós” no termo “pós-feminismo” para designar a onda mais recente feminista a partir da ideia de algo que sucede o feminismo é completamente errada, pois ainda há inúmeras conquistas e espaços a serem alcançados, assim como a presença do sexismo e do sistema patriarcal em sociedade.

As demandas apresentadas nos relatos se dão em diversos espaços e enfatizaram que há muito a se conquistar. Iniciam em “coisas pequenas”, mas que ainda não são garantidas às mulheres, como sair com qualquer roupa ou não sofrer agressões, e avançam para outros mais densos e complexos. Para uma das entrevistadas, há necessidade de uma revolução para que o alcance de um mundo diferente seja possível, o que define como o marxismo em prática.

Hollanda (2018) define a presença de uma nova geração feminista e suas demandas como

Um susto alegre. Mais alegre ainda ao perceber que aqueles não seriam gritos passageiros. A novidade era tão repentina quanto forte. Pelo menos,

ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento no meu tempo. Elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação. E, para meu maior espanto, suas demandas feministas estão sendo ouvidas como nunca (HOLLANDA, 2018, p. 9).

O combate às desigualdades apresentou-se como ponto necessário, pois seu crescimento no país exhibe o retrocesso das políticas públicas direcionadas às mulheres, de acordo com as entrevistadas. Um exemplo apresentado foi a diminuição do orçamento voltado para mulheres utilizada para exemplificar o retrocesso que o país vive. Em 2022, entre os direcionamentos dos orçamentos, o ex-Presidente Jair Bolsonaro reduziu o orçamento direcionado às ações para mulheres em 2023. O corte foi de 99% (RICARDO, 2022). Desta forma, há necessidade de criação e ampliação de políticas públicas voltadas para mulheres e ao combate das desigualdades, de acordo com as jovens.

A concretização de pautas foi diretamente atrelada à participação de mais mulheres no meio político:

O ponto de vista de políticas públicas para mulheres, é tendo mais mulheres na política. A gente só consegue falar sobre mulheres com propriedade quando a gente tem mulheres na política, né? (Bruna)

Segundo Biroli (2014), é necessária a reflexão quanto à articulação dos espaços, o que é definido público e privado. A discussão de pautas e a reflexão das limitações antes impostas no que era passível ou não de discussão em diferentes esferas é apresentado como ponto de partida para o alcance de igualdade, pois entender “[...] como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens [...]” (BIROLI, 2014, p. 31).

Para uma das entrevistadas, a busca por demandas no movimento implica em

[...] territorializar a nossa luta do ponto de vista de instrumentos, de presença do Estado e de capacidade de influência nas pessoas. (Bruna)

As pautas de sexualidade feminina, por exemplo, durante o início do movimento, sofriam cerceamentos devido a discursos puritanos, que discutiam sexualidade apenas para reforçar a importância do celibato, ao mesmo tempo que a prática da sexualidade era vista sob o estereótipo de promiscuidade, de acordo com

Hooks (2018). Ainda segundo a autora, mesmo durante o “[...] auge da libertação sexual e do movimento feminista contemporâneo, as mulheres descobriram que os homens muitas vezes estavam dispostos a aceitar a igualdade em todas as esferas, exceto na sexualidade” (HOOKS, 2018, p.73)

Biroli (2014) aponta o direito à capacidade reprodutiva, ao aborto e à sexualidade como condições para o exercer pleno da cidadania e da autonomia feminina. Para a autora, sua “negação retira às mulheres o domínio sobre seu corpo, restringindo também seu direito à privacidade na decisão sobre questões de forte relevância ética e moral para os indivíduos” (BIROLI, 2014, p. 40). A própria educação sexual que em teoria seria um suporte para prevenção de ISTS, gravidez ou até mesmo na identificação de situações de abuso, segue permeada por discursos biologistas ou psicológicos, além da própria omissão e pouca atenção, resultantes de discursos religiosos e moralistas que a classificam como tabu, não como conscientização e emancipação de algo inerente ao ser humano desde seu nascimento (REIS *et al.*, 2014).

A questão da educação sexual e direitos reprodutivos garantidos foi apontada demanda, que sofre grave retrocesso, devido à negação de direitos garantidos por lei, como ao aborto decorrente de estupro, e à propagação de discursos preconceituosos como o conceito de “ideologia de gênero” ou “família” perpetuados por figuras que se fundamentam em dogmas religiosos. Nascimento (2020) aponta limitações na maneira como a educação sexual é desenvolvida desde o período escolar, consistindo em diálogos rasos e focados apenas em infecções sexualmente transmissíveis, métodos de prevenção e não abrangentes de outras sexualidades. Um dos casos citados pelas jovens foi o de uma criança de dez anos que engravidou a partir de estupro e teve seu direito ao aborto, que é legalmente garantido no Brasil em alguns casos, impedido. A articulação de grupos religiosos e da própria Ministra no momento, Damares Alves, resultou no vazamento de dados da criança e em movimentações para impedir o processo (Portal G1, 2020). O exercer do direito sexual e reprodutivo é apresentado por Hooks (2018) como determinante no pleno alcance da cidadania.

Em suas lutas anteriores, o feminismo apresentava polarizações de interesses e mesmo diverso em sua abrangência, ainda contava com pautas centralizadas em mulheres privilegiadas, que buscavam alcançar direitos exercidos por homens de suas classes, sem qualquer atenção à luta de mulheres que se encontravam em

posição de vulnerabilidade, como ocorria com mulheres negras, que lutavam por direitos civis (HOOKS, 2018). Segundo Ribeiro (2018), narrativas “múltiplas foram constantemente silenciadas ao longo da história do feminismo ao se impor uma única forma de pensar gênero e até mesmo raça” (RIBEIRO, 2018, p.175). A disputa por pautas em relação a outras sempre esteve presente no movimento, considerando as pluralidades de mulheres e demandas que integram o movimento:

No feminismo, ah, eu já vi, infelizmente, muita competição nesse lugar de quem sabe mais. Infelizmente. Com amigas minhas, de tipo assim ‘não, é porque isso, isso, mas eu li que isso, isso e isso’. E tipo, às vezes, se torna um ‘quem lê mais’. E tipo, gente, não...não é nesse lugar, sabe? De conflito de que, às vezes, uma mana deixa de acreditar numa mana por causa de um cara”. (Leal)

A presença de disputas dentro do feminismo, ao mesmo tempo que vista como maneira de alcançar o debate, é apresentada como empecilho na consolidação de seus objetivos, na visão das entrevistadas, pois traz separação em locais que a união seria fundamental. A fragmentação do movimento é apontada como sobreposição de interesses e separação entre mulheres, que acabam desconsiderando pautas de realidades diferentes:

As lutas estão totalmente atreladas, né? Por isso que, tipo, não faz sentido esse conflito existindo inclusive, né? Essa separação [...]. [...] existe esse conflito, né, da questão de gênero, de identidades femininas, que não sejam mulheres cis, serem excluídas do feminismo, né? Existe a questão racial também, né? Que, tipo, que a pauta do feminismo preto é subjugada também, é subordinada, tipo, colocado em segundo plano, né? Então, eu acho que são conflito bem presente. [...] existe esse conflito da raça. E eu acho que existe o conflito da classe, né? (Luciana)

O crescimento de feminismos apontados como excludentes foi apresentado por três participantes. Luciana destaca três marcadores principais de conflito nas separações do movimento: gênero, raça e classe. A dicotomia levantada pelas entrevistadas, entre feminismo liberal e radical, presentes em lados opostos, porém apontados como beneficiadores de interesses de um privilégio reforçado ou da baseada em argumentos biologistas. Fraser et al. (2019, p.18) reforçam que “nem todo feminismo serve a todas as mulheres, à humanidade, ao planeta. Precisamos avançar contra o feminismo do 1% que detém mais da metade da riqueza [...] às custas da exploração e da opressão da maioria”.

O caráter excludente apontado em algumas divisões do feminismo foi experienciado por Luciana, mesmo dentro do movimento em que se articula, na invalidação e exclusão por parte de uma companheira feminista que aderira ao feminismo radical e considerava que ela não deveria ocupar o espaço de organização em que se reuniam. Ainda em relação à questão comportamental decorrente de vertentes e pautas divergentes, outra participante relatou a situação de assédio virtual sofrido por uma drag queen:

A gente fez uma festa de Dia das Crianças esse ano em que um morador da ocupação aqui do lado, ele é drag queen. E aí, ele é uma drag queen pra crianças. Ele é boliviano, então, ele tem uma mascote, tipo. A roupa é muito bonita e é pra espalhar a cultura boliviana. Ele é muito legal. E aí, ele chamou várias amigas deles, assim, que eu não conhecia. Eu apresentei também no Dia das Crianças pra fazer apresentações e a gente recebeu uma série de comentários transfóbicos de LGBTfóbicos nas postagens que a gente fez, que até é essa apresentação. E de, assim, de RADFEM. É absurdo, assim, porque se você é um feminismo que não considera todas as mulheres, todas as identidades femininas que existem, você tá separando o movimento, você tá enfraquecendo. Não faz sentido. (Maria Clara)

Miguel (2014) destaca que a discussão da identidade feminina deve compreender que a “mulher é o sujeito do feminismo, mas a categoria ‘mulher’ foi construída em meio a relações marcadas pelo patriarcado e pela dominação masculina” (MIGUEL, 2014, p. 74). Porém, as fragmentações do feminismo em diferentes vertentes tendem a sobrepor pautas, a criar disputas e a separar mulheres que deveriam ser unidas, na visão das entrevistadas.

Outro conflito apontado foi o crescimento do feminismo liberal, encarado como serviço às mulheres em posição de privilégio e é apontado como mantenedor de poucos direitos às classes trabalhadoras, na visão das entrevistadas. A situação exemplificada para as realidades opostas geradas dos privilégios destes demarcadores foi um caso que se deu no Rio de Janeiro, em que uma criança negra, filha da empregada do local, morreu ao cair de um prédio, por desatenção da “patroa”. A criança, Miguel, de cinco anos, caiu do nono andar após ser deixado aos cuidados da patroa de sua mãe, que estava fora passeando com os cachorros de seus patrões (Portal G1, 2022). Para Ribeiro (2018), as posições de subalternação negra mantêm-se em sua exploração em trabalhos de servidão e cuidado doméstico, local reforçado mesmo anos após a escravidão, sem quaisquer possibilidades de reparo para ascensão social, como qualificações.

A questão da nudez como maneira de “empoderamento” pode trazer a problemática da hiper sexualização e mais benefícios aos homens em relação às pautas das mulheres, segundo as narrativas das participantes. Segundo Fraser *et al.* (2019), o movimento feminista trouxe em seu avanço novas maneiras de fazer greve e ocupar espaços. De termos utilizados de maneira misógina para sexualizar e invalidar mulheres, surgiram manifestações em que a apropriação deles e a nudez dos corpos são utilizados como ferramentas de impacto e maneira de libertação (GOMES; SORJ, 2014). Para Kuhnert (2018, p. 54), a nudez dos corpos se dá como uma “[...] plataforma de expressão — eficaz também pela maneira como exhibe agressivamente os muitos sentidos que ganhou enquanto principal objeto de submissão e abuso masculinos”.

Contudo, para uma das entrevistadas, mesmo os comportamentos adotados dentro do movimento, a exemplo da nudez dos corpos femininos, acabam validando argumentos e estereótipos propagados por movimentos antifeministas. O comportamento combativo ou “extremista”, em suas palavras, pode afastar pessoas do movimento e contribuir em argumentos antifeministas propagados por homens. Assim, parece haver, como efeito das práticas discursivas que subvertem os valores hegemônicos, um mecanismo que opera reforçando a rejeição ao movimento e produzindo uma linha tênue que separa o feminismo do extremismo, a depender do grau de ameaça à ordem vigente.

E eles acabam sempre pegando um ponto, né, do extremista e levando pra toda a discussão e acaba desmontando todo o movimento. Então, a gente precisa construir isso nas bases. [...] esses extremismos dentro acaba afastando e acaba criando disputas dentro do movimento feminista. E aí, foram... são essas peculiaridades dentro do movimento feminista, as extremistas, né? Desde o extremismo do "meu corpo, minhas regras", por exemplo, de andar nua por aí. (Yara)

A concretização das demandas femininas articula-se nos relatos em setores político, trabalhista e a autonomia. O avanço dos direitos das mulheres, como o exercício político feminino, principalmente em relação ao exercer do voto feminino, direito antes reservado apenas aos homens foi apontado como conquista por todas entrevistadas. Obtido com movimentações do movimento sufragista no Brasil, contou com grande participação da mídia de publicação feminista, o que resultou em um projeto de lei que, mesmo sofrendo atrasos devido a reações antifeministas, pôde ser concretizado em 1928 (HOLLANDA, 2019). Segundo Miguel (2014), a

movimentação de mulheres e homens possibilitou, gradativamente, a consolidação de direitos e de espaços para mulheres, que antes tinham seus direitos negados, sob a justificativa de que seriam assegurados por seus maridos ou familiares. A negação da presença da mulher na esfera pública, assim como o exercer político, desenrolava-se desde a Grécia Antiga, onde os homens pertenciam ao espaço da Pólis e as mulheres e escravizados eram cerceados em direitos (MIGUEL, 2014), bem como o direito à propriedade ou ao exercer de qualquer autonomia (GARCIA, 2020).

Hooks (2018) aponta as novas configurações que a nova onda feminista trouxe, o que possibilitou avanços e integração de termos que antes não eram abordados, mesmo dentro do movimento. Ainda, o ocultamento das conquistas feministas, seja por invalidação da mídia ou em sociedade, se deu de tal maneira que pesquisas desenvolvidas atualmente desvendam acontecimentos e nomes do passado até então desconhecidos. Este “ocultamento do trabalho feminista foi tão intenso e eficaz [...]. [...], é preciso mostrar que feminismo tem uma longa história como movimento social emancipatório” (GARCIA, 2011, p. 12). Um exemplo deste silenciamento está na luta pelo fim da escravidão e liderança quilombola por mulheres, levantado por uma das entrevistadas, que salienta o apagamento da liderança negra na libertação de escravizados e da resistência indígena diante da invasão colonizadora, citando a história e a liderança de Aqaltune, grande nome da resistência do Quilombo dos Palmares:

Não é falado das grandes resistências que tiveram [...] líderes negras assim da América Latina. E Aqaltune é um nome que a gente pode ter, tipo, ouvido uma vez [...]. [...] foi uma líder de um povo africano, acho que ela era rainha ou princesa, e ela foi [...] traficada pra cá. Ela foi uma pessoa que... uma mulher, assim, referência, que não desistiu. Foi ela que fundou o Quilombo dos Palmares. [...] a gente não ouve falar dessa história e a gente não vai ouvir, né? [...] a gente não ouve do quanto essas pessoas foram importantes. (Maria Clara)

Aqaltune foi uma princesa da dinastia Nlanza no Congo, capturada e traficada para o Brasil, que foi figura fundamental na luta pela libertação. A participação de mulheres no processo de combate à escravidão é fundamental no rompimento com o “ocultamento das suas ações e importância. Apontamos a mulher negra escravizada sob nova perspectiva, como sujeito histórico primordial nas ações de resistência” (CISNE; IANAEL, 2022, p. 192).

De acordo com Hooks (2018), enquanto mulheres se organizavam para exigir o direito ao trabalho, mulheres de classes mais pobres já atuavam em condições precárias em fábricas, por longos turnos e baixo salário. Segundo a autora, mulheres privilegiadas requeriam os mesmos privilégios que os homens de suas classes possuíam, inclusive os trabalhos por eles desenvolvidos. Porém, ao fazê-lo, mesmo que lutando apenas por sua classe, acabaram gerando movimentação que propiciou o surgimento de novos direitos trabalhistas, a partir da observação das condições em que o trabalho feminino se dava (HOOKS, 2018). Entre as conquistas abordadas pelas entrevistadas, estão a ocupação dos espaços, o direito ao trabalho e a garantia de direitos trabalhistas como a licença maternidade.

O conceito de esfera privada como algo particular, não pertencente à discussão pública, fez com que violências presentes nestes espaços fossem por muito tempo desconsideradas ou não reconhecidas como problema social (MIGUEL; BIROLI, 2014). A Lei Maria da Penha, promulgada em 2016, que carrega o nome de uma mulher vítima de violência doméstica e tentativas de feminicídio por parte de seu companheiro, que enquadra as diferentes violências a que mulheres estão sujeitas (SILVEIRA *et al.*, 2014), foi abordada por uma das entrevistadas como conquista feminina.

Além disso, a autonomia feminina, a partir da validação dos direitos reprodutivos, embora ainda contem com demandas, surge nos comentários das entrevistadas. Para Luciana e Maria Clara, os direitos reprodutivos no Brasil ainda sofrem retrocessos, como impedimentos em seu acesso e o próprio reconhecimento das lutas envolvidas nas pautas que os possibilitaram:

Teve a questão do aborto, né? Que é algo que aqui no Brasil tá tendo esse retrocesso agora, né? Mas mesmo que aconteça de maneira limitada, ainda foi uma conquista, né? E eu acho que a gente poderia, ainda precisa lutar pra que as mulheres tenham o pleno direito de reprodução, né, e de ser mãe quando elas quiserem, né? (Luciana)

As mulheres conquistaram o direito ao voto depois da Revolução, elas conquistaram o direito à legalização do aborto, aborto livre e seguro [...] pra mulheres, crianças, em caso de estupro, tudo isso. Eh...muitos direitos foram conquistados, assim, através da Revolução Russa pras mulheres. (Maria Clara)

De acordo com Hooks (2018), a ausência da garantia de direitos reprodutivos leva mulheres a gravidezes indesejadas ou a recorrer ao aborto ilegal. Desta maneira, reitera que uma mulher pode escolher não realizar procedimentos como o

aborto, mas não pode se posicionar contra a autonomia de outras mulheres e dizer-se feminista.

O acesso a informações que permitam que a maternidade seja uma escolha, considerando que a gestação indesejada se dá de maneiras diferentes para pessoas com útero é fundamental no alcance de direitos iguais (BIROLI, 2014). O procedimento de laqueadura, por exemplo, citado por uma das participantes, teve significativas mudanças em sua concessão apenas em 2022. Era necessário permissão de cônjuge, além de atender à idade mínima de 25 anos e não era possível realizar o procedimento durante o parto. Após as alterações, a lei passou a não requerer permissão, além de ter a idade mínima reduzida para 21 anos e a possibilidade de sua realização durante o parto, sem necessidade de esperas (COFEN, 2023).

Segundo Biroli,

[...] o direito das mulheres ao aborto e ao controle de sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva pode ser pensado como fundamental para a cidadania igual de mulheres e homens. Sua negação retira às mulheres o domínio sobre seu corpo, restringindo também seu direito à privacidade na decisão sobre questões de forte relevância ética e moral para os indivíduos (BIROLI, 2014, p. 40).

O direito à maternidade, à creche, à escolha e a métodos contraceptivos ou laqueaduras como conquistas do movimento feminista. Miguel (2014) destaca que a atribuição do cuidar às mulheres é o que torna possível o trabalho masculino na esfera pública e isola/sobrecarrega mulheres a uma jornada de trabalho não remunerado e socialmente reforçado. Desta maneira, o direito à creche torna-se fundamental, pois “a ausência desse tipo de serviço é um obstáculo, por vezes intransponível, para a participação política, a escolarização ou o ingresso no mercado de trabalho” (MIGUEL, 2014, p.63). A sobrecarga feminina proveniente das expectativas do cuidado, de maternidade e da própria responsabilização na manutenção dos círculos familiares.

A crescente presença feminina em espaços de poder, como o meio político e a busca por superação da pouca representação feminina tem sido pauta central feminista (MIGUEL, 2014). Candidaturas femininas, sejam individuais ou a partir de mandatos coletivos, tem crescido significativamente; ainda que apresentem números extremamente baixos em relação a outros países (HOLLANDA, 2018). A questão da

representatividade política foi levantada nas entrevistas, tendo como exemplo a eleição de Ediane Maria como Deputada Estadual, que trouxe

[...] demandas reais das mulheres da periferia [...] dentro das assembleias com as mulheres negras ocupando esse local. (Bruna)

Para Ribeiro (2018, p.174), “cada sujeito parte de um lugar de fala diferente, uma demarcação política da identificação de cada um. [...] nenhuma narrativa é universal”. Considerando como se constituem as identidades e experiências individuais, que vêm “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006, p. 9), a presença das diversidades e o respeito aos locais de fala decorrentes das experiências individuais ou coletivas assegura a validação e compreensão das violências que assolam diferentes mulheres (HOLLANDA, 2018).

De acordo com Miguel (2014, p. 97), o campo político é

[...] um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto.

Ainda, a violência política se desenrola aos grupos que não aceitam posições de subalternidade. A baixa representação política comentada por Hollanda (2018) deixa explícita a limitação do pertencimento feminino à esfera política por parte da sociedade. Marielle, assassinada e silenciada em sua trajetória e Dilma, publicamente humilhada e vítima do machismo daqueles que não aceitavam seu governo.

A violência política sofrida por Dilma Rousseff e por Marielle Franco na esfera política não foi apontada como conquista, mas acontecimento que descortinou uma violência que, segundo uma das entrevistadas, não era percebida ou recebia devida atenção. Em seu entendimento, a misoginia e a invalidação enfrentadas por ambas escancarou não somente suas identidades políticas, mas suas vivências como

mulheres em um campo majoritariamente masculino e sujeito à opinião pública, onde também se desenrolam as desigualdades e o sexismo:

[...] podia ser que nem acompanhasse Marielle, porque tem muita gente que nem sabia quem ela era. Mas Marielle se tornou muito maior do que tudo isso. Ela conseguiu fazer com que a vida política dela chegasse a pessoas, das pessoas saberem falar "nossa, olha, ela fez aquele discurso e desligaram o microfone dela.", "nossa, ela tava falando, os caras tavam falando em cima. Ninguém tava nem ouvindo o que ela tava falando", né? Então, pessoas que não eram envolvidas nem com política, nem com movimento nenhum, enxergou no...com a morte da Marielle, o... o feminismo embutido ali, todas as patas que a Marielle carregava e que se tornou num nível mundial, assim, né? (Yara)

Eu acho que o impeachment da Dilma gerou uma comoção nacional, no sentido de aos poucos as pessoas entenderem o que... violência que aquela mulher sofreu. Por mais que condenou, por mais que, né, que, enfim, criticaram muito a capacidade dela e esse movimento venceu, porque conseguiu 'impeachmar', conseguiram enxergar nela uma mulher. E aí, começou a falar do nome dela. Dela, ser político. Da mulher. E aí, toda a violência que veio, né? A gente pensar que tinha adesivo de carro lá, na época da...do alto da gasolina, né? Então, eram as pernas dela lá [...] (Yara)

A limitação das conquistas e do próprio avanço das demandas feministas se dá por desafios firmemente preservados em sociedade, sendo o maior deles o sexismo e machismo, apontados como causadores das opressões sofridas por mulheres, tendo como bases mantenedoras o sistema capitalista e patriarcal, de acordo com as entrevistadas. Fraser *et al.* (2019) acreditam que o sexismo está fortemente atado às estruturas em sociedade, apenas de face reinventada com o avanço do capitalismo. O capitalismo é apontado como força mantenedora das opressões sexistas, pois necessita de subalternações para sua manutenção.

Para Ferreira, a

A ideia de que a supremacia e a dominação masculinas que caracterizam a ideologia patriarcal, ao reforçarem os papéis sociais assinalados aos gêneros e, consequentemente, os estereótipos associados a tais papéis, constituem a base dessa modalidade de preconceito que, nos dias de hoje, dirige-se particularmente às mulheres que desafiam o poder masculino (feministas), brigam por ele (mulheres em altos cargos) ou procuram controlá-lo (mulheres que seduzem os homens). (FERREIRA, 2004, p. 121).

De acordo com Biroli (2014), há um estabelecimento de valor àqueles que se adequam ao que é socialmente estabelecido. A partir daí, há um trabalho para desqualificação e invalidação, direcionado aos que estão dispostos a contradizer e não aderir a estas imposições, seja na divulgação de informações falsas, seja no

silenciamento ou no subjugar da aparência, comportamento ou demandas. O desconhecimento em relação à luta das mulheres resulta na propagação de desinformação quanto ao movimento e suas participantes: o antifeminismo sustenta narrativas de que o movimento feminista é anti-homem ou pretende tornar mulheres raivosas (HOOKS, 2018). Em seu relato, Bruna experienciou atribuição de estereótipos por parte até de pessoas mais jovens:

o feminismo enfrenta uma lógica também de desafio, que é o desafio de que muitos homens [...] usam do machismo para nos considerar...a mulher peluda, a mulher que luta pra ter mais direito dos que os homens. (Yara)

A gente tava na panfletagem em Santo André, na campanha, e uma menina passou e levou adesivo, que era "o futuro é feminista". Ela: "o futuro é feminista. O futuro é feminista, mãe". Aí, eu entreguei pra ela "ó, leva aqui uns adesivos do 'futuro é feminista'". Aí, ela falou assim "Você é feminista? Porque eu sou feminista". Aí eu falei "Ah, eu sou feminista também". Ela tinha lá os seus doze anos, né? Aí, ela passou. Aí, depois ela voltou: "Você tem sovaco peludo?". Aí, eu travei assim e eu falei "E aí? O que eu respondo pra ela?". Ai, eu falei "Às vezes sim, às vezes não, né?". Aí, ela falou "Porque eu tenho o sovaco peludo, porque eu sou feminista, né?". E eu achei tão incrível como um...uma maneira estereotipada pra ela era positivo, o que pra muita gente é negativo, né? Então, eu acho que sim [...] pra quem não tá na nossa bolha, o feminismo é muito estereotipado ainda. (Bruna Biondi)

Estar nestes locais implica em fazer disputa com homens mais velhos, que estão há mais tempo em seus cargos ou agem como se possuíssem mais conhecimento foi apontado como corriqueiro nos espaços em que as tomadas de decisão se desenvolvem. Ações de questionamento diante das opressões diversas gestadas na sociedade patriarcal e mesmo o avanço das conquistas femininas são tomados como desafios a um sistema imposto socialmente e às posições de poder que dela se beneficiam. Em campo político, por exemplo, ainda majoritariamente masculino e de baixíssima representatividade feminina (HOLLANDA, 2018), a falta de incentivo e recursos cedidos a suas candidaturas, levou as entrevistadas a buscarem sua consolidação a partir de movimentação própria, com diálogos e campanhas em espaços públicos para acessar possíveis eleitores.

O principal desafio também é uma questão etária, né? De disputar [...] os companheiros mais antigos que [...] homens num geral, né?... mas que acham um absurdo, né?... mulheres novas afirmarem uma necessidade de igualdade entre... Mesmo que eles defendam isso. (Bruna)

Para Hollanda (2018, p. 51),

É preciso ter a noção clara do tamanho da misoginia enfrentada por mulheres que desafiam os donos do poder ao batalhar por uma representatividade mais igualitária, para fortalecer todas as outras mulheres dentro destes espaços, porque é ali que reside a maior das disputas: a que pode tornar a jovem democracia brasileira uma democracia de fato.

A sub-representação feminina também foi apontada como um desafio nos relatos das entrevistadas. Apesar dos números terem avançado, segundo dados do TSE (2023), em pesquisa realizada no ano de 2022, constatou-se que o Brasil teve 33% de candidaturas femininas e 15% de mulheres eleitas. Além disso, entre 190 países, o Brasil ocupa o 129º lugar no ranking mundial, com 17,7% de assentos ocupados por mulheres na Câmara dos Deputados. De acordo com Pellegrino (2018), o Brasil tem um dos menores índices em relação aos países da América do Sul.

A questão da mulher na política vai ainda além: a baixa representação feminina que, quando se faz presente, não contempla os interesses de todas as mulheres e acaba se concentrando naquelas que já possuem privilégios. A união feminina e a compreensão da necessidade de lutar por mulheres na política, por buscar direitos para mulheres que diminuem/mulheres eleitas que não reconhecem a importância do feminismo e da lutar por direitos iguais, que não se reconhecem como feministas e, por consequência, validam ou perpetuam falas sexistas, por falta de consciência. Kuhnert (2018) salienta que acreditava que a abordagem feminista em relação a questões raciais e sexuais, assim como a reação machista de homens beneficiados pelo patriarcado brasileiro eram os principais motivos para mulheres não se denominarem feministas e se sentirem desconfortáveis ao fazê-lo, algo que era comum nos anos de 1980 e 1990. Porém,

Vê-se até hoje, em meio às representantes desta quarta e explosiva onda feminista jovem, alguma hesitação nesse sentido. Pelas entrevistas, conversas e encontros com as jovens ativistas e/ou artistas, [...] se autoneamar feminista ficou confortável apenas no início da década de 2010, especialmente a partir de 2015, quando o ativismo feminista ganhou grande visibilidade [...] (KUHNER, 2018, p. 51).

Em relação à união de mulheres, a competitividade feminina se fez presente em um dos relatos como um problema social:

A gente foi historicamente ensinada a disputar com outra mulher. A disputar, seja porque ela é mais bonita que eu, seja porque ela é mais inteligente, seja porque ela tem mais amigos ou menos amigos, né, seja porque... Tá

dentro da gente. A gente olhar pra uma mulher na rua, com uma minissaia e a primeira coisa que vem na sua cabeça é pensar, por mais que você também use ou que você não use por opção sua, você julga aquela mulher. Então, acho que a mulher foi ensinada assim, a disputar, né? Até porque, né, se a gente não disputar espaço nenhum, a gente... ninguém vai dar nada pra nós, né? Mas a disputa entre mulheres é um grande desafio do feminismo. (Yara)

Hooks (2019) destaca que é de extrema importância que mulheres aprendam a conduzir diálogos e divergir sem competição. A autora ainda destaca a necessidade de solidariedade entre mulheres, transformando a maneira de relacionar e comunicar entre grupos, mesmo diante de diferenças, pois

Quando nós, as mulheres, nos unimos, em vez de fingirmos uma união, reconheceríamos que estamos divididas e que devemos desenvolver estratégias para ultrapassar os medos, os preconceitos, os ressentimentos e a competitividade (HOOKS, 2019, p. 63).

O conceito de irmandade feminina acima de tudo, conhecido sob o termo “sororidade” foi apontado como um problema, devido ao fato de mulheres também inviabilizarem outras mulheres. Para as entrevistadas, é necessário ponderar – exemplos de mulheres como a Deputada Damares ou a pastora condenada por homicídio, Flordelis. O conceito de sororidade é problematizado por Ribeiro (2018), pois

Racismo, Lesbofobia, Transfobia, exclusão de mães, entre outros, são temas recorrentes nas redes sociais entre feministas. Mulheres trans, lésbicas e/ ou negras são constantemente denunciadas nas redes sociais. Isso às vezes parte de outros grupos feministas num processo de censura de narrativas, e nós, mulheres negras feministas, tivemos um papel importante na desconstrução do mito de que mulheres não podem atacar ou até oprimir outras mulheres, questionando o conceito de sororidade como prática universal (RIBEIRO, 2018, p. 190).

Só é possível atingir a verdadeira união feminina, a partir do momento em que as particularidades e as opressões por elas geradas são reconhecidas, bem como o reconhecimento de posições de privilégio e dominação, de acordo com Hooks (2018), e “no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado” (HOOKS, 2018, p. 23). A partir daí, é possível expandir a territorialização do movimento, partindo para outros desafios apontados nas narrativas, como a questão

do suporte dos homens ao feminismo. A conscientização masculina foi apontada como necessária, ao mesmo tempo que ter apoio de homens é considerado um desafio nos relatos das jovens:

Mais marcante é você perceber que os homens que se dizem aliados, são aliados até a "página dois". Isso é uma coisa que eu venho percebendo, assim. É até onde convém a eles. Literalmente, qualquer homem que eu... que eu conheci. (Leal)

De acordo com Hooks (2018), se a conscientização masculina tivesse devida atenção, a compreensão do sexismo seria possível, bem como sua transformação. Além disso, a propagação de estereótipos de invalidação do movimento e a existência de grupos antifeministas teria se prevenido.

O acesso à juventude, que é descrita como “uma juventude que vem com esse estereótipo cansado, de não querer discutir política” também foi levantado como desafio para o movimento feminista. Apesar da existência de uma nova geração de jovens feministas, ainda há certa resistência em aderir completamente ao movimento e reconhecer-se como feminista por parte de algumas, ainda que as pautas que enredam o movimento tenham ganhado visibilidade na última década (HOLLANDA, 2018). O interesse por pautas do movimento das mulheres apresenta-se, para Hollanda (2018), em

[...] novas formas do ativismo jovem na internet e nas ruas, esses estudos começam a voltar com força. Nas universidades, proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicam os trabalhos universitários no formato de teses, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, agora não apenas exclusivos das ciências sociais (HOLLANDA, 2018, p. 22).

Alves (2008) apresenta os diferentes núcleos de influência jovens, que se deslocam constantemente com o avanço da idade e estão concentrados no círculo familiar, de amigas, escolar e os contextos de interesse. Ocupar os espaços em que a juventude se articula são ações desenvolvidas pelas jovens entrevistadas. Entre as entrevistadas, o reconhecimento como feminista se deu a partir dos 16 anos ou a partir dos 18 anos – a única exceção foi Maria Clara, que se reconheceu feminista aos 14 anos. A articulação junto ao movimento se construiu de maneiras distintas entre elas.

Antes de completarem este processo, três participantes passaram por coletivos de jovens, no período final da adolescência, sendo um deles direcionado a mulheres estudantes universitárias, outro o Juventude por Mais Direitos e União Juventude de Rebelião, da qual uma das participantes ainda é parte. Uma das participantes também se articula em coletivos secundaristas. Ribeiro (2018, p. 84) destaca o crescimento de coletivos universitários e secundaristas como maneira de organização entre jovens, das mais diversas bagagens educacionais, onde “[...] o ideário feminista propaga-se e ganha a adesão de uma geração de mulheres cada vez mais jovens [...]”.

Em suas formas iniciais, o movimento feminista contava com o ativismo organizado a partir de reuniões para discussão de pautas ou apenas para lidar com as frustrações geradas pelas desigualdades. O palco principal destas ações era o espaço justamente considerado privado: a residência das mulheres que integravam os grupos. A partir desta organização, mobilizações como protestos e publicações eram concebidos, bem como maneiras de transformar a realidade ali discutida.

A inserção dos estudos de gênero e de publicações feministas na academia trouxe nova luz sobre o feminismo, com o desenvolvimento de novas produções acadêmicas relacionadas ao tema, bem como discussão e problematização das opressões vivenciadas em sociedade, em suas diferentes formas (HOLLANDA, 2018). Porém, concentradas nestes espaços, não atingem as massas (HOOKS, 2019).

Percebe-se que o diálogo é a chave principal para as entrevistadas no acesso ao público e na divulgação do movimento feminista. Todas enfatizaram sua importância e destacaram que estar nos locais onde as pessoas estão é primordial para que qualquer promoção de ideias seja possível:

A gente acredita que a gente tem que estar onde essas pessoas estão e conversar com elas e, assim, fazer a luta política de convencimento sobre... sobre a nossa linha. Porque é isso, assim, a gente acredita que não tenha outra solução. (Maria Clara)

De acordo com Hooks,

O movimento feminista avança sempre que qualquer homem ou mulher, de qualquer idade, trabalha pelo fim do sexismo. Esse trabalho não exige de nós, necessariamente, aderir a organizações. Podemos trabalhar em nome do feminismo do lugar onde estamos. Podemos começar a fazer o trabalho

pelo feminismo em casa, exatamente onde moramos, educando a nós mesmos e às pessoas que amamos. No passado, o movimento feminista não ofereceu a indivíduos mulheres e homens orientação suficiente para mudança (HOOKS, 2018, p. 89).

Além disso, nas narrativas das entrevistadas, o meio artístico é aparece como maneira de expor pautas e trazer conscientização, a partir da organização de saraus que oferecem poesia e manifestações artísticas diversas. Uma das entrevistadas é atriz e faz parte de grupos de teatro e de um coletivo jornalístico. Em seu relato, não apenas funcionam como escape e profissão, mas como meio de atingir o público e provocar a reflexão. A arte é utilizada como meio de afirmação para uma das participantes, que buscou conhecer mais como se davam as opressões em sua família e viu na arte uma forma de “eternizar” suas vivências. Para ela, a resistência destas mulheres se entrecruza hoje com sua própria realidade como mulher trans. Entre atos de expressividade organizados pelos coletivos que integram, uma das entrevistadas rememorou um ato com relação ao feminicídio, onde buscaram impactar pessoas quanto ao número crescente, colocando cruzeiros no chão com o nome das vítimas, de maneira a conseguir a atenção daqueles que transitavam.

Duas entrevistadas, Bruna Biondi e Yara, articulam-se no cenário político, integrando mandatos coletivos de diferentes partidos – Mulheres por Mais Direitos, do PSOL e Coletiva de Mulheres, do PT. No período de suas candidaturas, as entrevistadas Bruna e Yara mobilizaram ações nas ruas, principalmente, buscando diálogo mais próximo com possíveis eleitores. A candidatura coletiva do PSOL se deu, inclusive, sob o título de “O futuro é feminista”. Outras duas participantes, Maria Clara e Luciana, fazem parte do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Casa Helenira Preta, em Mauá. E por fim, a última entrevistada, Leal, integra o coletivo de jornalismo comunitário, Território Livre FM. Uma das participantes faz parte de grupo de teatro e de uma rádio, também apresentadas como veículos de propagação de pautas e atos feministas.

A articulação em redes sociais ou internet, de maneira geral, não foi tão enfatizada pelas entrevistas como as ações de promoção do movimento ou rodas de conversa desenvolvidas presencialmente. Em seus relatos, foi ressaltada a importância de acessar o público de maneira mais pessoal. Mesmo quando questionadas em relação aos locais que as gerações feministas mais jovens se

concentram, apenas uma entrevistada citou a internet. A resposta alternativa foi de que se organizam em coletivos estudantis e grêmios nos locais de estudo.

O uso da internet pelos grupos dos quais as jovens fazem parte se dá para divulgação do local, de reuniões ou de atos previamente organizados nestas. Além disso, postagens de cunho crítico, direcionado à exposição de problemas pontuais das cidades do ABC ou de notícias relacionadas a pautas feministas, em contas dos coletivos de campo político. Outros movimentos, como a União da Juventude de Rebelião, do qual uma das entrevistadas é parte, contam com publicações em jornal de nome “A Verdade” – como maneira de discussão e promoção de ideias.

Para Costa (2018),

Ainda que a força das ruas não possa ser atribuída integralmente às redes sociais, a web sem dúvida foi um fator estratégico e central das marchas feministas. Nunca as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje (COSTA, 2018, p. 31).

Organizar rodas de conversa e reuniões esteve entre as principais formas de discutir tópicos e até levantar formas de mobilização nos movimentos em que se articulam. Yara destaca a importância de uma micropolítica feminista nos espaços cotidianos que integram a reprodução social das mulheres. Para ela, o feminismo precisa ir além dos grandes eventos na conscientização de mulheres em relação a pautas feministas:

Eu acho que a gente precisa para além de grandes eventos, fazer pequenos movimentos em...em cidades. É um micro, assim. Eu acho que é um micro que vai mudar o macro, sabe? A gente precisa ir nos bairros conversar com as mulheres, a gente ir... a gente não precisa ir lá, e chegar fazendo e falar sobre violência. Não. Eu... eu vou chegar lá no bairro, na casa da dona Maria, que tem curso de tricô, e voltar lá e vou bater papo. Vou fazer uma aula e vou bater um papo com aquelas mulheres. E vou inserindo, dentro da realidade delas. (Yara)

Ações promovidas pelas entrevistadas em bairros e ocupações contam com abordagem mais progressiva, já que há um trabalho para expor até assuntos de natureza mais delicada de forma que as integrantes não se sintam coagidas ou desrespeitadas de alguma maneira.

Ninguém falou efetivamente de violência, sabe, política, ou mesmo de feminismo. E aí, aos poucos, na conversa, aquelas senhoras ali foram

falando. Falando assim 'Ai, não... Meu marido, quando chega na minha casa agora, não é ele que... ele fala pra eu fazer a janta e eu falo: não, faz você, pede um lanche', sabe? (Yara)

Muitas mulheres estabelecem valor em suas vivências, mesmo diante de dificuldades ou violências, portanto apresentam resistência inicial ao diálogo feminista, quando o questionamento de suas realidades ocorre (HOOKS, 2019).

Ações promotoras do diálogo e abertas a questionamentos dos públicos participantes, como rodas de conversa ou saraus, são altamente promovidos pelas participantes do estudo. Mesmo ambientes como Câmaras foram citados como locais promotores de diálogo e transformados em espaços de acolhimento para funcionárias. Uma roda de conversa desenvolvida com funcionárias, por exemplo, em que serviram cerveja e amendoim, de acordo com a entrevistada, serviu como meio de conscientização em relação à violência política. O diálogo, promovido por Cris Pechtoll, antiga Secretária Adjunta de Mulheres nas Secretaria de Mauá, deu significação e nome às vivências das participantes.

A organização de atos públicos e de Saraus se faz presente nos relatos e os temas são variados: saúde da mulher, violência obstétrica, direito à creche, violência doméstica, incentivo a candidaturas de mulheres, feminicídio e políticas públicas, entre outros. Observa-se, a partir daí, um aspecto convergente na experiência das participantes do estudo em relação às feministas da primeira e segunda onda, que atuavam nos grupos de autoconsciência, nos quais as mulheres se reuniam para discutir sua situação na sociedade e organizar suas ações.

De acordo com Hooks (2019),

A importância da comunicação verbal é igualmente relevante para a divulgação das ideias feministas. Na campanha porta-a-porta de reapresentação da política feminista a um público mais alargado, as mulheres teriam a oportunidade de fazer perguntas, esclarecer problemas dar a sua opinião (HOOKS, 2019, p. 99).

Participantes que se integram ao Movimento de Mulheres Olga Benário destacaram a promoção de rodas de conversa, em alguns momentos cruzadas entre três diferentes ocupações organizadas por ele, como maneira de transformar a realidade:

Organizar essas mulheres juntas pra transformar nossa realidade, que é difícil, que é de luta, que é opressora, né? E é isso, é assim que a gente

atua, né? Tipo, tá nessa luta de consciência, travando lutas, tipo, das principais necessidades que a gente tem na cidade, tipo, e organizando as mulheres, tipo, cobrando aos governantes de Políticas Públicas, que sejam realmente, tipo, implementadas de maneira que contemplem, né, tipo, a realidade da nossa...nossa cidade, do nosso Estado. (Luciana)

Nos relatos apresentados, manifestaram-se transformações resultantes da forma de organização adotada pelas participantes. Uma das participantes rememorou que através de um Sarau conseguiu atingir uma mulher que havia sido vítima de violência obstétrica e não tinha conhecimento e a procurou para comentar como a ação foi de importância na tomada dessa consciência. Além disso, nas rodas de conversa desenvolvidas em bairros, notou maior reflexão das participantes de suas próprias vivências. Neste sentido, as participantes ressaltaram a importância do acolhimento a outras mulheres, sejam elas parte do movimento ou não, como uma maneira de efetivamente conscientizar em relação às opressões e possíveis violências vivenciadas. O discurso do “micro para atingir o macro”. Foi através do diálogo e da mobilização que o Coordenadoria da Mulher fosse criada em Ribeirão Pires:

Fomos atrás de outros movimentos de mulheres de outras cidades que tem um movimento forte. Por exemplo, Santo André tem Políticas Públicas muito efetivas pra mulher. Então, a gente tinha companheiras do movimento [...]. Que a gente militava dentro do Partido dos Trabalhadores, mas esse partido... essa luta, ela é a para além do partido. [...] a gente foi se fortalecendo com elas. Montamos um projeto de fluxo de atendimento pra cidade. E levamos pro então Prefeito da época. A gente conseguiu passar o projeto na Câmara também. (Yara)

Yara ainda relatou que não foi fácil concretizar esta demanda, pois teve de dialogar com uma Câmara com 17 Vereadores homens sobre a importância de um local de atendimento mais direcionado à mulher, pois antes os atendimentos se davam apenas na delegacia e não havia quaisquer fluxos entre os órgãos de atendimento.

A articulação entre coletivos se fez muito presente nas narrativas das entrevistadas, desde a organização dos debates, busca por concretizar demandas ao acolhimento a mulheres vítimas de violência. Nos relatos, atos de ocupação para concretização de demandas também foram citados, como a ocupação de um mercado durante o período de pandemia, em busca de cestas básicas para pessoas

sem condições. O ato foi de grande importância para a entrevista que dele participou, pois foi seu primeiro grande evento.

Segundo Farias (2018), a interseccionalidade é justamente uma “forma de interpelar as hierarquias de opressão presentes, apontando para a variedade de estruturas que invisibilizam e apagam as múltiplas demandas das mulheres” (FARIAS, 2018, p.151). Butler (2018, p.18) problematiza a categorização de mulheres sob um único termo, pois “a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria”.

As violências são concebidas em diversas formas nos relatos apresentados. Em todos, foi salientada a questão da opressão multifacetada encara pela mulher e a importância de um viés interseccional na compreensão de como se apresentam e entrecruzam. Mesmo entre as jovens, as opressões experienciadas se mostram diversificadas: o machismo, apontado por todas; porém, o racismo, bifobia e a transfobia não aparecem em todos os relatos, apenas daquelas que apontam sexualidades ou identidades socialmente “rejeitadas”. A violência sofrida por uma mulher negra é diferente das que uma mulher branca experiência. Todas as participantes destacaram intersecções de raça, gênero e classe e a importância do reconhecimento desta influência em como se apresentam as opressões. As opressões se somam, segundo uma das participantes:

As opressões que vão sendo somadas, tipo, ‘tá, sou pobre, sou periférica, sou preta, sou mulher, sou bissexual’. Tipo, tudo vai somando e as cargas vão ficando mais pesadas. (Maria Clara)

Apesar da multiplicidade das violências, Maria Clara destaca a importância da união entre mulheres. As reuniões desenvolvidas na Casa Helenira não são segregadas, em suas palavras. Neste espaço, todas as lutas e pautas se encontram para discussão. Segundo a jovem:

A gente pode sofrer violências diferentes, mas o nosso inimigo é o mesmo. (Maria Clara)

O condicionamento feminino a papéis de gênero foi apontado como algo presente desde a infância, para algumas mulheres. Os locais de religiosidade e o costume religioso estiveram presentes nas vivências de três participantes e

apresentaram esse indicador, pois enquanto apontados como meio de esclarecimento para guiar jovens, também se conceberam como espaços de opressão em relação às sexualidades e identidades consideradas “divergentes” em sociedade: duas entrevistadas sentiam culpa por serem LGBTQIA+. A crítica feminista direcionava-se mesmo à religião em sua concepção inicial, segundo Hooks (2018), devido à presença de um viés patriarcal – buscou-se então repensar estes conceitos. Hollanda (2018) destaca ainda grande pressão sobre o corpo das mulheres e sua autonomia: a religião busca demarcar o aceitável a partir de seus dogmas, mesmo em direitos básicos, como o aborto.

O espaço escolar também foi indicado como ambiente de opressão: três jovens apresentaram comentários de assédio. A reação estudantil se deu em dois casos, em mobilização para denúncia das situações. Uma das instituições combatia desenvolvendo arte que trouxesse reflexão em relação ao assunto e auxiliasse possíveis vítimas a reconhecê-lo. Em outro caso, houve resposta do Movimento Estudantil. A invalidação de alunas e de pessoas LGBTs se apresentou mesmo entre professores: um companheiro que tem nomes e pronomes violados, uma aluna trans que teve seu “nome morto” divulgado pelo próprio professor, que a reconheceu. O direito à educação feminina ainda é algo muito recente (Hollanda, 2018), e a escola é apontada como um dos eixos formadores referenciais para jovens, influenciando sua construção desde a adolescência. O assédio nos espaços de ensino é levantado por Baglaji (2018), principalmente com relação a alunos LGBTs.

Sobre as relações, na experiência de uma das jovens, que se autodeclara preta, era comum atrair-se por pessoas brancas e aceitar tratamentos de desrespeito. Ela ainda afirma que demorou para perceber como era afetada pelo racismo, pois não se manifestava diretamente, mas de maneira sutil em suas relações.

Três participantes passaram por relações abusivas. Em um dos relatos sobre abuso, surgiu a fala de como mulheres feministas não estão livres de sofrer machismo. Uma das participantes chegou a relatar que, durante momentos de sua relação abusiva, vivenciou acolhimento de suas amigas e foi constantemente lembrada que o feminismo também servia a ela. As experiências se deram em momentos diferentes: para uma delas, a relação se deu durante a adolescência, em um período que ainda se descobria como feminista. Outra, vivenciou um casamento

que se desenvolveu de maneira abusiva. Por fim, uma das entrevistadas levantou que passou por relação tóxica com uma mulher, algo que, em suas palavras, não acreditava ser possível. Duas entrevistadas que tiveram relacionamentos com outras mulheres relataram a problemática dos relacionamentos. Não apresentaram problemas com a família, mas a questão de não ser possível convidar a parceira para conhecer familiares se deu em uma das narrativas.

A invalidação apresentou-se em questionamento de liderança como mulheres, mesmo durante atos progressistas. Além disso, na violência política experienciada por duas entrevistadas. Uma delas vivenciou a opressão em situações como desligar microfone durante a fala, desenvolver piadas machistas e até divulgação do endereço de familiares. O meio político foi apresentado como um local de sexualização feminina, que a negação de um banheiro feminino – construído, de acordo com o relato de uma das jovens, apenas há dez anos – explicita a maneira como o ambiente não concebe mulheres ocupando seus cargos. O espaço político brasileiro é descrito por Kuhnert (2018, p. 51) como um local em que as disputas são tecidas e o machismo direcionado às mulheres que instituído “desafiam os donos do poder ao batalhar por uma representatividade mais igualitária”.

Identidade de gênero e sexualidade foram tópicos abordados por três entrevistadas. Luciana ainda sofre com o desrespeito a sua identidade e tem o uso de seus pronomes negados entre familiares, que não a aceitam. Isso causou rompimentos desde sua adolescência e fez com que buscasse moradia em outro local.

Para Bagagli (2018, p. 236), “a situação de vulnerabilidade a que pessoas trans estão expostas começa a se delinear ainda na infância, no seio da família, e irá se estender e produzir efeitos em diversos âmbitos sociais”. A entrevistada relatou ter percebido que as opressões sofridas para além do ambiente familiar sempre a afetaram. A sexualização de pessoas trans, segundo Luciana, posiciona socialmente mulheres trans a lugares de subalternidade, como a prostituição. Hamasaki (2022) enfatiza a importância de políticas públicas que possibilitem alternativas à população trans, diante da recorrência das violências e precarização a que são submetidas. O autor ainda enumera as consequências trazidas destas opressões, como a questão de saúde mental e a marginalização. Para Luciana, o acolhimento recebido nas rodas de conversa da Casa Helenira foi essencial na percepção de si mesmo, entender que era parte do movimento e que deve ser respeitada como mulher. De

acordo com Hollanda (2018, p.51), o “Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo e está entre os dez destinos mais perigosos para uma mulher viajar sozinha”. Todas as entrevistadas abordaram a questão do acolhimento ao lidar com mulheres que se encontram em situações de violência. Estender a paciência, a escuta e encaminhar mulheres a serviços especializados foi destacado como procedimento principal de acolhimento por duas participantes.

De acordo com Ribeiro (2018), o feminismo vem atraindo cada vez mais a atenção das gerações mais jovens. Para as entrevistadas, as gerações divergem em relação a discussão das opressões de gênero. Todas enfatizaram a importância da luta travada pela geração anterior de mulheres na concretização dos direitos hoje presentes. Entretanto, em alguns relatos, entendimentos diferentes quanto à geração mais jovem: para algumas, há maior adesão; para outras, desinteresse em relação ao grupo etário que fazem parte.

4.6 Proposta de Intervenção

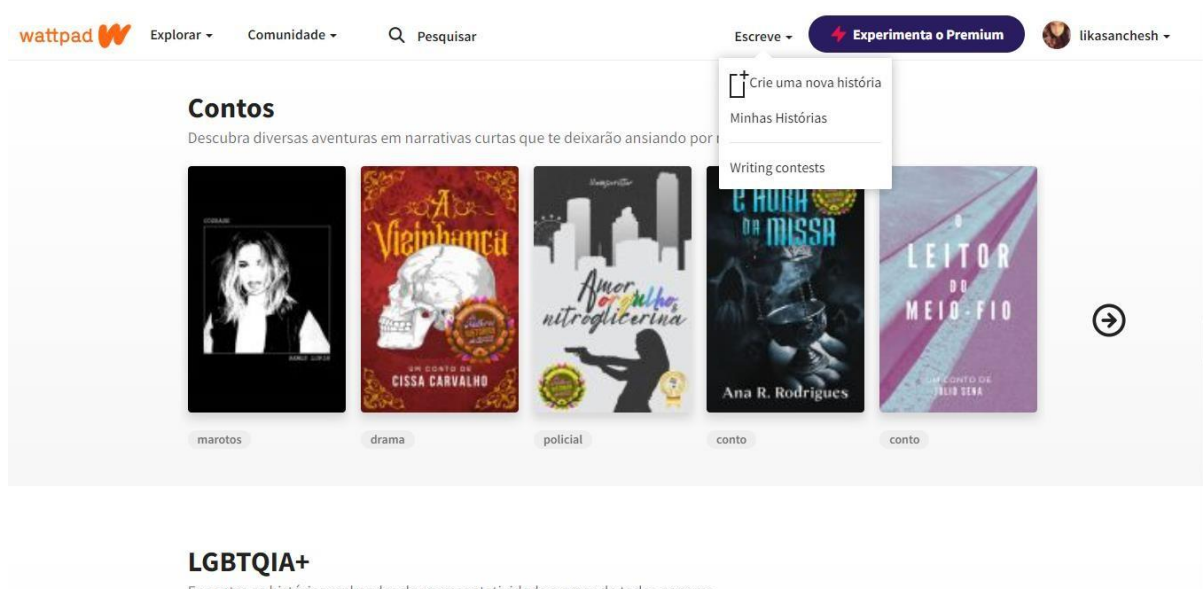
As narrativas e vivências das jovens entrevistadas foram analisadas e adaptadas para produção de contos, buscando promover visibilidade para o movimento, para as histórias anônimas referenciadas e para a desconstrução dos estereótipos difundidos no meio social.

Os contos foram escritos para o público juvenil, faixa etária com a qual a autora do estudo atua diretamente, e desenvolvidos a partir de situações vivenciadas pelas jovens e por opressões destacadas em seus relatos.

Na construção das histórias, as personagens se baseiam nas entrevistadas, mesmo que os nomes atribuídos sejam diferentes, as características físicas e psicológicas foram preservadas.

Os contos foram publicados em uma plataforma de domínio público, Wattpad, o que possibilita a expansão no alcance de suas histórias de vida.

Figura 5 – Plataforma Wattpad



Fonte: Elaborada pela autora.

A plataforma Wattpad se desenrola como uma rede social para publicação de histórias diversas. No site, os autores podem publicar suas criações de temáticas variadas e ter contato com narrativas de outros escritores, a partir do momento em que o cadastro na rede é realizado. A ferramenta ainda é interativa e permite que usuários façam comentários nas postagens de outros autores.

Os usuários podem publicar artigos, relatos e poemas sobre qualquer coisa, já seja em linha ou através do aplicativo Wattpad. [...] O conteúdo inclui obras tanto de autores desconhecidos como conhecidos. Os usuários podem comentar e votar pelas histórias ou unir-se a grupos associados com o lugar no site (WIKIPEDIA, 2023).

A escolha da plataforma utilizada para dar visibilidade aos contos deu-se pela popularidade e o intuito desta. Além disso, o uso é intuitivo e a navegação permite que o usuário tenha contato com temáticas variadas e receba indicações do próprio site em sua página inicial. Ainda, a possibilidade de interação com outros usuários permite não somente que os contos sejam divulgados, mas que novos contos sejam criados a partir da narrativa de usuárias que tiverem o desejo de compartilhar suas experiências de vida. Desta forma, a produção de novos contos é possível.

Proposta de conto inspirado em um dos relatos:

Perla acordou, olhou ao redor e suspirou. O quarto dela já estava claro, logo sua mãe estaria ali com um copo de leite para acordá-la. Com nove anos e sete

meses, Perla estava no quarto ano do ensino fundamental, mas ela não aguentava mais sua escola.

— Perla, filha, olha o leite, olha a hora, levanta. — disse sua mãe, abrindo a porta do quarto segurando um copo de achocolatado.

— Mãe, acho que estou doente. — Perla respondeu. Dona Vanessa não se deixou abalar por essas palavras, apenas colocou o copo na escrivaninha da filha e começou a separar o uniforme dela.

— Olha, mãe, não estou com febre?

— Você sempre fala isso, Perla. Deixa de preguiça, tem que estudar, levanta, vai. — e saiu do quarto, deixando a garota sozinha com seu leite, seu uniforme e seus pensamentos.

— Queria estar doente. — resmungou Perla.

— Nossa, Perla, acordou atrasada hoje? — perguntou Maiara, sentando-se ao lado de Perla no ônibus. — Seu cabelo está todo bagunçado! — e a menina riu. Perla riu junto enquanto tentava sentir o cabelo com as mãos.

— Ah, eu quase perdi a hora hoje, só acordei porque o cachorro da vizinha ficou latindo. — Perla mentiu. Na realidade, ela havia arrumado o cabelo meticulosamente em frente ao pequeno espelho do banheiro, assim como ela fazia todos os dias. Assim como todos os dias, nunca era o suficiente para Maiara.

— Vou te dar um relógio no seu aniversário! E umas presilhas! — riu de novo, enquanto tirava uma presilha do próprio cabelo para colocar em Perla. — Nossa, nem assim fica bom, né? Já sei! Vou te dar uma chapinha também! Só não vai queimar o cabelo, aí vai estragar de vez!

Chegando na escola, Perla quase ficou feliz que a professora havia feito um mapa de sala, colocando-a longe de Maiara. Quase ficou feliz. Sentado atrás dela, Rafael conseguia ser pior do que dez Maiaras. Ele olhou para a presilha no cabelo dela, apontou e sorriu.

— O que é isso? Cocô de passarinho? — perguntou, quase gritando. Perla arrancou a presilha da cabeça na hora, puxando cabelo junto e se machucando no processo.

— Cala a boca, Rafael. — ela disse. Antes que ele pudesse responder, a professora entrou na sala.

— Bom dia, turma! Hoje é um dia importante, nós vamos falar sobre o feriado que temos no fim da semana. Vocês sabem qual é? — professora Ana perguntou.

Os alunos fizeram baderna, felizes que haveria um feriado. — Gente, gente! Eu fiz uma pergunta! É uma data importante, vocês sabem qual é?

Ninguém sabia, ou ninguém quis dizer. A mãe de Perla havia comentado sobre o Dia da Consciência Negra, mas Perla não havia prestado atenção. E ela nunca gostava de falar na sala. Professora Ana pegou um giz e escreveu na lousa, claramente acostumada com o desinteresse da turma.

— Dia da Consciência Negra? E quando é o nosso dia? — perguntou Rodrigo. — Por que só vocês têm um dia?

— Ótima pergunta, Rodrigo. — respondeu professora Ana enquanto Perla revirava os olhos. Todos os dias são seu dia, Rodrigo, ela pensou. — Historicamente, as pessoas negras passaram por situações que nos colocaram em posições injustas socialmente. Isso ainda é verdade, nos dias de hoje! Temos muito o que falar sobre racismo. Vocês entendem o que eu quero dizer com isso?

A maioria da sala fez que não com a cabeça. Alguns poucos nem estavam prestando atenção. Perla não quis demonstrar qualquer tipo de reação. Concordar com o que professora Ana estava dizendo daria mais munção para ser utilizada contra ela mais tarde.

— Não faz sentido. — continuou Rodrigo. — Eu sou loiro e sofro bastante. Você sabia que os Estados Unidos tiveram um presidente negro? Onde tem racismo aí?

— Os Estados Unidos tiveram, Rodrigo. — corrigiu professora Ana gentilmente. — E sim, não é só a cor da pessoa que determina algo. Infelizmente, o mundo ainda é muito racista. E, às vezes, só quem vivencia o racismo consegue ver o quanto ele está presente na nossa sociedade. Por isso temos o Dia da Consciência Negra, para que quem normalmente não vê isso acontecendo possa se educar a respeito.

Todos ficaram quietos por um instante. Então, Bruno, que normalmente nunca falava nada, timidamente levantou a mão.

— Minha mãe raspa meu cabelo todo mês porque ela fala que as pessoas vão achar que eu sou desleixado se eu deixar o cabelo crescer. — ele disse. — Eu queria ter dread.

— Dread é muito louco, eu também queria! — falou Rafael. Perla olhou para trás, tentando imaginar o colega com dread.

— Você não pode ter dread, você é branco! – gritou Bárbara do outro lado da sala.

— Posso sim!

— Não pode! Né, professora?

— Professora!

— É verdade!

— Pode!

— Não pode!

— Então mulher negra não pode fazer chapinha?

— Pode!

— Não pode!

— Turma! Gente! – professora Ana finalmente conseguiu que todos parassem de gritar. — Isso já é apropriação cultural e não vamos falar sobre isso hoje. O importante é que o Bruno compartilhou algo conosco, e é algo que muitas pessoas negras vivenciam. Eu mesma posso dizer que nem sempre soube lidar com o meu cabelo, ainda mais quando tinha a idade de vocês.

Perla foi mais para a frente do seu assento sem perceber. Ela sempre tentava imitar os penteados de professora Ana e jamais a havia imaginado quando criança. Professora Ana, na cabeça de Perla, já havia nascido adulta, certa de quem era, em total controle de seu corpo e cabelo. Diferente de Perla, sempre incerta, sempre insegura. Ela colocou a mão no bolso e sentiu a presilha de Maiara nele.

Dona Vanessa chegou em casa cansada, porém ficou surpresa quando ouviu sua filha Perla a chamando. Deixando a bolsa na mesa da sala, ela foi até o quarto da menina e a encontrou vendo um vídeo no celular.

— Mãe, olha esse penteado aqui. Você acha que a gente pode fazer amanhã? A Maiara sempre fala que meu cabelo é bagunçado. — Perla disse, tentando fingir que não estava incomodada. Dona Vanessa concordou, sem precisar de mais detalhes. Afinal, ela havia conhecido dezenas de Maiaras em sua vida também. Tanto mãe quanto filha estavam prontas para não dar mais ouvidos a nenhuma Maiara.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia e o tratamento de dados possibilitaram o levantamento de caracterizações que serão base na criação de personagens e de narrativas para promoção dos movimentos feministas a novas gerações.

A concepção inicial do feminismo contava com movimentações presenciais e propagação das ideias do movimento a partir de publicações em jornais. Com o avanço dos tempos, conquistas se consolidaram a partir da luta de mulheres; entre elas a conquista ao voto, considerado exercício pleno da cidadania, ao trabalho sob condições melhores e à autonomia financeira. Além disso, os direitos sexuais avançaram e trouxeram o controle de natalidade antes negado às mulheres; apesar de ainda contar com restrições, como a legalização do aborto além de casos de estupro. Mesmo sofrendo invalidações e até afirmações de irrelevância atual, o movimento feminista segue mantendo seu espaço, contando agora com a presença de novas gerações e a integração de novas maneiras de organização.

Buscando compreender melhor como se articulam, o estudo realizou entrevistas com cinco integrantes de coletivos ou grupos feministas na região do ABC Paulista, pois é o local onde o estudo se desenvolve e apesar de contar com pesquisas de gênero, são escassas as pesquisas voltadas para esta temática.

A constituição do feminismo se desenvolve de maneiras diversas entre as jovens entrevistadas, porém nota-se a influência de fatores externos. O reconhecimento do movimento de mulheres veio em diferentes faixas etárias. Três participantes tiveram contato com o movimento ainda em idade escolar, durante a adolescência, por vídeo, aulas de filosofia ou por exposição a notícias – neste caso, a notícia de um estupro coletivo despertou na entrevistada a indignação que a levou a sua primeira manifestação. Duas participantes somente perceberam o movimento no fim de suas adolescências, uma delas durante estudo da faculdade e a partir de situações de assédio no trabalho; outra, a partir de sua própria construção como mulher trans e da noção de pertencimento ao movimento. Todas têm o feminismo como um movimento que busca igualdade e única ferramenta de emancipação feminina; até mesmo como uma via de canalização das frustrações geradas pelas desigualdades.

O movimento feminista é apontado pelas entrevistadas como plural, mas sua divisão em vertentes foi levantada como um divisor e uma maneira de separar

mulheres e criar disputas em locais que a união é necessária. Nas narrativas, as opressões direcionadas às mulheres foram concebidas em diversas formas: todas entrevistadas comentaram que as opressões se desenrolam de diversas formas e são vivenciadas diferentemente pelas mulheres, em sua diversidade. Todas as jovens apontaram problemas nas vertentes feministas liberais e radicais, classificando-as como ilusória e excludente, respectivamente. O contexto de criação das entrevistadas serve de exemplo para seus próprios discursos, pois a divergência de experiências entre as mulheres brancas e a mulher preta, ou entre mulheres cis e trans estão notáveis desde o frequentar do ambiente escolar e relação familiar. Entre as pautas, a busca pelo avanço dos direitos reprodutivos, a criação de políticas públicas direcionadas às mulheres e a ocupação feminina em cargos de poder, como no âmbito político. Neste sentido, a ausência de acolhimento a mulheres vítimas de violência ou que se encontram em situação de vulnerabilidade foi observada.

Para as entrevistadas, a maneira de organização está no encontro, presencial, na conversa. O diálogo foi levantado como ferramenta de promoção do feminismo, não somente para discussão ou problematização de pautas, mas como uma forma de ouvir as vivências e “ir aonde as pessoas estão”, acessando diversas mulheres de maneira ponderada, com discursos acessíveis e livres de julgamento, apenas acolhimento e escuta. As manifestações também ocupam espaços públicos, mas foram apresentadas pelas entrevistadas como uma maneira de trazer atenção para os problemas, fazendo com que as pessoas parem e procurem saber.

Todas as entrevistadas estão organizadas e se articulam em diferentes contextos: duas estão no cenário político, duas fazem parte de um coletivo parte de um movimento central na região e, finalmente, uma é parte de uma rádio coletiva. Foi possível observar um diálogo forte do feminismo concebido pelas jovens com ondas anteriores, na retomada de ações que estavam presentes na origem do movimento, como as reuniões presenciais e rodas de conversa ou divulgação através de jornais próprios. A própria internet, advento tecnológico recente, foi delineada apenas como espaço de convocação para o presencial ou para ilustração do trabalho desenvolvido pelos coletivos que integram.

O estudo não fornece um panorama abrangente da região em que se desenvolve, mas levanta pontos de articulação presentes na realidade de cinco

mulheres que se denominam feminista e que atuam, de alguma forma, junto ao movimento.

A pesquisa considerou a compreensão dos sujeitos políticos que integram o movimento político-social, o processo de reconhecimento e as concepções de mundo em relação ao movimento como bases na criação de uma ferramenta comunicacional que trouxesse voz aos relatos de mulheres reais.

Considerando o público juvenil, a escolha do gênero textual conto atende à intenção de concentração em aspectos ou vivências específicas singularmente levantadas, de maneira a trazer atenção para os contextos e fatores que ali se desenrolam. A plataforma interativa utilizada como meio de compartilhamento dos contos permite que a produção destes textos continue, já que outras mulheres terão a chance de compartilhar suas histórias com a autora e vê-las transformadas em narrativas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- ALVES, Gabriela Maciel. **A Construção da Identidade do Adolescente e a Influência dos Rótulos na mesma**. Orientador: Prof.^a Esp. Denise Nuernberg. 2008. 50 f. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- ARUZZA, Cinthia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAGAGLI, Bia Pagliarini. Breve Levantamento de Questões Transfeministas e o Caso Brasileiro. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. **Lei Nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.
- CARVALHO, R. G.; FERNANDES, E.; CÂMARA, J.; GONÇALVES, J. A.; ROSÁRIO, J.; FREITAS, S.; CARVALHO, S. Relações de amizade e autoconceito na adolescência: um estudo exploratório em contexto escolar. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 34, n. 3, p. 379-388, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/n5xVR6z3nMqY9NPTXZLwzJg/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- CASTRO, Priscila Rodrigues de. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p459>. Acesso em: 15 maio 2022.
- CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katál.**, v. 25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nNM94v6fvD9nJSydRqCJvmK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Mudança nas regras para laqueadura e vasectomia entra em vigor**. [Brasília]: Conselho Federal de Enfermagem, 07 de março de 2023. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/mudanca-nas-regras-para-laqueadura-e-vasectomia-entra-em-vigor_106563.html#:~:text=A%20Lei%2014.443%2F2022%2C%20que,de%20direitos%20sexuais%20e%20reprodutivos. Acesso em: 10 mar. 2023.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

D'ANDREA, Luigi Silvino; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Deslocando sobre o Arco-Íris com Tonalidades Cinza e Preto: Assexualidades em Trânsito. **Revista Ártemis**, v. XXV, p. 219-239, n. 1, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/download/36065/20606/99177>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DORNELLES, Fernanda; SERPA, Larissa Perini; KRUEL, Cristina Saling; NASCIMENTO GUAZINA, Felix Miguel; PRETTO CARLESSO, Janaína Pereira. Transexualidade: o brincar relacionado a identidade de gênero. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662196002>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DORNELLES, Priscila Gomes; POCAHY, Fernando Altair. “Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!”: Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. **Educar em Revista**, Edição Especial n. 1, p. 117-133, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/TCFPrHZmyXZRTttzcdQGWFb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **Revista MATRIZES**, v. 10, n. 3, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/122541>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. PGR apura se ministra Damares tentou impedir aborto de menina de 10 anos no ES. **G1**, Brasília, 09 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/09/pgr-apura-se-ministra-damares-tentou-impedir-aborto-de-menina-de-10-anos-no-es.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FERES, Beatriz dos Santos; REBELLO, Ilana da Silva; RIBEIRO, Patrícia Ferreira Neves; MONNERAT, Rosane dos Santos Mauro. Mimimi de mulher em memes: referência, estereotipagem e reenunciação. **Gragoatá**, v. 25, n. comemorativo, p. 310-333, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34198>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 12, n. 21, p. 119-126, 2004.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n2/v12n2a04.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FIORIN, José Luiz. Língua, Discurso e Política. **Revista Alea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan-jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/djMj5DwcxCY7wXK3nzPTwhf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Editora Liber Livro, 2005.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. 120 p.

GAVO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020. 256 p.

GIOVANNI, Julia Ruiz Di. Jovens, Feministas, em Movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, jul.-dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XS38WJhR5HWb5gBmVwQsTTJ/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/M3nBJJtyMYm4qd4TQdGpryR/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 Anos uma Breve História do Feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 264, set.-dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rrbSFGPBqPmy9nwR4WGtmYr/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HAMASAKI, Lucas de Moraes. **Transcidadania: Comunicação no Atendimento Público De Saúde e a População Trans**. Orientador: Prof. Dr. Liráucio Girardi Jr. 2022. 70f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2022. Disponível em: <https://uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/arquivo/777>. Acesso em: 2 fev. 2023.

HOGAN, Deirdre. **Feminismo, classe e anarquismo**. [S.I.]: Editora Faísca Publicações Libertárias, 2009.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 360 p.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KUHNERT, Duda. Nas artes. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 369-393, maio-ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/05.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020.

MATHEUS, Tiago Corbisier. Adolescência: conceito adolescente? **Revista Pulsional de Psicanálise**, ano XVII, n. 179, set. 2004. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/tiago_c_matheus_adolescencia_conceito_adolescente.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

MIGUEL; Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia Silveira De. Na academia. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; SPINDLER, Giselle. Articulações entre Gênero e Raça/Cor Em Situações de Violência de Gênero. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 326-334, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xtzwLkTLWPjLFyD8Qjz7Qxj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2022.

NERY, Patrícia Gonçalves; REGO, Teresa Cristina. Culturas da Infância: Os modos como as Crianças Assistem e Interagem Com As Séries De Animação. **Educação em Revista**, v. 36, n. 21978, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/8gwQvVvtxKXjDvV54qMMY8b/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

PACHECO, Juliana Corrêa; ARALDI, Marina Ortolan. Gênero e transgeracionalidade: uma (des)construção. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 31,

e190140, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e190140>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PERAZZO, Priscila. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Revista Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 15, n. 30, p. 121-131, jan.-jun. 2015.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital e Coletiva. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), 10., 2019.

PIRES, Giovanna Caterine Gatti; MARTINS, Julia Orlandini; FRANCO, Juliana; MENTZ, Fabiele Carla. Ansiedade na Fase Infantil. In: JORNADA INTEGRADA DE CURSOS UNIMEO, 13., set. 2020. Disponível em: <http://unimeo.com.br/admin/control/files/jic/artigo/16027852955f88900f8c0fe.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PONTES, Júlia Clara de. 'Disforia' e 'incongruência' de gênero: Notas sobre a gestão biomédica da(s) infância(s) e adolescência(s) 'trans'. **Enfoques**, v. 18, n. 2, p. 135-157, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/34666/24093>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RAMOS, Anne Carolina. A Construção Social da Infância: Idade, Gênero e Identidades Infantis. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, set.-dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29993/17735>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RIBEIRO, Letícia; O'DWYER, Brena; HEILBORN, Maria Luiza. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: O caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Revista Civitas**, v. 18, n. 1, p. 83-99, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/Hykgd6gJwRQmS5H6zYsf4np/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RIBEIRO, Stephanie. Quem Somos: Mulheres Negras no Plural, Nossa Existência é Pedagógica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICARDO, Luis. Verba de ações para as mulheres tem corte de até 99% no orçamento para 2023. **SINPRO-DF**, 2022. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/verba-de-acoes-para-as-mulheres-tem-corte-de-ate-99-no-orcamento-para-2023/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROSSETTI, Regina. Categorias de Inovação para os estudos em Comunicação. **Revista Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 27, p. 63-72, jul./dez. 2013.

ROSSO, Gisele; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. Comunicação pública como prática de responsabilidade social das organizações públicas. **Revista Organicom**, v. 10, n. 18, 2013. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139181/134523>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 128 p.

SCHARFF, Christina. Por que tantas mulheres jovens não se identificam como 'feministas'. **BBC**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SECCO, Daiane. **A Representatividade Negra na Educação Infantil**. Orientador: Dr. Diego Carlos Pereira. 2022. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/252033>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 101-122, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, Pâmela Ferreira da. Feminismo nas Redes Sociais: Análise das Hostilidades Sofridas pelas Feministas Dolores Aronovich e Madge Porto. **Revista Tropos**, v. 6, n. 1, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1289>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, Peterson Rigato da; SILVA, Tássio José da; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, v. 58, e205815, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/6Fc9NSxjzjBGqR5zpfmMVFnx/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade Gênero, Raça e Etnia e a Lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe., p. 14-24, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WHDnL9qYV6K3NnW5zMSj5Hg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TWITTER. S/l, fev/2019. **Twitter**: Memes antifeministas. Disponível em: <https://twitter.com/memefeminista>. Acesso em: 29 ago. 2022.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O Uso da Internet por Adolescentes**. Brasília, 2013. Disponível em:

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/br_uso_internet_adolescentes.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

WATTPAD. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wattpad>. Acesso em: 20 abril 2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CESSÃO PARA AUTORIZAÇÃO NO USO DOS DADOS COLETADOS DURANTE AS ENTREVISTAS

Figura 6 – Termo de cessão de direitos



Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação (PPGCOM/USCS)

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, _____, profissão _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliada na (Rua/Av.) _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____ concedo o uso da transcrição da entrevista, gravada e concedida por mim em ___/___/___ no formato de áudio com duração de _____, de forma a ser incluído no livro de narrativas orais de histórias de vida - produto de dissertação de Mestrado de Angélica Aparecida Sanches Hamasaki, responsável pela pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

() Autorizo a divulgação dessa transcrição ao público em geral e o seu uso por pesquisadores dessa instituição em produtos midiáticos acadêmicos e científicos.

_____, ____ de _____ de _____.

assinatura do cedente

Fonte: Elaborada pela autora.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES NORTEADORAS – ENTREVISTAS

Feminismo:

- O que é feminismo para você?
- Como é o feminismo que você defende?
- Como você se descobriu feminista?
- Como expressava isso?
- Relação com pessoas fora e dentro do movimento
- Conflitos
- Desafios
- Marcos/conquistas
- Fez ou faz parte de algum grupo/coletivo/associação/movimento
- Meios - digitais x presenciais (nomes)
- O que foi mais marcante
- Manifestação/evento/acontecimento que mais marcou
- Em quais meios você sente que está mais presente e consegue atingir as pessoas com o feminismo?
- Tornar-se feminista modificou algo em sua vida?
- Como era sua vida com sua família ou amigos antes de você se descobrir feminista?
- Ser feminista modificou sua relação com as pessoas?
- Como você lida com a militância e a vida pessoal?
- O fato de ser feminista influencia sua maneira de compreender seus relacionamentos e vivências? Como?

Infância:

- Primeiras memórias
- Família/ relações familiares - papéis de gênero
- Escola - local, professores, disciplinas, atividades
- Brincadeiras e amizades
- Interesses - o que gostava?
- Figuras mais importantes
- Memórias mais significantes, que marcaram

Adolescência:

- Início da adolescência
- Passagem - infância e adolescência
- Escola - amizades, professores, local, atividades
- Família e amigos - rotina e relações
- Influências e interesses da época - pessoas e gostos pessoais
- Período da descoberta sexual
- Como eram os relacionamentos - ficar, namoro, sexual, primeiro namoro
- Como percebia os papéis de gênero
- Memórias marcantes
- Você entrou para adolescência consciente das mudanças que passaria?
- Sua família ou escola conversava com você sobre sexualidade ou educação sexual?

Vida adulta:

- Passagem da adolescência para a vida adulta
- Vida amorosa
- Relação com a família agora
- Com quem mais convive
- Como percebe os papéis de gênero em sociedade
- Trabalho (ou estudo) - relações, remuneração e direitos
- Influências hoje
- Vivências marcantes

APÊNDICE C

Quadro 1 – Categorias (Elaborado pela autora, 2023)

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO	DEPOIMENTOS
Infância	As participantes conviveram, em maioria, com avós e pais. Quatro foram residentes do ABC, sendo que uma delas residiu na periferia. Uma das entrevistadas residia em cidade do interior paulista e vem de família de classe média alta.	"Bom, eu tenho uma família muito grande, né? Nós somos em dez irmãos. Então, é sempre meu pai, minha mãe e nós dez, né? Então, eh... tenho lembranças, assim, da casa sempre muito cheia." (Yara).
Brincadeiras	Cresceram com primos, irmãos e amigos. Participavam de todos os tipos de brincadeira, desde boneca a Pokémon. Algumas relataram não ter interesse por brincadeiras socialmente vistas como femininas e que eram vistas como "moleconas".	"A gente não queria que a minha irmã e nem o irmãozinho dela entrassem, porque era brincadeira das meninas. A gente não queria que os meninos entrassem para brincar e eles queriam muito entrar pra brincar com a gente, que a gente excluía eles. Eu lembro também que a minha prima e minha irmã também às vezes se juntavam contra mim". (Maria Clara)
Papéis de Gênero	Na questão do gênero, as figuras femininas foram retratadas como responsáveis pelos cuidados, sendo que apenas duas entrevistadas apontaram equilíbrio nas atividades domésticas. As imposições de gênero estiveram presentes na infância de quatro participantes.	"De 'senta com a perna fechada', né? A minha mãe até parou de me vestir de saia, essas coisas, porque eu não tinha modos, né? Então, assim, eu não sentava direito, ficava com as perna aberta, mostrava a calcinha. Então, essas coisas, assim...Desde de dentro de casa era assim, né? E na escola, isso repercute, né? O jeito que a gente se comporta na escola. Por eu sempre ser muito mais moleca, assim, desse jeito, eh... você...você é muito reprimida, né? Mulher é muito reprimida nisso. Eu não gostava de usar brinco, não gostava". (Yara)

<p>Relações</p>	<p>As relações com os familiares foram apontadas como boas. Porém, duas entrevistadas apresentaram questões: Maria Clara sofreu de racismo mesmo entre familiares e Luciana sofre transfobia e não é aceita. Além disso, a criação por avós foi apontada como de muitos cerceamentos e cobranças não feitas ao outro gênero. Relações de amizade também apareceram marcadas pelos mesmos preconceitos citados.</p>	<p>"(...), porque meu pai é negro e minha mãe é branca. E acho que por ter crescido mais próximo da família da minha mãe, eu ainda que, meu círculo de amigos a maioria foram... foi muito branco, assim. Todos brancos...eh... inclusive, minha prima. Tipo, quem não era da família do meu pai, assim, a maioria brancos e brancas. E eu lembro de me comparar muito com eles". (Maria Clara)</p>
<p>Escola</p>	<p>Apenas duas entrevistadas estudaram em escolas particulares, sendo que uma destas era a única escola particular da cidade em que residia. Para o restante, o estudo foi em escolas de bairro, públicas. As entrevistadas Maria Clara e Luciana apontaram a hostilidade que vivenciaram no ambiente escolar: racismo e segregação por gênero/transfobia.</p>	<p>"E tinha, assim, uma brinquedoteca, né? E aí, tipo, tinha uma sala que era, tipo, das meninas; tinha a sala dos meninos e tinha uma sala que era meio neutra. E aí, tipo, eu não ia, eu não ficava na sala dos meninos e eu acho que eu não gostava. Tipo, sei lá, eu não sei por que eu não ficava, não me interessava. Aí, eu não ia pra das meninas porque, tipo, era das meninas e, tipo, eu não era uma menina. Mesmo que eu quisesse, às vezes, ir, tipo e "tals". Mas eu não era uma menina. E aí, eu lembro que eu ficava muito na parte dos livros, né? Tipo, que era a parte meio neutra." (Luciana)</p>

Adolescência	<p>A adolescência foi apontada como um divisor de águas entre as participantes. A questão de consciência e mudanças corporais trouxe conflitos para quatro das entrevistadas, trazendo questões de sexualização e de disforia.</p>	<p>" E cada problema era, tipo, uma... uma maneira de me autoconhecer. E era muito desesperador, porque qualquer coisa na vida entre 15 e 17 anos é muito desesperadora, mas foi, tipo, importante na minha formação". (Maria Clara)</p>
Sexualidade	<p>A sexualidade foi apontada como um influenciador de amizades e comportamentos. Para uma das entrevistadas, grupos se formavam para discussão do assunto. Na realidade de outras, era incentivado que fosse apenas discutido entre homens. Uma das entrevistadas passou por uma relação abusiva na adolescência, outra passou pelo mesmo na vida adulta. O racismo e a transfobia apareceram novamente nos relatos.</p>	<p>"Porque a gente gostava das mesmas coisas, mesmo tipo de música, a gente ia nas mesmas festas, né? A gente... todas já, tipo, queriam ir beijar, namorar, e as outras já não queriam. Então, era esse grupinho que eu mais me fechei nessa época, assim, né? A gente falava...falava de sexo, a gente falava de menino, a gente de escola, a gente reclamava. Então, era tudo essas meninas, que já não era um perfil que as outras tinham, né?" (Yara)</p>
Identidade	<p>Três das participantes se descobriram feministas durante a adolescência. Nos relatos, o contato se deu a partir de aulas, vídeos informativos no Youtube ou através de notícias que provocaram indignação e resultaram em manifestações. Para outras duas, o conhecimento sobre o feminismo veio já mais próximo da idade adulta, sendo que no caso de Luciana houve resistência em aderir e integrar o movimento, pois ainda lutava contra o pensamento de que não pertencia a ele.</p>	<p>"(...) eu me encontrei um pouco no feminismo quando eu tinha 16 anos e... teve um acontecimento em que os trinta homens estupraram uma mulher no Rio de Janeiro, né? E aí teve uma manifestação e eu [vim] pra essa manifestação; e eu comecei a entender e...eh... fazer parte do feminismo" (Bruna)</p>

<p>Vida adulta</p>	<p>Apenas uma das participantes ainda está iniciando a vida adulta, pois tem 18 anos. Todas relataram mudanças a partir deste período, como a escolha da profissão e amadurecimento/perda de amizades. Ainda, comentaram que a própria forma de se relacionar foi mudando, seja com a família, no trabalho ou relacionamentos amorosos.</p>	<p>"Nossa, está sendo difícil, muito difícil. Porque você descobre que é realmente você e você. E depois de você, é você de novo. E aí, eu passei dois anos morando sozinha, e tendo que pagar minhas contas e sobrevivendo no caos da Babilônia de São Paulo, muito louca. E...mas é uma coisa que 'ou você cresce, ou você cresce' também, né?" (Leal)</p>
<p>Trabalho/estudo</p>	<p>Duas entrevistadas atuam no setor político e seguem a formação em Relações Públicas. Ambas as participantes apontaram vivências com o machismo no ambiente em que trabalham. Outras três entrevistadas atuam com arte: uma é radialista e atriz; outra é ilustradora autônoma e uma é estudante de música.</p>	<p>"E quando eu fui fazer faculdade, fui fazer uma faculdade Estadual. A gente começa a ter contato com outros, aí saí literalmente da minha bolha, com outras realidades, com outras... conhecer as lutas de classe, coisas que eu não tinha... não tinha contato nenhum. Então, eu comecei a ter contato com isso na faculdade. Então, a gente... comecei a me envolver com as coisas da faculdade...eh... e enxergar mesmo conhecimento que a Universidade trazia para além da sala de aula, assim".</p>
<p>Referências</p>	<p>Entre as referências citadas pelas participantes, nomes da política, como Sâmia Bonfim ou Ediane Maria. Ainda citaram familiares e artistas brasileiras e estrangeiras.</p>	<p>"eu me espelho muito na Sâmia. Eu acho que ela é uma deputada...eh...que mostra...até aconteceu um caso esses dias que me deixou, nossa, bem baqueada, que falaram assim... Que um colega veio me faltar, na maior inocência, que ...ah, um... um companheiro que tava ajudando na campanha do Boulos falou que achava que me faltava um pouco de ódio. E aí, eu fiquei muito doída com aquilo, né? Que eu falei 'cara, eh...que...que...será que eu precisava ser mais brava?', né?" (Bruna)</p>

<p>Concepções</p>	<p>O feminismo foi apontado como um movimento de busca de igualdade, enfrentamento à violência e de libertação para todas as mulheres.</p>	<p>"O feminismo pra mim, ele é luta. E ele é a luta como a única forma de libertação da classe e de todas as mulheres, assim. (...) eu acho que o feminismo(...). Essa pergunta é difícil, porque ele é muito plural, né?" (Bruna)</p>
<p>Vertentes</p>	<p>Com exceção de uma participante, o restante se denominou de vertente Marxista. Todas as participantes trouxeram críticas ao feminismo liberal e radical.</p>	<p>o nosso feminismo é marxista. Eu digo nosso da corrente que eu me identifico, mas é um feminismo marxista e que compreende...eh...que... a luta das mulheres, ela precisa ser ligada a uma luta global, né? Porque se hoje...eh... nós somos oprimidas é por uma questão cultural, mas é também por uma questão do sistema capitalista que a gente vive hoje, né? De propagação das desigualdades, de...exploração e que coloca nas...eh...'entre aspas' minorias políticas, porque nós somos maiorias, né, uma forma de nos explorar mais, né?" (Bruna)</p>
<p>Demandas</p>	<p>Entre as demandas apresentadas, foram citadas políticas públicas voltadas para mulheres, assim como a presença da mulher na política. Além disso, comentários como "a exigência do básico"</p>	<p>"A gente começa com coisa simples, como o direito de sair na rua com qualquer roupa. Ah, é uma coisa que todo mundo fala, de não ser agredida. Daí, já parte pra outras vertentes mais digamos pesadas, mais que são necessárias, muito. Equidade. Porque igualdade não... não dá pra ser". (Leal)</p>

<p>Conquistas/Marcos no movimento</p>	<p>Eleição de mulheres como Ediane Maria, Deputada Estadual; conquista dos votos, de trabalho e de licença maternidade, além da questão do aborto</p>	<p>Teve a questão dos Direitos Trabalhistas pras mulheres, tipo, de...de licença maternidade, de...Teve a questão do aborto, né?</p> <p>Que é algo que aqui no Brasil tá tendo esse retrocesso agora, né? Mas mesmo que aconteça de maneira limitada, ainda foi uma conquista, né? E eu acho que a gente poderia, ainda precisa lutar pra que as mulheres tenham o pleno direito de reprodução, né, e de ser mãe quando elas quiserem, né?" (Luciana)</p>
<p>Desafios</p>	<p>O machismo, alcançar a juventude e a presença de muitos vereadores homens e a sub-representação das mulheres trabalhadoras, pois as mulheres que chegam a ser eleitas.</p>	<p>"Ah, eu acho que o principal desafio que o feminismo enfrenta é o machismo. Não que a gente não tenha machismo nos nossos movimentos sociais, inclusive nos partidos de esquerda. O feminismo enfrenta uma lógica também de desafio, que é o desafio de que muitos homens...eh... usam do machismo para nos considerar...a 'mulher peluda', a 'mulher que luta pra ter mais direito dos que os homens'." (Bruna)</p>
<p>Organização</p>	<p>Participam de manifestações e tem como principal meio de promoção do movimento as rodas de conversa. Acreditam que o diálogo onde as pessoas estão é fundamental.</p>	<p>"é importante, tipo, estar com as pessoas, falar, viver o que as pessoas...eh... vivem, assim, pra a gente manter esse contato. E que é um jeito melhor, assim, do que a internet. É mais importante também.</p> <p>Eh...tanto que, muitas pessoas no Brasil, elas não têm acesso à internet. Então, a gente tem um jornal construído por vários, muitos movimentos, né? " (Maria Clara)</p>

Interseccionalidade	Apontam que as opressões são variadas e que as mulheres são atingidas de maneiras diferentes. A união é uma só, mas que as mulheres passam por opressões diferentes, apesar das causas serem as mesmas.	"A mulher preta é atingida diferente, a mulher preta periférica é atingida diferente. Então, a gente tem...eh... dentro do feminismo outros diversos nichos. Não que um seja mais importante que o outro, mas são diferentes. Atingem pessoas diferentes, são causas diferentes." (Bruna)
Geração	Mulheres, alguns anos atrás, participavam dos movimentos sociais e de partidos políticos. Graças a elas, a geração vem muito mais empoderada.	"Porque são avós, então é outra cabeça, outra criação. Mas mesmo assim. E aí, quando eu comecei a questionar muitas coisas, eu vejo que eles estão mudando. Hoje em dia, o meu avô ajuda a minha avó com as tarefas de casa. Não é tudo e é naquela vontade do jeito dele, mas já... eu já vejo essa mudança também". (Leal)